

**JEDEAN GOMES LEITE**

**“TERRA DO FRIO”, CORONEIS DE “SANGUE QUENTE”?:  
POLÍTICA, PODER E ALIANÇAS EM MORRO DO CHAPÉU  
(1919-1926)**

**Feira de Santana  
Programa de Pós-Graduação em História – UEFS  
2009**

**JEDEAN GOMES LEITE**

**“TERRA DO FRIO”, CORONEIS DE “SANGUE QUENTE”?:  
POLÍTICA, PODER E ALIANÇAS EM MORRO DO CHAPÉU  
(1919-1926)**

Trabalho apresentado ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Erivaldo Fagundes Neves

**Feira de Santana  
Programa de Pós-Graduação em História – UEFS  
2009**

## Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Leite, Jedeane Gomes  
L553t “Terra do frio”, coronéis de “sangue quente”? : política, poder e alianças em Morro do Chapéu (1919-1926) / Jedeane Gomes Leite. – Feira de Santana, 2009.

167 f. : il.

Orientador: Erivaldo Fagundes Neves

Dissertação (Mestrado em História)– Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

1. História. 2. Coronelismo – Morro do Chapéu – BA. 3. Política – Morro do Chapéu – BA – História. 4. Poder. I. Neves, Erivaldo Fagundes. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 981:321.6(814.22)

Adequação Linguística: *Tadeu Luciano S. Andrade*

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

---

Prof. Dr. Paulo Santos Silva  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

---

Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

## **RESUMO**

Este trabalho tem o propósito de analisar um período de intensa disputa pelo poder político local em Morro do Chapéu, Estado da Bahia, entre os coronéis Antônio de Souza Benta e Teotônio Marques Dourado Filho, durante o período da história do Brasil conhecido como República Velha. As principais questões apresentadas neste trabalho foram as mudanças ocorridas no município entre as décadas de 1910 e 1920; a relação estabelecida entre Souza Benta e seu amigo, o Cel. Francisco Dias Coelho; as alianças instituídas como forma de manutenção do poder local, entre outros aspectos. O recorte cronológico abrange o período entre 1919, ano da morte de Dias Coelho, e 1926, quando o impasse foi resolvido.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze a period of intense dispute for the local political power in Morro do Chapéu, State of Bahia, between the “coroneis” Antônio de Souza Benta and Teotônio Marques Dourado Filho, during the period of Brazilian history known as “República Velha”. The main issues presented in this work were the changes occurred in the municipality between the 1910s and 1920s; the relationship established between Souza Benta and his friend, “coronel” Francisco Dias Coelho; the alliances instituted as a way of maintaining the local power, among other things. The chronological scope covers the period between 1919, when Dias Coelho died, and 1926, with the solution of the impasse.

Dedico este trabalho ao povo de Morro do Chapéu,  
pelo centenário de sua emancipação política.

## **AGRADECIMENTOS**

---

Não creio ser possível expressar com palavras o que precisaria ser exposto neste espaço. Contudo, me esforçarei para aproximar ao máximo as minhas palavras disso.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial aos meus pais por todo o esforço que fizeram para poder dar à minha irmã e a mim a melhor educação possível. Agradeço também, por todos os valores éticos e morais que me proporcionaram apreender.

Ao prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves pela paciência, tolerância, hospitalidade competência e acima de tudo pela amizade construída nesses dois anos e meio de convivência. Jamais esquecerei a imensa dedicação em revisar os textos, mesmo em horários extremamente avançados.

À Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, a professora Dra. Elizete da Silva, os meus sinceros agradecimentos pela paciência, pelo carinho e pela acessibilidade em todos os momentos.

Ao Vice-Coordenador do Programa, o professor Dr. Eurelino Coelho, pela pessoa gentil e amiga que é, e pela competência e profissionalismo com que sempre me atendeu, pela forma como ministrou suas aulas e pelos momentos de descontração proporcionados aos meus colegas e a mim.

Aos secretários do Programa, Andrei e Julival, pelo apoio nas ocasiões em que precisei ser ajudado. São fundamentais ao funcionamento do Programa e pessoas merecedoras de nosso reconhecimento.

Aos professores do Programa, que dedicaram o seu tempo a sua atenção. Obrigado pelas aulas, pelas discussões, pelas leituras e pelas indicações. Um obrigado especial aos que tive a oportunidade de dialogar e de adquirir um pouco de experiência.

Aos funcionários da UEFS, sempre prestativos, pelos quais sempre fui bem atendido e sem os quais nenhuma de nossas atividades acadêmicas seria possível.

Aos colegas de turma – fantásticos –, pelos momentos de estudo e de descontração proporcionados nesses dois anos e meio de convivência.

À Rodrigo Osório, grande colega, grande irmão. Figura divertida, com quem eu pude compartilhar inúmeros momentos muito bons. Com quem aprendi a ser mais disciplinado nos estudos e a quem. Obrigado pelo companheirismo e por ter tornado mais agradável todos esses meses de estudo.

A Aruã Lima, figura peculiar e rara. Grande amigo e grande colega. Obrigado pela confiança dispensada, pelo astral sempre elevado e pela disponibilidade sempre presente. Meus sinceros agradecimentos pela companhia, pelas conversas. Com ele, pude vislumbrar um grande intelectual em formação.

A Larissa Penelu, pela simpatia, pelo jeito simples e agradável nos vários momentos no decorrer do curso.

A Fabrício Lyrio, grande professor e grande amigo particular, a quem posso chamar de padrinhos em diversos sentidos, inclusive acadêmico. Ele que sempre foi um grande incentivador para eu sempre continuar estudando.

A Alan Sampaio, grande filósofo e grande pessoa, pelas suas palavras de estímulo e incentivo desde a graduação.

A Alan Córdoba, um grande amigo desde os tempos de república, pela paciência e pelo cuidado nas várias horas repassando o alguns textos.

A Jackson André, pela disponibilidade, pelo jeito simples, pela paciência e pelas várias contribuições ao longo deste estudo.

A Moiséis Sampaio, amigo desde o tempo de ensino médio, pelo compartilhamento de materiais, pelas discussões e pelos trabalhos já feitos em parceria.

A Jorge Nery, irmão fantástico, sempre incentivador nessa longa cainhada, desde os mementos de preparação para a seleção.

Às Professoras Míriam Geonisse M. Guerra e Ione Oliveira J. Leal, pessoas decisivas nessa minha jornada. A vocês, que me concederam um grande voto de confiança, o meu muito obrigado pela amizade e companhia de vocês.

A Wellington Pacheco, Neemias Oliveira e Aniclécio Matos, pela fantástica eficiência no ambiente de trabalho, suprindo, com perfeição, as minhas ausências em função do curso. Foram fantásticos.

À minha querida e amada irmã, quem sempre me deu suporte quando estava em Feira de Santana ou em Jacobina, fazendo a mediação de forma essencial entre mim e UEFS em diversos momentos.

Por fim, e de forma muito especial, à minha esposa, Maria de Fátima pela dedicação, pelo amor, pelo companheirismo e pelas várias horas lendo e relendo os textos. A, ela também os meus pedidos de desculpas pelo pouco tempo a ela dedicado, pelos momentos em que a deixei sozinha, pela privação de parte da casa, em função dos estudos.

A todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que esse trabalho fosse realizado e essa etapa de minha vida de concluisse. As sinceras desculpas pelo lapso de memória resultado de um trabalho exaustivo.

## **SUMÁRIO**

---

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO I	
<b>Parte I – MORRO DO CHAPÉU: BREVE DESCRIÇÃO DE SEU TERRITÓRIO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....</b>	<b>29</b>
<b>PARTE II – MORRO DO CHAPÉU: DA UNIDADE A CISÃO POLÍTICA.....</b>	<b>39</b>
1.2.1 – A situação política de Morro do Chapéu: da unidade à cisão Política.....	39
1.2.2. – Francisco Dias Coelho: o carbonado e sua ascensão.....	45
1.2.3 – A família Dourado.....	52
1.2.4 – Antonio de Souza Benta.....	59
1.2.5 – “Coquís” e “memés”: a cisão política e as diferenças entre os grupos.....	65
CAPÍTULO II	
<b>MORRO DO CHAPÉU SEM DIAS COELHO: A INDEFINIÇÃO DE BENTA E A ASCENSÃO DE TEOTÔNIO</b>	
2.1 – Dias Coelho, seu legado e a entrega do comando a Souza Benta.....	80
2.2 – A política baiana na Primeira República – Uma visão geral.....	90
2.3 – Entre Deus e o Diabo: Souza Benta e suas indefinições políticas no cenário estadual.....	99
2.4 – A ascensão dos “memés” e a interrupção da hegemonia dos “coquís” .....	111
CAPÍTULO III	
<b>Os “COQUÍS” FORA DO PAÇO: UMA INTERRUPÇÃO DO LEGADO DE DIAS COELHO E A RESOLUÇÃO DA CONTENDA LOCAL</b>	
3.1 – Jagunços em ação: Benta e o cerco aos Dourado.....	121
3.2 – Os “memés” chegam à intendência.....	128
3.3 – A resolução do impasse: “coquís” e “memés” no poder .....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
FONTES E REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS.....	160

## **LISTA DE FIGURAS**

---

Mapa da Bahia – 1925.....	33
Cel. Francisco Dias Coelho.....	49
Registro de compra da patente de Cel. por Francisco Dias Coelho.....	51
Diagrama: genealogia de Teotônio Marque Dourado Filho.....	56
Cel. Teotônio Marque Dourado Filho.....	57
Cel. Antônio de Souza Benta.....	60
Chegada da Estátua de N. Senhora da Soledade .....	66
Deusdedith Dias Coelho.....	81
Sepultamente de Dias Coelho .....	84
Encontro de políticos em Morro do Chapéu .....	112
Cerimonial de posse de Vicente Grassi .....	150

---

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

---

Para que pudéssemos executar o trabalho sem incorrer em graves erros teóricos, fizemos algumas opções de conceito, o que implicou, e não poderia ser diferente, recorrer a teóricos que nos ajudaram no esforço de manter a coerência nas análises e deduções. Sem eles, nosso trabalho seria, fatalmente, algo como “tatear no escuro”. Como afirmou José Murilo de Carvalho, há momentos em que convém revisar conceitos e teorias<sup>1</sup>. Passemos, portanto, a fazê-lo.

Coronelismo, mandonismo, clientelismo, caudilhismo, entre outros, são, sem dúvida, conceitos utilizados em inúmeros estudos da história política brasileira. Em nosso caso, o principal conceito, que permeia o nosso trabalho, que define a forma de olhar para o objeto em questão e se concentra também na delimitação cronológica estabelecida é o de coronelismo.

A nossa principal preocupação em torno do conceito de coronelismo foi o cuidado em não confundi-lo com o mandonismo. O risco que incorremos com relação a isso foi o de confundir as práticas presentes nas ações dos coroneis, que são, muitas vezes, as mesmas para os dois conceitos, e o contexto político que envolveu os coroneis, antes, durante e depois da República Velha.

A confusão entre coronelismo e mandonismo surge, talvez, da própria associação entre o termo coronel e coronelismo. O termo coronel se difundiu associado à Guarda Nacional. Provavelmente, porque foi dela que se originaram os primeiros coroneis políticos no Brasil. A Guarda Nacional remonta à primeira metade do século XIX, mais precisamente ao ano de 1830. Castro (1977) relata que a primeira indicação concreta para a criação de uma Guarda Nacional:

partiu [da] iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 1830, por sugestão do Dr. Cândido Gonçalves Gomide. Usando de uma atribuição facultada pela Lei de 1º de outubro de 1829, que servia de regimento à Câmara Municipal de São Paulo(...)<sup>2</sup>.

A sua criação oficial, no entanto, aconteceu em 1831, tornando-a, também, a principal força auxiliar e elemento básico na manutenção da integridade nacional. A

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: Escritos e história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 130.

<sup>2</sup> CASTRO. Jeanne Berrance de. *A milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Brasília: Ed. NACIONAL, 1977, p. 19.

Guarda Nacional surge também como um símbolo de nova Nação, mediante os ideais revolucionários que se redimensionavam na época e que desembocariam, mais tarde na ideia de república<sup>3</sup>.

Pang (1979), entretanto, nos traz a informação de que o termo coronel não tem sua origem na Guarda Nacional, mas surge de um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII. No Brasil, de modo geral, o coronel era o comandante de uma brigada da Guarda Nacional, e também dos regimentos municipais em dado momento não necessariamente ligados a ela<sup>4</sup>.

Segundo Carvalho (1998), o mandonismo é outra coisa que também antecede, e muito, ao coronelismo. Este sistema foi perpassado pela política de mando dos coroneis nos rincões do Brasil. Por outro lado, o mandonismo é o exercício do poder através de indivíduos que, em função do controle de algum recurso estratégico, de riqueza ou da posse da terra, põem a população sobre o seu domínio pessoal. Nas palavras desse historiador, tal prática “é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje”<sup>5</sup>. O mandonismo não é um fenômeno definido e delimitado temporalmente, ele perpassou todas as etapas da história brasileira, da colônia até os dias atuais.

Diferente do mandonismo, o coronelismo pode ser analisado como um sistema. O coronelismo surge a partir de um fato político, ou seja, o federalismo implantado com a República. Isso significou uma mudança radical em relação ao regime anterior, em que o antigo governador de província era apenas o ocupante de um cargo de confiança e poderia ser substituído a qualquer momento. Queiroz (1985) também compartilha dessa ideia. Para ela:

embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do império, é na república que o coronelismo atinge plena expansão e plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934)*: A Bahia na Primeira República. 1979, p. 19-20.

<sup>5</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: Escritos e história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 133.

<sup>6</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p.172.

O governador do Estado, ao contrário, era eleito. Removê-lo, embora fosse possível, era muito mais difícil. Associado a ele, estava a máquina dos partidos únicos estaduais da qual os coronéis faziam parte. Somado a isso, a política dos estados ajudou a consolidar o poder de influência dos representantes das unidades federativas. Segundo Campos Sales, o Estado era prioridade para se governar a República e a política dos estados era a política nacional<sup>7</sup>, havia, assim, um pacto de respeito entre o governo federal e os governos estaduais.

É justamente, nesse pacto, que consiste a ideia de sistema, no qual o Estado é o elemento central nas relações que se estendem desde o município até a federação. Sem o Estado, os chefes municipais não teriam o apoio que lhes dava garantias e condições de exercer algum controle sobre população e sobre seus rivais. Nesse caso, a contrapartida do coronel era garantir os votos necessários nas eleições, em favor do governo estadual. A mesma relação passou a existir entre o Estado e o presidente da República. O apoio dos estados ao presidente da República garantia, em contrapartida, o reconhecimento, pelo governo federal, do domínio do governador no Estado.

Na prática, o governo federal deveria respeitar as decisões dos partidos que mantinham o poder em cada Estado, desde que estes elegessem bancadas no Congresso absolutamente fiéis ao presidente da República. O que permitia aos partidos estaduais assegurarem antecipadamente a composição das bancadas era o controle dos coronéis sobre seu eleitorado, os chamados "currais eleitorais". Nesse esquema, o coronel controlava os votantes em sua área de influência, obtendo votos para seu candidato em troca de presentes, como roupas e sapatos, ou de benefícios, como uma vaga num hospital ou um cargo público etc. A boa relação do coronel com o Estado dependia da quantidade de votos que ele era capaz de angariar. Esse sistema de relações é que possibilitava ao coronel desfrutar de menor ou maior poder em sua região.

Ao mesmo tempo em que se beneficiava, ao garantir a sua autoridade local, o coronel representava o poder do Estado Nacional nos rincões mais distantes do país. Assim o coronelismo parecia assim uma ferramenta necessária para sanar uma das principais deficiências do império e dos primeiros anos de regime republicano, a dificuldade em alcançar os pontos mais distantes e não somente os grandes centros ou as capitais das províncias. O próprio Horácio de Matos perseguiu a Coluna Prestes do sertão da Bahia até fronteiras bolivianas , a partir de meados da década de 1920.

---

<sup>7</sup> SALES, Campos. *Da propaganda à presidência*. São Paulo: [s.n.], 1908, p. 252.

As instruções enviadas pelo general Álvaro Mariante, através do telégrafo, tinha sido seguidas à risca por Horácio de Matos. Com base na Experiência adquirida durante o combate aos rebeldes na região da Chapada, ele introduziria algumas sábias modificações nas instruções superficialmente alinhavadas pelo general Mariante. Profundo conhecedor da tática de prestes, Horácio dividiu o Batalhão em destacamentos de 200 homens que deveria lançar-se sobre as forças revolucionárias...<sup>8</sup>.

Isso indica que os coroneis eram úteis ao governo, não só para angariar votos e garantir a composição do congresso e das câmaras estaduais, mas também para ajudar a conter revoltas que pontuaram alguns momentos da nascente República.

Esta relação entre a Federação e os coroneis, mediada pelo Estado, fez com que a ação do presidente fortalecesse os coroneis em detrimento do município. Faoro (2004) nos diz que o coronelismo atrelou os chefes políticos municipais ao governo estadual com a atrofia nos núcleos locais<sup>9</sup>. Leal (1997) vai além. Para quem, o coronelismo não era uma mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico da história brasileira do período da colônia e do império, mas, era “sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais<sup>10</sup>. Essa decadência não submetia em absoluto os coroneis aos designios do Estado, mas lhe dava ainda certo poder de barganha.

Assim, podemos dizer que o coronelismo é uma forma de mandonismo. Na verdade é uma fase dele. O sistema que predominou durante a República Velha relacionava os coroneis locais com o Estado e este com a presidência da República, isso marcou esta fase do mandonismo na história política do Brasil, de forma mais sistemática que em outros momentos. A ação de mando do coronel dentro de um esquema definido, através de um pacto entre ele e o Estado, colocava em subordinação o município. Esse poder era outorgado ao coronel sob a justificativa da força que possuía. Era a máquina eleitoral que, entre muitos recursos, contava com a presença dos jagunços – os mercenários contratados pelo coronel – ou dos “cabras” – com quem o coronel tinha um vínculo maior, que não eram profissionais e geralmente trabalhavam nas fazendas ou nos ga-

<sup>8</sup> MEIRELES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. 7 ed. São Paulo: Record, 2000, p.576.

<sup>9</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 16 ed. São Paulo: Globo, 2004, p. 623.

<sup>10</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 40.

rimpos<sup>11</sup>. A prática do “voto de cabresto” era também um mecanismo que ajudava a ratificar o poder do coronel em função de ser reconhecido pelo governo estadual. O uso da força coercitiva do coronel sobre a população local existia mesmo antes da República e perdurou após o golpe de 1930. Faoro (2004) nos chama a atenção para o fato de que, embora o “voto de cabresto” fosse uma realidade, não eram só nessas bases que as relações entre o coronel e o eleitor se estabeleciam. Para ele, havia também um compromisso estabelecido entre ambos. A própria tradição fazia com que o eleitor agisse em prol do coronel.

O eleitor vota no candidato do coronel não porque tem a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda. De outro lado, não se compra o voto, ainda não transformado em objeto comercial, só possível a barganha entre partes livres, racionalmente equivalentes<sup>12</sup>.

Para Queiroz (1985), outra possibilidade na relação entre o eleitor e o coronel era a barganha, na qual o voto era a “moeda” do primeiro, e os presentes e favores construíam a contrapartida do chefe político interessado. Ela afirma que o voto destes cidadãos constituía um bem cujo valor era conhecido e que lhes permitia ‘barganhá-lo’ contra favores e benefícios<sup>13</sup>. Assim, podemos dizer que essa época foi repleta de relações de troca: O governo federal se estendia e chegava definitivamente ao município, mais especificamente ao coronel. O Estado mediava as relações entre eles e aumentava sua importância no cenário nacional. Até o cidadão se colocava na situação com sua moeda de troca, o voto, numa relação distorcida do exercício da cidadania, com o coronel. Este coronel, por sua vez, ao mesmo tempo em que parece ter sua influência ampliada em relação a sua localidade, passa a necessitar do apoio do Estado para se manter no poder.

Nesse jogo de interesses, surgiram algumas divergências sobre a importância do poder local na política. Para alguns autores, a influência do mandonismo se sobrepõe a do poder central.

<sup>11</sup> Cf. MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004, p. 63-77.

<sup>12</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16 ed. 2004, p. 634.

<sup>13</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 173.

Paralelamente ao mandonismo que se afirma em todas as ocasiões como poder mais forte, veio-se desenvolvendo também um poder central. Este não é senão uma tentativa durante a Colônia. Durante o Império confunde-se com o mandonismo local; o amálgama localismo-centralismo, nessa época efetuado, não permitiu a muitos historiadores perceber que, sob a camada nova dos bacharéis que a nacionalização administrativa atraía aos postos de mando, a mola verdadeira da política continuava sendo o mandonismo local. Finalmente na Primeira República, o poder central principia a se desvincilar do coronelismo e a constituir uma força independente com a qual é preciso contar; chega mesmo a um equilíbrio de forças, e governo central e mandões políticos tratam-se de potência a potência<sup>14</sup>.

Para Queiroz (1985), o poder local sempre se manteve forte e as modificações implantadas pelo regime republicano não alteraram o raio de atuação dos mandões locais, contudo a relação de poderes foi alterada. Para Leal (1997), o pensamento é bastante similar, ele ratifica a ideia de que as relações de poder na República sofrem alterações, pois é nesse momento que “os mandões perdem forças e têm de recorrer ao governo”<sup>15</sup>.

Segundo Leal, essa é uma questão central nas discussões sobre o coronelismo e não se trata apenas de uma relação de poder entre o Estado e o município, mas também de uma relação entre o público e o privado. Essa relação de compromisso é a síntese do seu conceito. Para ele, o coronelismo pressupõe a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação do que lhe resta. Seu poder deixa de originar-se meramente da propriedade de suas terras e outras riquezas, passando a depender também das relações instituídas. Nas palavras do autor, “esse sistema político é denominado por uma relação de compromissos entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”<sup>16</sup>.

Outra questão da qual precisamo-nos deter um pouco é a condição de poder dos coroneis, ou em que nível, exatamente, ele situaria. Para alguns autores, o coronel detinha poderes praticamente absolutos ou de total autonomia. Outros, no entanto, não compartilham dessa ideia. Antes, porém, é necessário entender algumas distinções nos níveis de relação que envivia os coroneis.

<sup>14</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 33.

<sup>15</sup> LEAL, Victor Nunes. O coronelismo de cada um. Dados, v. 23, n.1, p.11-14, 1980. Apud. CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: Escritos e história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.133.

<sup>16</sup> LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 276.

De modo mais geral, as relações coronelistas se estabeleciam de duas formas, sendo que uma delas pode-se subdividir: a primeira, mais óbvia, se estabelecia entre o coronel e os indivíduos. Geralmente, era uma relação verticalizada com pólos de poder e submissão que raramente desviavam desses parâmetros. Nesse sentido, Queiroz (1985) afirma que quando “se trata de um local em que o mando do coronel ou de uma parentela é único e rígido [...], trata-se realmente de um poder absoluto, mas por isso mesmo que é absoluto não dá margem quase a lutas”<sup>17</sup>.

A segunda forma de relacionamento se efetivou com coroneis nos dois lados, mas nem sempre em completa relação de igualdade. Em nível local, as relações se estabeleciam em grande parte, no plano horizontal, entre iguais. Mas o simples fato de dois homens possuírem patentes de coronel da Guarda Nacional não significava igualdade de condições. Nossa objeto de estudo traz alguns exemplos disso: o Cel. Francisco Dias Coelho, entre 1911 e 1919, Antônio de Souza Benta a partir de 1926, em Morro do Chapéu, e Teotônio Marque Dourado Filho a partir de 1926, em Irecê. Esses homens quando ascenderam ao poder, se sobrepuiseram aos demais e os colocaram em torno de si.

Em Morro do Chapéu, entre os anos de 1919 e 1926, podemos perceber relações de bastante equilíbrio entre os coroneis Souza Benta e Teotônio Dourado. Essas relações mostraram que nenhum dos dois coroneis se submetia à vontade do outro. Esse contexto tende a ser o mais grave, pois normalmente a possibilidade de acordo era bastante remota. Queiroz (*op. cit*) chama-nos a atenção quanto ao grau de rivalidade existente entre dois ou mais coroneis numa mesma localidade.

Estas podem ser terríveis quando duas ou mais famílias pretendem reinar. “A presença, frente a frente, de apenas duas famílias, tende a dar mais agressividade às relações políticas”. Onde três, quatro ou cinco famílias se opõem, as divergências são menos brutais’, pois neste caso as alianças se tornam indispensáveis<sup>18</sup>.

Para alguns autores, a ausência de concorrência pelo poder local propicia ao coronel uma espécie de poder absoluto. Essa visão é compartilhada por Pang (1979). Para ele, o coronelismo é o “exercício de poder monopolizante de um coronel cuja legitimidade

<sup>17</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p.171.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

dade e aceitação se baseiam em seu *status*, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas”<sup>19</sup>.

Para Leal (1998), no entanto, o foco era outro, tanto os coroneis, como suas respectivas práticas penetravam no seu estudo porque ambos estavam inclusos no sistema que analisava. Dentro da ideia de sistema, para ele, não cabia a de poder absoluto, ele mesmo afirmou: “não há uma só palavra em meu livro pela qual se pudesse atribuir o *status* de senhor absoluto ao coronel [...] em momento algum chamei o coronel de senhor absoluto”<sup>20</sup>.

Outra forma de relação verticalizada entre coroneis surge com a escala de poder definida pelo “pacto coronelista”. O coronel de Morro do Chapéu, por exemplo, tinha uma grande diferença para o coronel governador do Estado, de quem o chefe local dependia em grande parte do tempo para se manter no poder. O coronel exercia, assim, uma função legitimadora dos governos federal e estaduais e pela sua força nas eleições. Este era o trunfo que possuía o coronel para barganhar favores com o governo estadual<sup>21</sup>.

A presença constante de “cabras” e jagunços, o chamado “voto de cabresto” e até mesmo conflitos armados envolvendo dois ou mais mandões são fatos comuns quando pensamos na realidade política do Brasil nas primeiras décadas da República. Essa demonstração de poder funcionava tanto para as relações entre o coronel e o indivíduo comum, quanto entre dois coroneis. Isso vale até mesmo para um plano vertical, entre o governo estadual e coronel de uma dada região. Nesse bojo, é possível detectar relações horizontalizadas, é o que nos diz Teixeira:

(...) o coronel da Chapada queria distância e paralelismo de poder com o Estado. O comportamento de Horácio de Matos, para dar um bom exemplo, não é de antagonismo ou de aproximação com o Estado, como ocorre com os coroneis do Nordeste. É um comportamento de chefe-de-estado; ele trata o governador de igual para igual, trata as autoridades da República como se fosse (e foi de fato) o chefe de um estado encravado dentro do Estado<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934: A Bahia na Primeira República.* 1979, p. 20.

<sup>20</sup> LEAL, Victor Nunes. O coronelismo de cada um. Dados, v.23, n.1, p.11-14, 1980. APUD. CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual.* In: CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: Escritos e história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.133.

<sup>21</sup> Cf. MELLO, Maria Alba Machado. *O coronelismo numa perspectiva historiográfica.* In: LINS, Wilson et alii. *Coroneis e oligarquias.* Salvador: UFBA/IANAMÁ, 1988. Pag. 80.

<sup>22</sup> TEIXEIRA, Cid. *As oligarquias na política baiana.* In: FALCÓN, Gustavo et alii. *Coroneis e Oligarquias;* UFBA, Salvador: 1988, pag. 38.

Portanto, é verdade que esses homens, através dos recursos econômicos de que dispunham, mantinham outros políticos, e também seus “cabras” e jagunços ao seu redor em número de dezenas, centenas, ou até milhares, “armados até os dentes”, com seus bacamartes, como no sul do Brasil, ou entupindo os velhos “papos-amarelos”, como foi comum no sertão da Bahia. Ostentavam suas forças, no intuito de intimidar adversários ou de angariar respeito perante a população em geral. É verdade que estes senhores ameaçaram, invadiram, tomaram cidades inteiras através da força e às vezes até sem fazer uso efetivo dela, mas não meramente só isso. As ações desses homens não podem ser resumidas ao poder coercitivo.

Grupos inteiros articulavam-se em torno de uma família que, por sua vez, normalmente dispunha de vantajosa condição financeira e tradição política em sua região. Não é raro encontrarmos referências à própria estrutura que estava montada por trás daqueles homens, conhecidos como coroneis. A tradição “familocrática”, muito comum nos esforços dinásticos desses chefes locais, por exemplo, quase sempre figurou, quando não era elemento principal, nos estudos de Pang (1979), sobre a política da época. Para ele,

(...) a maioria dos coroneis brasileiros situa-se nesta categoria. Caracteristicamente organizada pelo chefe de uma única família, ou clã, a esfera de influência existia dentro de um município. A participação numa oligarquia incluía a família em si, pessoas de uma mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados batismo ou de casamento<sup>23</sup>.

Não obstante, artifícios mais complexos do que simplesmente munir homens com, fuzis, rifles ou espingardas foram utilizados como mecanismos de dominação, ou estrutura de composição de grupos políticos. Mesmo dispondo de suas tropas com “cabras” e jagunços, em muitos casos a utilização desse mecanismo era evitada. O coronel preocupava-se com a sua imagem política. Além de chefe político, responsabilizava-se também pela população de sua área de mando. Assim, sua imagem não poderia ser desgastada. Não abdicava de um braço armado, porém priorizava ações que desgassem o mínimo possível sua imagem.

O próprio Faoro (2004) nos traz uma visão sobre esse lado da pessoa do coronel. Para ele, não se pode resumir a pessoa do coronel meramente a atitudes brutais e coerção intensa.

---

<sup>23</sup> PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934: A Bahia na Primeira República.* 1979, p. 40.

Não se imagine, entretanto, que entre o coronel e o simples eleitor impere a brutalidade, com o bacamarte engatilhado contra o rebelde potencial, o coronel é acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito. A hierarquia abranda-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado<sup>24</sup>.

Este estudo trata de uma situação em que algumas dessas características se manifestavam . Em Morro do Chapéu, nas primeiras décadas do século XX, temos exemplos substanciais desse tipo de preocupação. O Cel. Francisco Dias Coelho é ainda lembrado como um homem que promoveu a paz naquele município. Nos últimos anos da década de 1910, os coroneis Clementino Queiroz Matos, Manoel Quirino de Matos, Horácio de Matos, Militão Rodrigues e Manoel Fabrício travavam suas batalhas nos municípios de Seabra, Brotas, Barra do Mendes, onde morreram mais de 400 pessoas em cinco meses de conflitos. Diferentemente, a população de Morro do Chapéu, mesmo fortemente ligada a esses homens, principalmente com a família Queiroz de Matos, manteve-se aílheia aos tumultos dos municípios vizinhos. As alianças constituídas entre Coelho e outros coroneis lhes foram favoráveis no sentido de resguardar a cidade dos conflitos circunvizinhos. Sem essa rede de relações, sozinho, ou mesmo com o amplo apoio de Souza Benta, isso seria improvável.

Optamos por não aderir à ideia de poder absoluto do coronel. O desdobramento da pesquisa mostrou que a influência dos coroneis em estudo tinha vínculo com a sua riqueza. O próprio Dias Coelho ascendeu à intendência local e à chefia do seu partido, porque o município, por algumas vezes, usufruiu de seus empréstimos para realizar obras. Também não foi o uso da força que o garantiu no poder. Na verdade sua passagem pela intendência de Morro do Chapéu fora marcada por características distintas, como o carisma, a proximidade com a população e grande capacidade de liderança.

Percebemos algumas dificuldades em adotar o conceito de coronelismo, tal como concebido por Leal, o qual se estabelecia numa conjuntura econômica em que o poder privado dos coroneis se encontrava em decadênciam. Não há como afirmar um declínio econômico dos coroneis dos sertões baianos durante a República Velha. Morro do Chapéu, especificamente, é descrito em alguns relatos da época como uma das cidades mais prósperas do estado. Alguns coroneis ali se estabeleceram em função disso. Francisco Dias Coelho percorreu sua ascensão social, política e econômica na pequena cida-

---

<sup>24</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16 ed. 2004, p. 634.

de, Horácio de Matos e Manoel Quirino ali se instalaram por vários anos e Souza Benta, constituiu sua riqueza, fixando moradia no município até seus últimos dias de vida.

Contudo, também não acreditamos ser possível negar a característica sistêmica da rede de relações constituídas na região. Nesse sentido, os coroneis dos sertões da Bahia não se distanciavam dos demais coroneis. Mesmo alguns deles tendo constituído um poder paralelo ao do próprio Estado, este foi oriundo, nos primeiros momentos, de um acordo entre os coroneis dos sertões e políticos de oposição ao governo estadual, o que, de certa forma, infere em uma dada estrutura de relações; e depois, do Acordo de Mucugê<sup>25</sup>, desta vez, firmado entre os chefes do interior e o próprio governo estadual, que garantiu certa paz entre os mais influentes coroneis do interior e o Governo do Estado.

Na década de 1920, a situação dos coroneis de Morro do Chapéu variou de acordo com a característica de suas relações com o governo do Estado. Sair ou ascender à intendência dependeu, em primeiro momento, da aproximação ou distanciamento em relação ao governador e depois, também, da interferência de Horácio de Matos.

As relações coronelísticas analisadas neste trabalho foram fortemente marcadas pela existência do capital social de que usufruíam os chefes políticos. Assim, adotamos o conceito de Bourdieu, por parecer pertinente. Para ele, “o capital social, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos”<sup>26</sup>. Essas relações, entendidas como um dado tipo de patrimônio, posse, ou um capital de fato, permitem uma diversidade de outras aferibilidades.

A posição social dos indivíduos e os interesses que permeiam as sociedades tornam intensas as relações dentro do universo social, econômico, político e outros. Não obstante, o capital social também se encontra intrinsecamente ligado ao cultural, à medida que as relações com uma variedade de indivíduos ligados a empreendimentos dos mais diversos possibilitam um intercâmbio de informações e de acessos. No nosso caso específico, atraímos a atenção para o capital social proveniente de alianças feitas no meio político e que convergem para ascensão ou declínio de um indivíduo. Desviamo-nos da ideia de campo, por não pretendermos apro-

---

<sup>25</sup> Sobre Acordo de Mucugê, ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA. 1998.

<sup>26</sup> THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. In: *Revista de Administração Pública*, nº 40, p. 39. jan/fev 2006.

fundar as análises, neste trabalho, dos universos culturais, econômicos etc. Não temos tal pretensão. Mesmo assim, entendemos que o conceito de capital social ajuda-nos a compreender a noção de poder a que aderimos em nosso trabalho.

Não negamos que o poder dos coroneis era poder de fato, ou seja, na forma mais elementar diríamos “ser capaz de... , estar em condições de...”. A riqueza certamente possibilitava a aquisição de uma patente de coronel, patrocinar ações assistencialistas em troca de votos, ou manter verdadeiros exércitos particulares no entorno de si. Há elementos demasiados e substanciais nos trabalhos sobre coronelismo e mandonismo que deixam isso claro. Entretanto, há um lado do poder dos coroneis que está presente neste trabalho.

Uma parte do poder dos coroneis era simbólica. Nesse caso, mais uma vez o conceito de Bourdieu nos parece pertinente, até porque, ele não descarta a existência de outras formas mais “concretas”. Em suas palavras, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”<sup>27</sup>.

Contudo, não foi nossa pretensão, nesse trabalho, enveredar por complexos sistemas simbólicos, para entender o que de fato é esse poder. O próprio Bourdieu admite que “o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma «*illocutionary force*», mas que numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos [...]”<sup>28</sup>.

O poder simbólico se garante enquanto poder de fato, à medida que se apresenta não como poder, mas como algo que tem sentido em ser, e se legitima na simples crença através da aparência. Em suma, como algo que não é formal, mas sim, tacitamente aceito. Na conjuntura política da República Velha, o poder do coronel não era oficial, como era o do governador ou do presidente, que estavam acima dele, entretanto, era tão presente que mesmo o intendente, que tinha seu poder formalizado e instituído oficialmente, muitas vezes era a ele subordinado.

Para ajudar a compreender melhor esse conceito, fez-se necessário remetermo-nos a Weber (1999). Uma vez que a forma de poder é também uma forma de dominação, acreditamos que entendê-las seria de grande importância. Conforme Weber:

---

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006, p. 7-8.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 14.

(...) a ‘dominação’, como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes da ação social. Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista<sup>29</sup>.

A forma carismática de dominação definida por Weber se baseia numa relação de crença, dos subordinados, em qualidades supostamente existentes nos dominantes.

O poder do carisma [...] fundamenta-se na fé em revelações e heróis, na convicção emocional da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística, científica, política ou de outra qualquer, no heroísmo de ascese, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo<sup>30</sup>.

Essas qualidades podem ser tanto dons sobrenaturais quanto coragem e inteligência inigualáveis. Nesse sentido, o poder simbólico de Bourdieu se aproxima do poder do carisma definido por Weber. Uma grande contribuição destes conceitos para entendermos esta vertente do poder dos coroneis é o fato de não permitir que o indivíduo, a população ou, no caso mais específico da República Velha, os eleitores, sejam vistos como sujeitos passivos na sociedade. Não por acaso, o tratamento atribuído por Bourdieu aos sujeitos sociais é o de agentes<sup>31</sup>, ou seja, aqueles que atuam, operam e agem. Este poder, dependente da cumplicidade dos indivíduos submetidos a ele, é reconhecido e ratificado por aqueles que o aceitam.

Desse modo, entendemos o poder dos coroneis como o resultado de suas relações instituídas tanto no meio social, quanto no meio político. Para o coronel ocupar um lugar de poder na sociedade era, portanto, necessária uma boa rede relações com o poder instituído ou com outros coroneis. Em parte, a sua relação com a população era também de aproximação, de compadrio e de carisma, instituídos historicamente.

Fundamentado nestes conceitos, este trabalho objetiva analisar o poder local no período político compreendido entre 1919 e 1926, no município de Morro do Chapéu, cidade localizada no Norte da Chapada Diamantina-BA. Naquela época, o município atravessava uma situação distinta do que já experimentara em sua vida política. A pequena cidade conseguiu atravessar praticamente as duas primeiras décadas do século

<sup>29</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: Fundamentos da Sociologia comprehensiva. Brasília: Editora UnB, v. 2. 1999, p. 187.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 327.

<sup>31</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: *sobre a teoria da ação*. 7 ed. São Paulo: Papirus. 1996.

XX sem qualquer conflito político mais grave, processo interrompido na transição para a década de 1920.

O Cel. Francisco Dias Coelho, intendente do município durante a década de 1910, conseguira manter a tranquila cidade afastada dos conflitos que atormentavam a população dos municípios vizinhos e colocara, ainda, no seu entorno os demais políticos de sua localidade.

O foco desse estudo centra-se no conjunto de mudanças no cenário político local ocorridas após a morte de Dias Coelho e seu objetivo principal é analisar as disputas políticas entre os coroneis que desejavam substituí-lo: Antônio de Souza Banta e Teotônio Marques Dourado Filho. A opção por esse período decorreu do fato de considerá-lo um referencial na política daquele município, que até então, não havia experimentado uma situação de polaridade política.

O ano de 1919 ficou marcado, em sua história, como o ano da morte de Francisco Dias Coelho. Contudo, optamos por enfatizar que foi em meados daquele ano, com a proximidade das primeiras eleições sem a presença do antigo coronel que, pela primeira vez, a política municipal apresentou dois nomes que pleiteavam o mando local, em posições opostas, mas em condições equiparadas.

Nesse particular, encontramos, já no final de 1919, as relações conflituosas entre o Cel. Antonio de Souza Benta e o Cel. Teotônio Marques Dourado Filho, na disputa pelo poder em Morro do Chapéu. Esses senhores lançam mão de artifícios dos mais variados e corriqueiros, que vão desde suas respectivas popularidades até o uso arbitrário da força, da opressão e da intimidação. No ano de 1926, acontece a resolução do impasse e a definição dos destinos políticos dos dois coroneis.

Esse recorte cronológico, no entanto, para que pudesse ser bem compreendido, precisou de uma série de observações anteriores à delimitação estabelecida. Fez-se mister dedicarmos parte de nossa atenção aos desdobramentos que antecederam o início de toda animosidade. Cada um dos coroneis pleiteantes liderava seu respectivo grupo e esses, por sua vez, tinham sua origem nos primeiros anos do século XX.

As atas do Conselho Municipal constituíram a principal fonte de informações sobre a situação política local nas primeiras duas décadas do século XX. Num momento em que a imprensa escrita ainda não havia se instalado em Morro do Chapéu, essa documentação foi fundamental para percebermos a prevalência de um grupo político sobre outro, da penetração do capital privado no poder público, bem como alguns interesses

do grupo que estava no poder. Contribuições semelhantes ofereceram as atas das reuniões dos partidos locais, embora em número mais restrito.

As publicações do *Correio do Sertão*<sup>32</sup>, organizadas em arquivo, foram imprescindíveis para a compreensão dos fatos ocorridos no desdoblamento dos embates estudados. Mesmo notoriamente parcial, os exemplares analisados constituíram uma preciosa fonte de informações da época. O contraponto com o *Pequeno Jornal*<sup>33</sup> possibilitou entendermos os níveis a que chegaram as disputas na época. O cruzamento de algumas informações possibilitou a elucidação de determinados fatos.

O depoimento dos descendentes dos membros dos grupos envolvidos nas questões estudadas, alguns deles inclusive tendo vivenciado algumas das situações ocorridas na época, foram fundamentais, uma vez que possibilitaram a comparação entre as memórias construídas em torno dos fatos e as conclusões obtidas a partir da análise dos documentos escritos. Contribuíram também, no sentido de nos facilitar entender as impressões sobre a política do período e os coroneis nela envolvidos. Alguns documentos encontrados no Cartório de Registro de Imóveis de Morro do Chapéu e nos arquivos da Igreja de Nossa Senhora da Graça nos suplementaram com informações importantes para o entendimento do caso.

Optamos por uma divisão simples do texto, composta de três capítulos. O primeiro, concentrou-se no período em que os grupos políticos se formaram, desde o momento em que trabalharam juntos, perpassando suas primeiras crises, até a cisão definitiva. Assim, dividimos esse capítulo em duas partes. A primeira parte consiste numa sintética apresentação da região de Morro do Chapéu, com alguns dados de sua história e da região geográfica em que se localiza. Nesse momento, foram importantes as contribuições de Neves (1998) e sua análise das comunidades sertanejas e das sesmarias que nos ajudaram a perceber as nuances da formação delas, nem sempre em acordo com o que a coroa portuguesa havia determinado<sup>34</sup>. Acreditamos serem necessárias estas pontuações para situar o leitor a respeito das delimitações espaciais do objeto em estudo. Em tempo, o pouco aprofundamento deu-se em função de entender que, embora se trate

<sup>32</sup> Hebdomadário fundado por Honório Pereira em Morro do Chapéu, em 1917. É hoje o jornal em circulação mais antigo do interior do Estado. Todas as transcrições do *Correio do Sertão* são fiéis ao texto original, respeitando a escrita da época.

<sup>33</sup> Dirigido por Adelmo Pereira, o *Pequeno Jornal* constituía um veículo de imprensa que representava os interesses da família Dourado e seu grupo político. Tal como com o *Correio do Sertão*, na transcrição de seus textos, foi mantida a escrita da época.

<sup>34</sup> Cf. NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade *sertaneja*: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS, 1998.

de um estudo de história local, tentamos manter uma perspectiva mais voltada para as questões políticas de disputa pelo poder.

A segunda parte traçou as características que convergiram para a cisão política na localidade. Nesse momento do trabalho, concentrarmos nosso foco em demonstrar a existência de dois grupos políticos distintos atuando num mesmo partido. Para entender melhor isso, fez-se necessário buscar as formas iniciais pelas quais esses dois grupos se organizaram. Percebemos neste instante a existência de um grupo político cujas, características fugiam ao padrão dos coroneis da época. Um grupo cujos, vínculos internos não estavam firmados na estrutura de parentesco e cuja base econômica não estava voltada para a agricultura ou pecuária. Este grupo de coroneis citadinos se organizou de forma específica e conseguiu assumir o poder local e gradativamente afastar das principais decisões os outros “partidários”.

Nas partes subsequentes, concentramo-nos em levantar, ainda que de forma breve, a trajetória dos principais nomes da política de Morro do Chapéu. Por questões cronológicas, iniciamos por Francisco Dias Coelho, sem o qual não seria possível explicar seu grupo, seguimos com a trajetória da família Dourado, enfocando Teotônio, e finalmente com Antônio de Souza Benta.

Optamos por não trabalhar isoladamente com Teotônio Marques Dourado Filho pela própria estrutura política na qual estava envolvido. A ascensão de Teotônio se caracterizou principalmente pelas ações em parcerias com seus familiares que o antecederam na política local e que galgaram posições em nível estadual. Além disso, em nível municipal suas alianças às outras famílias tradicionais, tanto na sede como no município, foram significativas para a consolidação política pessoal, bem como de seu grupo. Finalizamos este capítulo com a caracterização dos dois grupos políticos num momento em que já estavam mais definidos e no qual a cisão era algo iminente. Buscamos então elencar as principais diferenças de ambos os lados e percebemos que as divergências não eram apenas de cunho político ou econômico. Nesse momento, a presença do cel. Dias Coelho era o único empecilho a polarização definitiva da política local.

O segundo e o terceiro capítulos se concentram na querela de fato. No segundo, chamamos a atenção para a transmissão da liderança política de Dias Coelho para Souza Benta. Era um momento de mudança na política local, não só porque o antigo chefe entregava a liderança ao seu aliado e amigo particular, mas porque as características locais estavam se modificando. Primeiro, chegava ao fim o período de unidade política que era característica da Morro do Chapéu de outrora, segundo porque a tranquilidade

que pairou nas duas primeiras décadas do século XX começava a dar lugar a inquietações e indefinições.

Para tanto, o debruçar sobre as questões da política baiana nesse período tornou-se fundamental na compreensão não só dos estratagemas políticos da época, mas também no entendimento das relações instituídas entre os coroneis de Morro do Chapéu e dos demais chefes políticos tanto na capital da Bahia como no interior do Estado. Nesse momento, o trabalho de Sampaio (1998) acerca da organização dos partidos políticos da Bahia na Primeira República foi fundamental para entendermos os reflexos da política estadual nos desdobramentos das disputas locais. A “política de acomodação”<sup>35</sup> existente na época, de certa forma, esteve presente em Morro do Chapéu da década de 1910, o que nos ajudou a entender a latência das diferenças entre os grupos políticos locais.

A indefinição política de Souza Benta entre estabelecer relações com os coroneis dos sertões e o governo estadual passou a nortear o trabalho. A antiga aliança com o Cel. Horácio de Matos custou-lhe ser preterido por J. J. Seabra e Góes Calmon. Em consequência disso, o afastamento em relação ao governo estadual implicaria em perdas políticas em Morro do Chapéu. Diferentemente, a posição política bem definida de Teotônio Dourado se refletiu na sua gradativa ascensão.

Por fim, o terceiro e último capítulo tratou da resolução da querela. O Cel. Souza Benta passou a utilizar-se de todos os recursos de que dispunha e pôs à mostra suas diferenças em relação ao antigo sucessor. Morro do Chapéu vivia, então, os momentos mais tensos de sua história política.

---

<sup>35</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. EDUFBA: Salvador. 1998.

## CAPÍTULO I

---

### Parte I – MORRO DO CHAPÉU: BREVE DESCRIÇÃO DE SEU TERRITÓRIO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Morro do Chapéu existe, oficialmente, desde a primeira metade do século XIX, quando a freguesia, e com ela o distrito de paz, foi criada pela Lei Provincial n.º 67, de 1º de junho de 1838. Seu território foi desmembrado de Jacobina, junto com Mundo Novo, de acordo com a Lei de n.º 933, de 07 de maio de 1864, ocorrendo sua instalação a 06 de novembro do ano seguinte. Foi elevado à categoria de cidade sede do município com a Lei Estadual n.º 751, de 08 de agosto de 1909. Sua comarca foi criada pela Lei Estadual n.º 1.119, de 21 de agosto de 1915, desmembrada de Jacobina e instalada em 27 de outubro do mesmo ano. Atualmente seu território ocupa a área de 5.532 km<sup>2</sup>, com mais de 34 mil habitantes e com a sede distante 384 km a Noroeste da capital<sup>36</sup>.

A Morro do Chapéu que nos interessa, entretanto, é bem diferente nos aspectos urbanos, políticos e econômicos. O município possui grande parte de seu território, e toda sua sede, situado sobre um alto platô a 1.082 metros de altitude e com relevo do patamar do médio Paraguaçu, com sua localização imediatamente à margem direita do rio Jacuípe<sup>37</sup>. Seus limites foram definidos no ano de 1909, pela mesma lei que elevou a então vila à condição de cidade.

O Presidente leu a comunicação oficial da sanção da lei n. 751 de 8 de Agosto ultimo que elevou a Villa do Morro do Chapéu a categoria de Cidade fez sinceiros votos pelo progresso e engrandecimento desta cidade e do Município que ela se compõe e foi de parecer que se fez esse as necessárias comunicações ao Excelentíssimo Senhores<sup>38</sup>.

Seus limites foram estabelecidos da seguinte forma: ao Norte com os municípios de Jacobina e Sento Sé; ao Sul com Lençóis; a Leste com Mundo Novo, e a Oeste com os municípios de Xique-Xique, Brotas e Dr. Seabra. A sede do município dista 386 km da capital do Estado com a seguinte localização: latitude 11º 33', longitude 41º 09' e altitude de 1.040 metros<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> IBGE. Censo de 2000, e contagem populacional de 2007.

<sup>37</sup> CENTRO DE ESTATISTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos*: Região Nordeste – Salvador: CEI, 1994. v. 2, p. 281. (VIDE ANEXO I)

<sup>38</sup> Ata da sessão extraordinária do Conselho Municipal de Morro do Chapéu. 07 set. 1909.

<sup>39</sup> CENTRO DE ESTATISTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos*: Região Nordeste – Salvador: CEI, 1994. v.2. p. 182-183.

O solo da região é do tipo latossolo tropical laterítico, que contém alto teor de óxido de ferro e hidróxido, de coloração amarela ou vermelha e *podzólico*, pois é rico em ferro e lima, formado sob grande umidade, condições frias e ácidas, especialmente em áreas ricas em quartzo. A vegetação local se caracteriza pelo predomínio da Caa-tinga-floresta estacional, Floresta estacional e semi-decidual com contato com o cer-rado-floresta estacional, com gramíneo-lenhosa, sem floresta de galeria, refúgio arbórea aberto, nem palmeiras.<sup>40</sup>

A hidrografia da região está vinculada às bacias dos rios São Francisco e Jacuípe, nos quais podemos destacar os rios Jacuípe, Jacaré e Vereda do Romão Gramacho ou simplesmente rio Vereda como é mais conhecido. Quanto a este último, já no sécu-lo XIX encontramos algumas breves descrições sobre os rios de Morro do Chapéu, com uma breve menção a ele.

Seu território é regrado por diversos rios, dos quaes o mais notável é o Jacuípe, que nasce perto da vila de Morro do Chapéu, desembocando no Paraguaçu, [...] acima da cidade de Feira de Santa Ana, depois de um curso de sessenta léguas. Além do citado rio, temos outros [...]: o Rio Vereda, que desemboca no rio São Francisco e os rios Utinga e Santo Antônio que desembocam no Paraguaçu<sup>41</sup>.

O Rio Vereda tem sua importância ampliada em virtude de se tornar divisa do município, após as querelas que estudaremos no transcorrer deste trabalho. Seu nome devemos ao seu descobridor, o sertanista Romão Gramacho que influiu no desbrava-mento daquela região, onde desenvolveu atividade de explorador<sup>42</sup>.

Além de Romão Gramacho, outros sertanistas foram responsáveis pelo desbra-vamento do território onde se localiza Morro do Chapéu. Nomes como Gabriel Soares de Sousa, Robério Dias são citados entre os exploradores que passaram pelas terras de Morro do Chapéu após 1591. Lá são encontrados vestígios em inscrições e símbolos nas pedras das serras, cujas autorias lhes são atribuídas. Também aos Jesuítas é atribuída uma parte do desbravamento das atuais terras do município, quando exploraram as ma-tas do Sincorá, e consequentemente as cabeceiras do Paraguaçu. Foi explorando o rio ao

<sup>40</sup> *Ibidem*. p. 183.

<sup>41</sup> Descrição do Município da Vila de Morro do Chapéu. Comarca de Jacobina. APEB, Seção Colonial e Provincial, Governo, Câmara Municipal, Morro do Chapéu 1861-1889.

<sup>42</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. *Encyclopédia dos municípios brasileiros*. v.21. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 49.

qual deram o nome de Rachão do Utinga que fixaram alguns exploradores, fazendo plantações e edificando moradias<sup>43</sup>.

Mas, foi na primeira metade de Século XVIII que o processo de povoamento daquela região tem início através da concessão de grandes áreas de terra pelo governo português, através do instituto da *sesmaria*, que tinha a finalidade de ocupar a área, a partir da fundação de diversas fazendas. Segundo Neves (1998), o sistema de *sesmarias* teve o objetivo de distribuir e estimular o povoamento de terras incultas ou conquistadas por árabes na Península Ibérica. Já naquele período, essas grandes poções de terra tinham também a meta de desenvolver a agricultura e a produção de alimento, haja vista a escassez que afligia Portugal naquela época.<sup>44</sup>

Segundo Faoro (2004), a coroa portuguesa, no intuito de continuar a manter centralizado o domínio político sobre suas terras, havia delimitado as dimensões máximas das propriedades, já no final do século XVIII havia determinado que:

(...) as sesmarias só seriam outorgadas se não superiores a três léguas, fixado o máximo, em algumas capitanias, a meia légua. (em geral, uma data meia uma léguia quadrada e importava em 9 mil braças de 2,20m)<sup>45</sup>.

Entretanto, Neves (*op. cit*) nos relata que essas medidas não foram suficientes para evitar que o domínio de terras no Brasil fugisse ao controle destas regras. O pesquisador nos diz que, apesar de estabelecido esse estatuto jurídico medieval a coroa portuguesa, permitiu a formação de imensos latifúndios durante a colonização lusitana. Um dos maiores vinculava parcialmente ao morgado Guedes de Brito, instituído no século XVII, por verba testamentária do Tabelião Antônio de Brito Correia e sua mulher Maria Guedes. Esse patrimônio fundiário de origem sesmeira, em poder do filho Antônio Guedes de Brito Guedes de Brito expandiu de tal modo que somente o superou, em extensão as terras da Casa da Torre, domínio dos descendentes de Garcia d'Ávila, seus rivais, que se estendiam por zonas atualmente sob jurisdição de vários estados nordestinos<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. v.21. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 47.

<sup>44</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade *sertaneja*: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS, 1998. p. 51.

<sup>45</sup> FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 16 ed. São Paulo: Globo. 2004. p.127.

<sup>46</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS, 1998. p. 54.

As terras onde hoje se encontra assentado o município de Morro do Chapéu são provenientes da divisão das terras promovidas a partir do século XIX, outrora pertencentes a Antônio Guedes de Brito. Essas terras compreendiam a área entre as nascentes do rio Itapicuru, hoje no município de Jaguarari, no Norte do estado, com divisa com Juazeiro, percorrendo a região central do estado, até a nascente do Paraguaçu em Barra da Estiva no alto sertão baiano. De toda sorte, o processo desencadeado a partir da promoção de povoamentos mantidos com as atividades agrícolas e de produção de alimentos pode ser considerado o primeiro passo para a ocupação daquela região da Chapada.

O principal e definitivo fator do povoamento do município foi a concessão de grande áreas de terras ao 6º Conde da Ponte, por d. Fernando José de Portugal, com a finalidade expressa de promover o povoamento, a partir de quando foram fundadas as seguintes fazendas: Morro, Olho d'água, Canabrinha, Taperá, Santo Antônio, São Rafael, e Saboticaba ou Morrinhos. Um dos colonos, Manuel Ferreira dos Santos, adquiriu terás ao 6º conde da Ponte e, com seus filhos Antônio, José e Domingos e José Joaquim Cardoso, fundou a fazenda Gameleira. Contudo o maior colonizador de então foi Antônio Guedes de Brito. Que possuía cento e sessenta léguas de terras, contadas de Morro do Chapéu até as águas do Rio das Velhas. Em 1724, conforme diz Luis dos Santos Vilhena, quando se iniciou a exploração de outra na freguesia de Jacobina, já se desenvolvia a criação de gado no território do atual município, que se tornou conhecido, sobretudo, pela abertura das estradas para ligarem Jacobina ao rio São Francisco e a Minas Gerais, as quais passavam pela fazenda gameleira<sup>47</sup>.

A abertura da estrada que ligou Jacobina ao rio São Francisco, ao sul, e a Minas Gerais, foi um determinante para a localização da sede de Morro do Chapéu. O local escolhido foi a Fazenda Gameleira. A capela de Nossa Senhora da Graça, localizada atualmente no centro da cidade, foi edificada no terreno doado pelo proprietário da fazenda, o senhor Antônio Ferreira dos Santos. Tornou-se freguesia, apenas quatro anos depois de concluída a construção do templo, através da Lei provincial nº 067 de 1º de junho de 1838. Com esta lei, a freguesia recebeu o nome de Morro do Chapéu. Esse topônimo de Morro do Chapéu derivou do fato de a cidade estar assentada a 6 km de um alto monte, em cujo topo existia uma pedra com a aparência de um chapéu.

---

<sup>47</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. *Encyclopédia dos municípios brasileiros*. v.21. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 48.

Mapa do Estado da Bahia, publicado pelo Governo do Estado em 1925<sup>48</sup>



FONTE: SEI

Reportamo-nos agora ao período republicano, que é o recorte temporal que comprehende nosso foco. As Leis estaduais n.º 751, de 08 de agosto de 1909, e n.º 1.119, de 21 de agosto de 1915, elevariam Morro do Chapéu à condição de sede do município e comarca, respectivamente. Nesse período, a cidade possuía pouco mais de 600 casas, a grande maioria delas com características antigas, mesmo para a época. Embora pequena, a cidade se tornara uma das mais promissoras da Chapada Diamantina, graças ao co-

<sup>48</sup> Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia: Um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001, p. 19.

mércio de gado de corte e a extração de pedras<sup>49</sup>. Isso motivou a ida de muitos homens de negócio para o Morro. Antonio de Souza Benta, Horácio de Queiroz Matos e Manoel Quirino de Matos são exemplos deles. Já o potencial pecuário da região oeste do antigo município fez com que, a partir da segunda metade do século XIX, a família Dourado por lá se instalasse.

O clima local, diferente dos municípios vizinhos, possui temperatura média próxima dos 18°C, não sendo difícil estar abaixo dos 10° na sede, a região mais fria, em determinadas épocas do ano. Na descrição de Oliveira (1919), o clima de Morro do Chapéu é descrito como “muito variado, frio nos lugares de *geraes*, onde se acha situada a cidade, que goza de salubridade sem igual no sertão: tem um verdadeiro clima europeu”<sup>50</sup>. Isso valeu ao município ser conhecido como a “cidade do frio” ou “terra do frio”.

Economicamente, ainda que fosse importante o repasse de recurso oriundo do Estado, o município possuía um lastro financeiro bastante razoável. O repasse das verbas estaduais para Morro do Chapéu, em 1919, ficou próximo de 12.000\$000 (doze contos de Reis), enquanto a arrecadação municipal própria ultrapassou os 20.000\$000 (vinte contos de Reis)<sup>51</sup>. Isso, no entanto, não sugere autonomia do município em relação à unidade da federativa, mas certamente indica um pouco de tranquilidade nas contas públicas. Em um momento no qual a política estadual era infestada de incertezas com relação às trocas de governador, e principalmente das rupturas e alianças políticas recorrentes na época, um bom lastro financeiro, certamente, traria alguma tranquilidade ao local. Ainda assim, o município poderia contar com o dinheiro emprestado, a juros, dos coroneis, sempre que fosse necessário.

Se da economia atual do município, os serviços equivalem a 29.22% do seu PIB, a agropecuária a 13.30% e a pequena indústria a 5.81%, no início do século XX, a mineração era fator de destaque em qualquer descrição sobre aquelas terras. Na época o município era “riquíssimo em mineração de diamantes, carbonados, cristal de rocha, enxofre, salitre, nitrato, pedra calcária, em grande profusão e também ouro”,<sup>52</sup> até então não explorado. Outra atividade destacável era a pecuária, praticada um pouco mais distante, ao oeste da sede, que se caracterizava pela compra de gado bovino, oriundo, na maior

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Antônio Gabriel de. *Morro do Chapéu*. in: Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia. v. 45, 1919.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Antônio Gabriel de. *Morro do Chapéu*. in: Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia. V. 45 1919, p. 167.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 165.

parte, dos estados de Goiás e Piauí, para passar por processo de engorda e posterior venda para abate.

O maior Commercio da comarca está na exportação de gados recebidos dos sertões de Goyaz e Piauhy e são destacados em suas bellas campinas e enviados aos pastos. Calculam-se em mais de 10 mil os bois importados e que depois de gordos são enviados para a Feira de Santa Anna, que entretém antigo comercio com esta Cidade<sup>53</sup>.

Como qualquer cidade, Morro do Chapéu não se encontrava isolada política e economicamente. Poderemos perceber no transcorrer deste trabalho em que padrões as relações entre o município e alguns vizinhos se estabeleciham. Na citação acima já vimos indícios de intensa relação comercial e pecuária com a região de Feira de Santana. Oliveira (*op. cit.*) mencionou a existência de outras relações estabelecidas a partir da cultura do algodão, borracha de maničoba e peles com a cidade de Salvador. Entretanto, não era fácil o transporte dos produtos ou do gado para essas distantes cidades.

Morro do Chapéu não possuía nenhuma via de transporte mais moderna, não existia estrada de ferro, tampouco de rodagem em toda a comarca, apenas estradas comuns, vicinais, para outras partes dos sertões e para a capital do Estado. O anseio por uma estação de trem em Morro do Chapéu aparece algumas vezes no *Correio do Sertão*, como demonstração dos interesses que os políticos da cidade, principalmente o jornal representava. A instalação de um terminal da linha férrea significaria um avanço econômico, pois facilitaria o escoamento de tudo que se produzia no município. Representaria também uma relação mais independente com outros municípios, como Jacobina. Entretanto, isso jamais se concretizou, a estrada de ferro em terras morrenses nunca se tornou realidade.

Os interesses políticos impulsionavam as ações dos coroneis em estabelecer vínculos com outros chefes locais de cidades circunvizinhas. Veremos que esse capital social, essa rede de relacionamentos, estabelecido através de um vínculo de amizade e/ou clientelismo foi fundamental para os homens de mando nessa região sertaneja.

O Cel. Francisco Dias Coelho, por exemplo, estabeleceu fortes relações com Clementino Pereira de Matos, Manoel Quirino e Horácio de Matos, por muitas vezes, hospedando-os em sua residência. Estes homens tinham forte influência em Brotas de Macaúbas, Barra do Mendes, principalmente depois do conflito entre

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 168.

Horácio e o Cel. Militão em Xique-xique e Lençóis. Os dados do *Correio do Sertão* sugerem que o Cel. Antônio de Souza Benta, além de estabelecer esses vínculos, manteve aproximação com os chefes político de Mundo Novo e Jacobina.

Em 1924, por exemplo, Mundo Novo tinha apenas um partido político, chefiado pelo Cel. Juvêncio Pereira Lima, um coletor estadual com quem Souza Benta mantinha boas relações. É o que indica a nota publicada por Benta no *Correio do Sertão*:

O Cel. Juvencio Lima, com a sua valiosa ação moral, e unido à sua numerosa família e as importantes famílias Barreto, Sampaio, Custódio de Lima, e France-lino da Silva, e a outros bons elementos do Municipio, trabalha com esmero pela manutenção da sua politica moralizada, harmonica e digna a qual trará indubitablemente o reerguimento e progresso do grande Município vizinho<sup>54</sup>.

Em Jacobina, no final da década de 1920, recordam os moradores que o confronto entre os coronéis Galdino César de Moraes e Ernestino Alves Pires parou o município. Um conflito no qual as forças se equivaliam de tal forma que o embate se prolongou por semanas, e somente veio a se definir com a decisão de Souza Benta, motivado a partir de interesses econômicos, em enviar de Morro do Chapéu uma tropa de seus jagunços para lutar ao lado de Galdino César.

Jacobina era importante para Morro do Chapéu de tal forma que esse tipo de intervenção certamente traria resultados proveitosos para a cidade. Desde o final do século XIX, era através de Jacobina que se fazia a viagem para a capital do Estado, era também para Jacobina que funcionava o correio com cartas e encomendas duas vezes por semana. Embora não hajam relatos oficiais, é provável que a passagem de gado para a então feira de Santa Anna dos Olhos D'água acontecesse através desse município, pois a estrada que ligaria esta cidade até Morro do Chapéu foi inaugurada apenas em setembro de 1924, e se estendia somente até o município de Mundo Novo. Não existia um caminho direto para a ‘cidade da Bahia’. Também através de Jacobina, os produtos oriundos de Morro do Chapéu eram escoados para Salvador. Isto se tornou mais acentuado a partir de 1920, quando foi inaugurada a estação ferroviária de Jacobina, ponta de linha do ramal ferroviário da Leste Brasileiro que saía de Senhor do Bonfim.

---

<sup>54</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 06 jan. 1924.

Dista Jacobina da capital quatrocentos kilometros communicando-se com ella ou pela Feira de Sant'Anna distante duzentos e sessenta kilometros, ou pela villa das Queimadas, estação do prolongamento, distante cento e dez kilometros. Seu commercio é activo e extenso, relacionando-se com Vila Nova, (cidade do Bom-fim), Amargosa, Feira de Sant'Anna, Cachoeira, Alagoinhas, Barra do Rio Grande, Lençóes, Morro do Chapéo, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe, Campo Formoso, Monte Santo, Tucano e Bom Conselho neste Estado, Laranjeiras e Símão Dias no de Sergipe e com os Estados de Goyaz e Piauhy no grande negocio do gado<sup>55</sup>.

Não é demais lembrar, que um dos planos imperiais de transporte previam uma ferrovia em Minas Gerais e outra na Bahia, interconectadas pelo rio São Francisco e ligadas respectivamente ao Rio de Janeiro e Salvador. Isso era parte de um desejo de integração nacional até mesmo anterior ao período do império.

O *Plano Moraes*, como veio a ser chamado, propunha a interligação de todas as bacias hidrográficas do país [...]. O plano do engenheiro Moraes, a despeito de enfatizar o aproveitamento das vias interiores de navegação, preconizava, ainda, a integração do sistema fluvial com as ferrovias e com a navegação de cabotagem, por meio da construção de três grandes estradas de ferro conectando os portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife com as bacias dos rios mencionados — tudo isso de uma forma harmônica e coordenada<sup>56</sup>.

A cidade de Jacobina tinha uma forte ligação comercial, vinculada à pecuária, com as cidades da região norte da Chapada. Isso aconteceu provavelmente por ser praticamente a única via de acesso de Morro do Chapéu para Feira de Santana e Salvador. Jacobina, por manter relações com o Recôncavo e a capital, estabelecia intensas relações econômicas com as cidades do alto sertão, “feitas por caminho até a localidade de Rio de Contas que passava por Morro do Chapéu, Utinga (Riachão de Utinga), Ponte Nova (hoje Wagner), Lençóis e Santa Isabel do Paraguaçu (hoje Muçugê)”<sup>57</sup>.

Além desses contatos, por outro lado, a família Dourado, muito numerosa na região, estabelecia ligações com a vila do França, distante 40 quilômetros de Jacobina, principalmente por ser área de atuação do Cel. Terêncio Dourado, comandante da Força Pública do Estado da Bahia. Terêncio era o elo entre os Dourado da Chapada e de

<sup>55</sup> VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o estado da Bahia*. Bahia: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893. p. 447, 448.

<sup>56</sup> GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas . Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil — uma perspectiva histórica. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 13, p. 187-188, jun. 1996.

<sup>57</sup> BRANDÃO, Marcos Sampaio. *O sistema de produção na Bahia sertaneja do século xix: uma economia de relações não-capitalistas*. In: Campo-Território: revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 62-81, ago. 2007. p. 72.

outros locais, principalmente Salvador. Foi ele quem estabelecia o contato com o deputado Ângelo Autran Dourado, quando o Estado, por algumas vezes, interveio na política de Morro do Chapéu.

As ligações políticas com a vila do França também eram significativas. Em 1923, a vila ganhou uma estação de trem, também da Leste Brasileiro, que vinha de Jacobina e conectava com Salvador. Inaugurada em 12 de agosto de 1923, a estação do França favoreceu toda a região e principalmente o município de Mundo Novo devido à proximidade. Não por acaso, muitas pessoas daquela cidade, inclusive o intendente e conselheiros, se fizeram presentes na ocasião<sup>58</sup>.

Assim, através das breves linhas sobre as ligações de Morro do Chapéu com algumas cidades circunvizinhas já podemos perceber o quanto esses vínculos eram importantes. Se economicamente os municípios de Jacobina e Mundo Novo e a vila do França foram importantes para o município de Morro do Chapéu. O desfrutar desses benefícios de que dispunham os municípios vizinhos dependia de boas relações políticas com essas e outras localidades. Esse capital garantiu o acúmulo de forças, capaz de dar estabilidade a um chefe político no comando de um município ou região.

---

<sup>58</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 05 ago. 1923.

## **Parte II – MORRO DO CHAPÉU: DA UNIDADE À CISÃO POLÍTICA**

### **1.2.1 – A situação política de Morro do Chapéu: da unidade à cisão Política**

O município de Morro do Chapéu mais parecia uma “Suiça sertaneja”<sup>59</sup>. Esta visão de Chagas (1982) resume o período em que o Cel. Dias Coelho esteve à frente do município. Se houve oposição acirrada, nossos documentos não dão conta, contudo, alguns fatos sugerem alguma disposição contra atos de violência e uma clara intenção de construir ou ratificar a imagem de um pacifista. Isso parecia tão importante para Dias Coelho que até mesmo o uso de palmatória nas escolas, somente para mencionar um exemplo, foi proibido pelo coronel. Pelo menos é o que conta Rubem (2001). O professor Faustiniano Lopes Ribeiro teria abolido de sua sala de aula, a mando do Cel. Dias Coelho, o uso da palmatória, que era algo comum nas escolas da época<sup>60</sup>. Se nem tudo há como provar, certamente é até óbvio que a imagem de um homem de paz ficou associada a este coronel.

O período em que Dias Coelho esteve no poder foi bastante tranquilo em Morro do Chapéu. Isto, contudo, não significa que ele era um homem incapaz de arbitrariedades, mas sim quando praticadas ações enérgicas, estas foram associadas não a ele, mas aos seus “braços armados”, principalmente ao Benta, cujo exército de “cabras” e jagunços, sempre alerta nas brenhas de Martin Afonso, era bastante conhecido. Análogo a isso, não localizamos documentos ou testemunhas que, se quer, sugiram a existência de qualquer agrupamento que pertencesse, ou que recebesse ordens diretas de Dias Coelho. Outrossim, parece que havia uma preocupação do grupo em dissociar a imagem de seu chefe de qualquer prática de violência.

Os coroneis Souza Benta e Teotônio Dourado, então futuros pleiteantes a sucessor de Dias Coelho, certamente não lograram o mesmo êxito. Algumas referências encontradas sobre Souza Benta trazem junto ao seu nome o adjetivo “temido” em função dos homens que aguardavam apenas uma ordem, nas brenhas de Martin Afonso, uma propriedade sua ao Sudoeste da sede do município. É conhecido da população de Morro do Chapéu ainda hoje, que Souza Benta era o principal “braço armado” de Dias Coelho. Tanto essa como outras propriedades aquartelavam suas tropas. Entretanto,

---

<sup>59</sup> CHAGAS, Américo. *O Chefe Horácio de Matos*. São Paulo: DIFEL, 1982. p.10.

<sup>60</sup> RUBEM, Jackson. *Irecê: histórias casos e lendas*. 2 ed. Print Fox: Irecê-Ba. 2001, p. 122.

em algumas ocasiões, por questões estratégicas, o uso da força não foi o caminho adotado para resolver suas questões.

Consideramos necessário ressaltar que o fato de Souza Benta ter ficado conhecido como o “braço armado” de Dias Coelho, não implica necessariamente dizer que Benta simplesmente cumpria ordens de seu amigo. Os documentos consultados sugerem ações associadas entre Dias Coelho e Souza Benta, e não uma relação de submissão. Parece razoável pensar que se tratava de uma questão de estratégia do grupo e manutenção das relações constituídas com Dias Coelho. A imagem de um homem de paz, um pacificador, estava associada à construída pelo próprio município, como um local tranquilo e sem tumultos sociais ou políticos. É provável que esses homens já pensassem que a desconstrução dessa imagem do chefe implicaria perdas políticas consideráveis.

Quanto a Teotônio Dourado, os poucos episódios de utilização das forças estavam associados à ideia de que apenas se defendia. Foi assim em 1924, quando em alguns momentos defrontou-se com homens do Benta à porta de sua casa. Ainda assim, os revides ocorreram sempre usufruindo da influência de sua família junto ao governo estadual graças à existência de outros Dourado que compunham a “máquina” estadual na época, o que em algumas situações lhe garantiu o apoio de aparato policial. Os relatos encontrados sobre Teotônio, mesmo do *Correio do Sertão*, órgão de impressa dos adversários, não indicam algum controle sobre tropas de jagunços. Na cidade, nos dias atuais, isso não é comentado. As entrevistas feitas com pessoas relacionadas aos antigos partidários de Benta ou de Teotônio não sugerem essa característica. Todavia, em dado momento o Dourado usufruiu da presença de homens armados em Morro do Chapéu.

Tudo indica que a influência de sua família facilitasse as coisas para Teotônio, pois podia gozar do privilégio de dispor da força pública ao invés de ter que manter o seu próprio exército. O mesmo não aconteceu com o grupo de novos chefes políticos locais que não dispunham do legado das famílias. Sem uma estrutura familiocrática e sem sobrenomes que os apresentassem à sociedade, esse grupo se organizou e assumiu, rapidamente, hegemonia<sup>61</sup> política local.

---

<sup>61</sup> O que entendemos por hegemonia é inspirado no conceito adotado por Perissinoto (1994), no estudo sobre classes dominantes e hegemonia na República Velha. Nesse trabalho ele considerou hegemônica a parte integrante do bloco do poder que preponderava politicamente sobre as demais. No nosso caso, entretanto, chamamos de hegemônico o grupo de políticos, que no sistemas de relações existentes na República Velha, predominava sobre os outros, assumindo o comando e ditando as regras em um dado município ou região. Tratamos aqui, portanto, de uma hegemonia local, uma vez que é a essa esfera de poder a que nos referimos.

A estrutura familiocrática se baseava em três tipos básicos de relações: a parentela, o parentesco e o clã. A relação de parentela, o laço consanguíneo que, analisando de forma concisa, visava principalmente a perpetuação de dada família, ou grupo de famílias, no poder local. Isso existia em função de uma tendência em manter todos os tipos de relações dentro do “seio” familiar. Veremos, mais adiante, que essas relações foram elevadas às condições extremas no intuito de uma família se perpetuar forte e coesa.

As agremiações políticas se formavam também a partir de “indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (comadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais)”<sup>62</sup>. Nesse sentido, os laços de parentesco não se limitavam a formas de aglutinação política internamente familiar, mas era uma forma de não ver fragmentado todo o patrimônio para fora de seu raio de domínio ou influência, mesmo que isso significasse um cônjuge entre duas famílias distintas. Assim, visavam fortalecer a representatividade dos chefes no cenário político local, a partir do acúmulo de um capital social proveniente de alianças com outros chefes de outras importantes famílias. Normalmente, “a participação numa oligarquia [...] incluía a família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento”<sup>63</sup>, mas, muitas vezes, isso era estendido a uniões com outras pessoas, sempre importantes famílias, como forma de concentração de poder.

Essa tradição era, sem dúvida, uma forma de se manter um nome no poder. Era também um recurso político e econômico. Essas preocupações eram tamanhas que os agrupamentos políticos extrapolavam, ainda, as relações de parentela e parentesco. Assim, algumas vezes, as relações de proximidade entre famílias distintas passavam a existir por causa da similaridade de interesses políticos e de afinidades econômicas que se estabeleciam como uma relação de comadrio. Mais abrangentes, esses clãs são um exemplo de que não só os laços de sangue ou o matrimônio serviam para estabelecer alianças muitas vezes tão fortes quanto um casamento.

O clã brasileiro, ou família extensa, sempre incluiu em sua esfera de influência membros consanguíneos e não-consanguíneos. Além dos parentescos por casamento, tanto pelo lado paterno como pelo lado materno, o clã estendia-se e in-

---

<sup>62</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 179.

<sup>63</sup> PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934): A Bahia na Primeira República*. 1979, p. 40.

corporava dependentes sócio-econômicos, principalmente por motivos políticos<sup>64</sup>.

Não seria nenhum exagero afirmarmos que a maioria dos coroneis brasileiros enquadrava-se nessa categoria de oligarquia familiocrática, em que os chefes das famílias mais influentes assumiam a liderança em suas regiões. Além do consórcio matrimonial que interligava as famílias, elas normalmente estavam ligadas às atividades econômicas para as quais a região era voltada. Assim foi na Bahia, no início do século XX, quando, segundo Pang (1979), a Bahia possuía quatro principais regiões geoeconômicas, e em cada uma delas uma família ou grupo de famílias se estabelecia no poder.

Na capital e no Recôncavo, predominavam as famílias ligadas à atividade canavieira, já em decadência, diga-se de passagem. No Sul, os fazendeiros vinculados ao cultivo do cacau. Na região banhada pelo rio São Francisco, durante muito tempo, a hegemonia política esteve nas mãos dos homens que controlavam os grandes depósitos de mercadoria, em Juazeiro, por exemplo, “a cidade mais importante do vale e centro de armazenamento do mercado fluvial, foi governada por uma série de coroneis comerciantes”<sup>65</sup>. Nas Lavras Diamantinas, além da criação de gado bovino em determinadas áreas, a descoberta de diamantes, a partir da década de 1840, e a valorização do carbonado, depois de 1880, garantiram o domínio político de famílias ligadas a essa atividade. Enfim, o domínio político nos “quatro cantos” do estado manteve-se sempre em poder de famílias e de agrupamentos delas ou em torno delas.

Os clãs políticos dominantes demarcaram suas áreas de influência ao longo de limites geoeconômicos, e, dentro de cada zona, uma ou mais famílias surgiu como oligarquia municipal. Era essa a situação do domínio oligárquico na política da Bahia, nas quatro principais regiões<sup>66</sup>.

Nesse sentido, os Dourado apresentam as características mais comuns que nortearam os conceitos e definições dos grupos políticos na Velha República. Assim, os laços de parentesco não se limitavam a formas de aglutinação política. Eram também uma forma de não fragmentar a riqueza familiar. Em resumo, a familiocracia era, sem dúvida, uma forma de se manter um nome. Nesse caso o Dourado, no poder, manifestando-se através de ações políticas e econômicas.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 76.

De forma bastante precisa, afirmou Pang (1979) que a maioria dos coronéis brasileiros enquadrava-se na categoria de oligarquia “familiocrática”. Segundo ele, “a participação numa oligarquia [...] incluía a família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento”<sup>67</sup>.

A figura do cel. Teotônio Dourado surge como aquele que aspirou à chefia política local através de uma gama de capitais constituídos historicamente, em particular através da herança de sua família. Seu tio, Herculano Dourado, ainda em atividade política nos primeiros anos do século XX, fora o último da família a se tornar intendente no município. O seu pai, Teotônio Marques Dourado, líder político na região de América Dourada e de Caraíbas – hoje Irecê –, reduto da família Dourado até os dias atuais. Mas em Morro do Chapéu, desde o último ano do século XIX, os Dourado começaram a perder espaço.

Não há, portanto, como negar a influência da família no processo de manutenção do poder. Não é essa a pretensão aqui. Cabe inclusive, uma pequena pontuação teórica sobre as famílias e a tendência que têm a perpetuar seu ser social. A própria Sociologia sugere que:

(...) as famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança<sup>68</sup>.

Entretanto, ao contrário da ideia de que a estrutura familiocrática foi geral e absoluta, existem exemplos de agrupamentos políticos com bases bastante diferentes no mesmo período. Na própria Chapada, onde a atividade econômica voltada principalmente para a mineração foi algo intenso, o garimpo de pedras preciosas, semipreciosas e também de ouro, como no caso do Piemonte da Chapada, mais precisamente nas proximidades de Santo Antonio de Jacobina, viabilizou um cenário político bastante particular.

As secas da segunda metade do século XIX<sup>69</sup>, praticamente, impossibilitaram a agricultura e a pecuária na região, a descoberta de pedras preciosas e o início de garimpos alteraram o seu panorama econômico e iniciaram um quadro político diferente. O êxodo dos grandes proprietários de terras para o Sul da Bahia, em busca de melhores investimentos, fez com que novos personagens adquirissem espaço na região.

<sup>67</sup> PANG, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934: A Bahia na Primeira República)*. 1979, p. 40

<sup>68</sup> BOURDIEU Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 7ed. São Paulo: Papirus. 1996. p.35.

<sup>69</sup> Sobre as secas na região da Chapada, no século XIX, vide: GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador: Bahia, 2000.

A crise econômica aliada à seca tornou as perdas dos grandes proprietários maiores. A recuperação econômica torna-se mais difícil, pois a restrita interferência do governo aumenta os transtornos dos proprietários e provoca o rompimento das relações sociais tradicionais, à medida que poucos da camada subalterna são socorridos e o pauperismo crescente leva a retiradas às áreas não atingidas pela seca e com perspectivas de trabalho e desenvolvimento de novo as zonas produtivas como o sul do estado<sup>70</sup>.

Aquela região, inclusive, parece ter sido atingida mais fortemente com as secas do século XIX. As descrições que encontramos sobre a região naquela época sugerem que o problema ali foi mais acentuado. O comércio não possuía o que vender e a lavoura não conseguia produzir.

Na freguesia de Morro do Chapéu, comarca de Jacobina, a situação não era diferente, pelo contrário, havia o agravante da seca já durar a 5 anos. Desde dezembro de 1859 a farinha de mandioca, o feijão, o milho e o arroz pilado não eram mais comercializados em Morro do Chapéu. A lavoura da freguesia há muito havia se extinguido. As estradas de acesso à localidade estavam intransitáveis, impedindo a descida do gado e prejudicando a economia local...<sup>71</sup>.

Os que ficaram na região, forçosamente, desenvolveram novas atividades para garantir a subsistência. A pouquíssima água disponível na época não poderia ser gasta na agricultura, pecuária ou extração de ouro. Mas o carbonado, uma pedra semelhante ao diamante, porém impossível de lapidar, sem o mesmo brilho e valor, tornou-se o sustento de muita gente. Catharino (1986), em estudo sobre direitos trabalhistas de garimpeiros na Chapada Diamantina, descreve o carbonado como “uma espécie de carbono puro (*carbon* = diamante negro) não diamantino nem adamantino, sem clivagem e não lapidável”<sup>72</sup>. O carbonado não tinha o mesmo valor comercial de uma pedra preciosa, contudo, a sua utilidade na composição das pontas de brocas industriais resultou em grande valorização nas últimas décadas de 1900. As obras do processo de modernização corrente na Europa no final do XIX e início do XX desencadearam uma alta vertiginosa no valor da pedra que teve o valor do seu grama superior ao valor da cabeça de gado bovino.

Esse fenômeno trouxe consequentemente o enriquecimento de homens e o surgimento, nas Lavras Diamantinas, de um novo tipo de chefes políticos locais que destoavam das características que serviram de paradigma nos estudos específicos da história política brasileira. Entre esses novos emergentes, podemos destacar o próprio Cel. Dias

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>72</sup> CATHARINO, José Martins. *Garimpo – garimpeiro – garimpagem*. Rio de Janeiro: Philobiblion: Salvador: Fundação Econômica Miguel Calmon, 1986 p. 108.

Coelho que, através do carbonado, emergiu para a condição de maior comerciante de pedras de Morro do Chapéu e da Bahia, como também um dos mais destacados chefes políticos e dono de partido na Bahia durante a República Velha<sup>73</sup>.

As condições socioeconômicas desse período fizeram com que não só os membros das famílias mais tradicionais que se organizavam sob forma de oligarquia *familiorcrática* pudessem emergir social e politicamente, mas também outros indivíduos oriundos de uma realidade social bastante distinta. Em Morro do Chapéu, especificamente, a partir dos últimos anos do século XIX e durante as décadas iniciais do XX, um grupo de novos políticos emergentes enriquecidos com o carbonado se organizou e ascendeu politicamente ao ponto de rivalizar com os tradicionais chefes políticos de então.

Já nas primeiras décadas do novo século, conseguiram afastar nomes de tradicionais famílias em sua região do quadro governamental. Depois de organizado esse grupo, algumas famílias perderam espaço no cenário político, e mesmo os Dourado, o maior e mais rico clã da micro-região, ficariam as duas primeiras décadas do século XX, sem ter alguém sob o seu comando à frente do município.

### **1.2.2 – Francisco Dias Coelho: o carbonado e sua ascensão**

Ainda que as relações de parentesco apareçam na literatura sobre a história política do Brasil, alguns casos não se encaixam tão bem nestas características. Contrariando a esta regra, o Cel. Francisco Dias Coelho e o Cel. Antonio de Souza Benta e outros de seu grupo político não contavam com o nome da família para gozar de maior representatividade. Naquele momento, mesmo já tendo galgado a intendência municipal entre os anos de 1903 e 1907, Souza Benta atuava como o “braço direito”, homem da maior confiança, do Cel. Francisco Dias Coelho (1864-1919), que durante a década de 1910, até o fim de sua vida, colocou em torno de si as maiores autoridades políticas da região. Desta forma, ele não estava vinculado a uma família ou a uma parentela.

Nascido em 1864, o Cel. Dias Coelho viveu muitas das transformações ocorridas na Chapada Diamantina. Viveu parte das secas que assolararam a região nas últimas décadas do século XIX e a consequente crise dos diamantes. A escassez de água impossibilitou a lavragem do cascalho na incessante busca das preciosas pedras. O colapso da extração de Diamantes tornou-se inevitável, uma vez que muitos donos de garimpo se retira-

---

<sup>73</sup> Cf. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 119.

ram para a região cacaueira ou capital do estado para nessas regiões investirem suas economias. Não bastasse isso, os diamantes encontrados nos campos do *Transvaal* na África do Sul possibilitaram o predomínio da União Sul-Africana neste comércio, principalmente pela proximidade geográfica com os compradores e pela qualidade superior das suas pedras. Por fim, os conflitos armados entre a França de Napoleão III e um conjunto de estados germânicos liderados pela Prússia ocasionaram fortes quedas no preço do diamante, tornando, de vez, inviável a atividade no alto da Chapada.

Ele viveu também a ascensão do carbonado como pedra de relativo valor comercial. A *lavrita*, como também era conhecida, apareceu como alternativa econômica em um momento de raras oportunidades para a população da região, pois nessa época:

Lençóis e a Chapada Diamantina não desfrutaram da mesma posição política e econômica da década de 1850, pelo contrário, vinham enfrentando sérios problemas com a queda de preços e extração do diamante, confiando-se à exploração do carbonado, pedra de cor preta não cristalizada que sustentava a economia da região, mas não lhe conferia o mesmo prestígio de outrora<sup>74</sup>.

No final do século XIX, o processo de modernização em curso na Europa, a construção das estradas, a abertura do Canal de Suez a partir de 1859 e as perfurações de túneis como o de São Gotardo na Suíça em 1881 tiveram como reflexo a alta dos preços do carbonado. Mas, foi com a modernização dos transportes na França e na Alemanha, com a inauguração dos Metrôs de Paris e Berlin, respectivamente em 1900 e 1902, que a pedra teve uma verdadeira disparada no preço. A grande demanda em relação à oferta, causada por estas grandes construções, ainda foi intensificada com o processo de abertura do Canal do Panamá (1905) e com a utilização do carbonado no polimento de peças metálicas, na indústria metalúrgica e mecânica, a partir do final da primeira década do século XX.

Catharino (1986) afirma que, durante o processo de extração deste minério, os garimpeiros da Chapada Diamantina recebiam no máximo 10% do que era minerado, ficando o atravessador, com praticamente 90% do valor produzido<sup>75</sup>. Mesmo sem o valor da pedra preciosa, a pedra satélite<sup>76</sup> alcançou no ano de 1905, o valor de 70\$000 (setenta mil reis) por grama, enquanto que o gado bovino tinha o valor de 30\$000 (trinta mil reis) por

<sup>74</sup> GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia no Século XIX: Sociedade e Política*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade Federal da Bahia, Salvador: Bahia, 2009, p. 136-137.

<sup>75</sup> CATHARINO, José Martins. *Garimpo – garimpeiro – garimpagem*. Rio de Janeiro: Philobiblion: Salvador: Fundação Econômico Miguel Calmon, 1986 p. 108.

<sup>76</sup> Pois servia de referência para que os fajscadores, os garimpeiros da Chapada, pudessem encontrar as pedras de maior valor, o Diamante, propriamente dito. A presença do carbonado, normalmente mais próximo da superfície do solo, quase sempre indicava a presença do diamante na área.

cabeça<sup>77</sup>. Um grama de carbonado equivalia, assim, a mais do dobro do valor da cabeça do gado bovino. Foi com essa atividade que o Cel. Dias Coelho construiu a sua fortuna.

Dias Coelho era filho de negros agregados da fazenda Gurgalha, de propriedade do Cel. Quintino Soares da Rocha. Foi através da documentação encontrada nos arquivos do Fórum Clériston Andrade e outros encontrados nos arquivos da Paróquia de Nossa Senhora da Graça, que constatamos a sua origem a partir de duas famílias residentes nas mesmas terras.

Seu pai era o senhor Quintino Dias Coelho, filho de Ezalta e Simão Dias Coelho, conforme o livro de batismo da Paróquia Nossa Senhora da Graça. Notamos que o pai de Dias Coelho adotou o sobrenome do ex-senhor, algo que era comum na época. A sua mãe era Maria da Conceição Dias Coelho, nascida em 1851 e filha de José Gomes de Araújo, escravo alforriado em 1844, e Andrezza Maria do Espírito Santo.

Digo eu o Padre Francisco Gomes de Araújo, que sou senhor e possuidor de um escravo de nome José nação Africano, cujo escravo comprou na Bahia ainda mo-leque no ano de um mil oitocentos e vinte e quatro o qual tinha deixado forro por minha morte, parte faz do meu testamento, mas ele antes quis dar o seu dinheiro e ser forro em minha vida e que mu parece certa como queira-o forro como de fruto lavrado tenho por preço a quantia de um conto e seiscentos mil reis, que recebi ao forro desta, poderá gozar de sua liberdade de hoje para sempre como se já mu nascesse de ventre livre. E para constar mu grafei esta de minha letra e firma que uso. Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, trinta de Janeiro de um mil oitocentos e quarenta e quatro. Padre Francisco Gomes de Araújo<sup>78</sup>.

A fazenda Gurgalha foi a sua moradia até os sete anos de idade, quando perdeu a sua mãe em decorrência da seca que assolava a região na década de 1860. Com a falta de água para lavar o cascalho e separar as pedras, a extração diamantífera entra em colapso. Já vimos que muitos donos de garimpo estabelecidos na Chapada Diamantina deixaram a região e foram investir seus recursos na produção cacaueira no sul da Bahia. Esta seca, também prejudicou a agricultura já deficiente e a pecuária do sertão, espalhando pobreza, fome e mortes<sup>79</sup>. Foi ainda na Gurgalha que, segundo Sampaio (2009),

<sup>77</sup> *Diário de Notícias* – Salvador, 08 jan. 1905.

<sup>78</sup> Livro de notas de Jacobina, n.15 p.38 – APEB.

<sup>79</sup> Sobre as secas na Chapada no século XIX vide: GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX – sociedade e política*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal da Bahia. Salvador; 2000. Sobre o êxodo de investimentos na extração de diamantes, verificar ROSA, Dora Leal. *O mandonismo na Chapada Diamantina*. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1973.

provavelmente Dias Coelho foi alfabetizado, “possivelmente tenha frequentado as aulas de um mestre-escola junto com os filhos do major Pedro Celestino”<sup>80</sup>.

Essa oportunidade lhe valeu conhecimento suficiente para exercer diversas funções, desde as simples atividades na farmácia do major Pedro Celestino, como também a função de tabelião de notas do cartório local. É razoável supor, que o fio das relações construídas por Dias Coelho originou-se a partir dos contatos ainda no estabelecimento onde trabalhava. É provável também que essas relações tenham se intensificado com a abertura de seu próprio comércio, uma farmácia denominada de Farmácia Coelho. Segundo o que se comenta no município, foi no balcão das farmácias que Coelho iniciou a atividade como mediador no comércio de carbonado, contudo não podemos desconsiderar a forte possibilidade de sua rede de contato ter se estendido ainda mais com a função de tabelião que passou a exercer no final do século XIX, quando seu nome já aparecia nas atas do Conselho.

Concluída a appuracão sem novidade alguma ter ocorrido mandou o Presidente que eu, Antônio Gonçalves de Araújo lavrasse a presente acta a qual as depois de lida aprovada e assignada pela junta appuradora fosse transcripta no livro de notas do Tabelião Tenente-coronel Francisco Dias Coelho que se acha presente<sup>81</sup>.

Ao que tudo indica, com uma rede de relações instituídas a ascensão econômica de Dias Coelho foi vertiginosa e, em consequência dela o crescimento político foi apenas questão de tempo. Em 1902, por exemplo, o tabelião já emprestava altas quantias ao Conselho Municipal.

O Senhor Presidente a sessão se achando presente o Intendente Major Pedro Celestino Barboza pediu a palavra e obtendo-a declarou que iam correndo as causas regularmente. Que havia mandado imprimir as leis e posturas do Conselho Municipal já haviam chegado bem como Talões de folhetos para os contribuintes do Município para que encarregou ao negociante Coronel Dias Coelho e pela fatura apresentada a qual se acha em seu poder em portou em \$269:200 tendo o mesmo Coronel Dias Coelho, Nery Cia. recebido por conta 110 pelo que se acha o Conselho a dever os mesmos \$169:200<sup>82</sup>.

As relações entre o Conselho Municipal e a Intendência não eram de unânime consonância, pois o intendente major Pedro Celestino Barbosa tinha algumas sérias

<sup>80</sup> SAMPAIO, Moisés Oliveira. *O coronel negro: coronelismo e poder no norte da chapada diamantina*, dissertação (mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus: Bahia, 2009, p.45.

<sup>81</sup> Ata do Conselho Municipal – Morro do Chapéu, 12 fev. 1900.

<sup>82</sup> Ata da quarta sessão ordinária do Conselho Municipal da Villa do Morro do Chapéu, 07 mar. 1902.

diferenças políticas com alguns integrantes do Conselho, em especial com os membros ou aliados políticos da família Dourado. Ressaltamos que Pedro Celestino Barbosa fora o padrinho político de Dias Coelho e era também amigo íntimo do velho Cel. Quintino, proprietário da fazenda de onde o maior comerciante de pedras da região saíra. É possível, inclusive, que essa amizade tenha possibilitado a contratação de Coelho para o trabalho na farmácia de Pedro Celestino. O Cel. Quintino, por sua vez, tinha como verdadeiro desafeto político o também Cel. Porfírio Pereira de Souza, que era um homem de maior influência no Arraial do Ventura e que mantinha estreitos laços com os Dourado da região de Morro do Chapéu.

Isso, contudo, não impediu que o comerciante estreitasse as relações com ambos os lados. Parece que, mediante a escassez de recursos oriunda dos descontrolados gastos do conselho, a única saída era usufruir da disponibilidade dos recursos do maior comerciante da cidade, pois o cel. Dias Coelho já era um grande negociador de carbonado de diamantes para a firma Levy, de Paris<sup>83</sup>. Esta alternativa, no entanto, tinha o seu preço.



Coronel Francisco Dias Coelho vestindo a farda da Velha Guarda Nacional. Embora exista uma inscrição no canto direito inferior da foto, indicando o estúdio Photo Guanabara, Rua Chile, Bahia, o autor e a data da foto não são indicados.

<sup>83</sup> Jubilino Cunegundes. *Morro do Chapéu: um pouco de sua história, sua vida político-administrativo, suas belezas e sua gente Salvador*. 1999, p. 32.

Como podemos verificar na nota anterior, os 269\$200 (duzentos e sessenta e nove mil e duzentos reis) obtidos pelo Conselho Municipal junto a Dias Coelho deveriam retornar no montante de 279\$000 (duzentos e setenta e nove mil reis). Neste caso, verificamos um flagrante de outra atividade econômica praticada. Mais que uma mera negociação financeira, ficou também comprovada a interferência do capital privado na esfera pública. O lastro financeiro oriundo das atividades comerciais, portanto, havia lhe garantido uma série de benefícios que iam desde a ascensão política através da compra da patente de coronel no ano de 1902, até a participação inicialmente indireta mas posteriormente efetiva no restrito *hall* das decisões políticas do município.

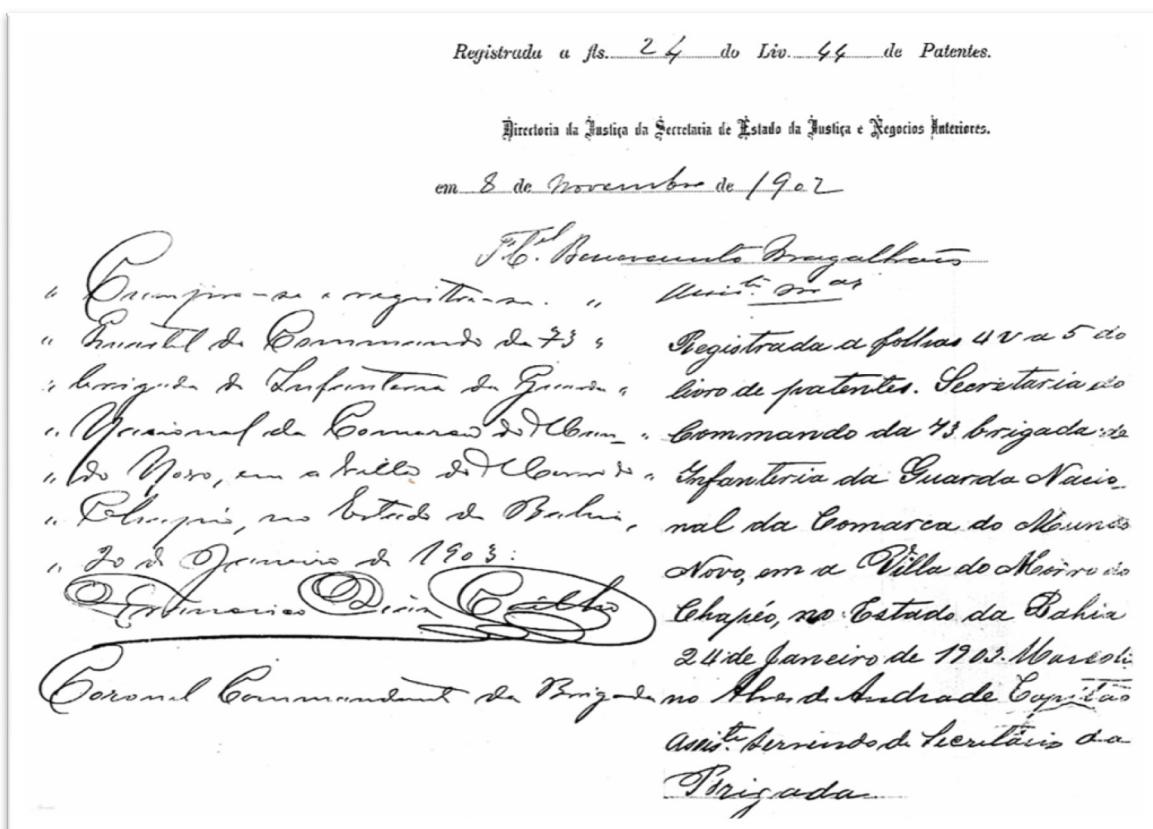
Suas atividades políticas mais efetivas iniciaram-se ainda no final do século XIX, com a ambiciosa e também fracassada tentativa de eleger-se intendente do município. Curiosamente, no ano de 1899, as eleições para intendência em Morro do Chapéu tinham como candidatos o major Pedro Celestino Barbosa e o então tenente Cel. Francisco Dias Coelho. Ao que se sabe, não houve uma ruptura política entre Dias Coelho e Pedro Celestino. Supomos que esta eleição funcionou como uma apresentação do comerciante ao cenário político local. Ainda não conhecido como político seria muito improvável que, nas eleições de 07 de novembro de 1899, alguma surpresa acontece. No final da apurações, de um total de 571 votos para o cargo de Intendente Municipal, o major Pedro Celestino Barboza somou 495 votos, contra apenas 76 votos obtidos por Francisco Dias Coelho<sup>84</sup>.

A notória derrota nas urnas, entretanto, ao invés de manchar para sempre a carreira política do jovem e ambicioso comerciante, funcionou como uma apresentação de Dias Coelho ao cenário político local. Depois daquele momento, galgaria consecutivamente os “degraus” rumo à intendência do município. Em 1907, ele já pertencia ao Conselho Municipal, onde ocupava a função de tesoureiro. Do Conselho, sairia apenas para ocupar, ainda de forma interina, a intendência em 1911, em substituição a Deocleciano Barreto de Araújo, que se encontrava enfermo. No ano de 1912 Dias Coelho se estabeleceu definitivamente no posto de Intendente Municipal de Morro do Chapéu, de onde não sairia até seus últimos dias.

---

<sup>84</sup> Ata especial da Junta Municipal apuradora da Villa do Morro do Chapéu para apuração das Eleições dos membros do Conselho Municipal do Intendente da Junta Administrador Distrital e dos Juízes de Paz em 07 de novembro de 1899.

Ainda nos tempos de interino, de 1911 a 1912, o cel. Dias Coelho governou como se fosse o titular do cargo. Promoveu modificações em Morro do Chapéu, tanto em suas obras como gestor, como na própria conjuntura política local. Aproveitando-se de um surto de varíola que atingiu Morro do Chapéu na primeira metade da década de 1910, Dias Coelho, já como intendente, promoveu uma série de reformas na sede da cidade. O pretexto inicial era a necessidade de modificar a estrutura urbana da cidade no intuito de combater o surto. Contudo, provavelmente, tratava-se de um plano elaborado para adaptar a cidade ao progresso almejado por ele.



Registro de compra da patente de coronel por Francisco Dias Coelho em 08 de novembro de 1902.

A epidemia foi combatida através da implementação de um novo Código de Postura Municipal, mas prosseguiu com as modificações urbanas previstas na cidade, de acordo com a Lei municipal nº 031 de 1910<sup>85</sup>.

Segundo Sampaio (2009), a ciéncia médica da época pregava que os miasmas eram o maior fator de transmissão das doenças. Os “maus fluidos” exalados pela maté-

<sup>85</sup> Livro de Leis do Conselho Municipal de Morro do Chapéu. Arquivo da Câmara Municipal.

ria decomposta em contato com o ar, que não circulava, eram entendidos como uma causa da disseminação da doença. Assim sendo, era necessário alterar a organização urbana da cidade.

Ao assumir a liderança política definitiva de 1912 até 1919, o coronel negro, se ratificou como o maior comerciante de diamantes e carbonado da região. De maneira hábil, conseguiu aglutinar em torno de si as facções políticas predominantes na época e remanescentes do Império. Assumiu a liderança de seus partidários, manteve neutralizados os Dourado e conquistou a simpatia popular maciça na sede e na maior parte dos povoados do município.

### **1.2.3 – A família Dourado**

A família Dourado teria origem portuguesa, na região de Porto, mais especificamente das margens do rio Douro. Quem era desse lugar era chamado popularmente de “dourado”. Essa é a versão mais aceita da provável origem dessa família tão extensa e que se tornou tradicional na Chapada Diamantina. Há quem vincule a origem do nome à grande riqueza da família. Há ainda, explicações com características mais míticas com referência a uma mulher que tinha cabelos dourados.

(...) uma lenda entre eles, segundo a qual, uma Dourada riquíssima em ouro, de origem desconhecida, tinha um cabelo extremamente duro. Pente comum não entrava neste cabelo. Mas ela não precisava de pentes comuns. Possuía centenas de pentes de ouro artisticamente moldados em diversos formatos. Cada dia exibia, nos cabelos duros, um belíssimo pente feito com este metal precioso<sup>86</sup>.

Lendas à parte, os Dourado, segundo os membros da própria família, teriam chegado à região Norte da Chapada Diamantina, nos últimos anos do século XVIII, através do navegador, garimpeiro, fazendeiro e bandeirante português, Mateus Nunes Dourado. Esse explorador adentrou pelos sertões via Salvador e fixou-se nas proximidades da Vila de Santo Antônio de Jacobina, onde, a partir de então, constituiu numerosa família de comerciantes e pecuaristas pelos sertões da Bahia. Hoje, os Dourado constituem uma família tradicional praticamente em todas as cidades entre as regiões de Jacobina, Irecê – antiga Carahybas, distrito de Morro do Chapéu – e Rio de Contas.

A relação da família Dourado com o comércio era muito intensa. Entretanto, diferente de Dias Coelho, de Souza Benta e da maioria dos correligionários mais próximos, a

---

<sup>86</sup> RUBEM, Jackson. *Irecê: histórias casos e lendas*. 2 ed. Print Fox: Irecê-BA. 2001, p. 109.

atividade econômica que motivava suas relações comerciais era a criação de gado bovino, principalmente para corte. As características de fazendeiros parecem ter se mantido desde o patriarca, Mateus Nunes Dourado. Não encontramos indícios de que, em algum momento, os Dourado dessa região tenham priorizado algum tipo de atividade mineradora. Entretanto, é do conhecimento de muita gente da região que tanto Mateus Nunes Dourado como seus descendentes tinham interesses no garimpo. Foi, inclusive, em busca de áreas propícias para o garimpo que os Dourado chegaram às terras da fazenda Lagoa Grande, hoje região de América Dourada e Irecê<sup>87</sup>. Essas regiões jamais foram conhecidas como pontos de extração de pedras ou de metais.

A família se instalou principalmente na região denominada na época de “Novo Mundo” que mais tarde se tornou distrito de Morro do Chapéu, após o desmembramento de Jacobina. Atualmente, é o município de América Dourada. Segundo Rubem (2001), foi no início do século XIX que, pela primeira vez, foram comercializados os terrenos onde se ergueu a atual cidade de Irecê<sup>88</sup>, conhecida naquela época como Lagoa das Caraíbas ou Brejo das Caraíbas. Sabemos, no entanto, que aquelas terras foram tombadas em 1819, sob determinação do Conde da Ponte<sup>89</sup>, e que grande delas, a qual se denominou fazenda Lagoa Grande, foi adquirida no ano de 1840, por João José da Silva Dourado<sup>90</sup>, já residente na região de Morro do Chapéu.

Este Dourado, no entanto, não desenvolveu qualquer atividade, tampouco ocupou estas terras. A ocupação somente passou a ocorrer por volta de 1880, quando viajantes, ao encontrarem abundância de água, caça e terrenos férteis, requisitos básicos para a sobrevivência, resolveram ali se instalar. Somente no final do século XIX, os legítimos herdeiros, em expedição organizada por Martiniano Marques Dourado, Clemente Marques Dourado, Teotônio Marques Dourado, Benigno Marques Dourado, João Dourado, Herculano Galvão Dourado, Manoel de Castro Dourado, chegaram ao local e começaram a ocupar as terras atualmente, América Dourada e Irecê. Eles iniciaram grandes produções de algodão, e proliferaram a pecuária bovina, o que lhes renderam o “título” de grandes pecuaristas, além de trazerem produtos de fora para serem vendidos no comércio local. Já no início do Século XX, fundaram a primeira Associação Comercial de Morro do Chapéu.

<sup>87</sup> PEREIRA, Honório. *Pequena descrição de Morro do Chapéu* (1889). Morro do Chapéu: Tipo. Correio do Sertão. 1919.

<sup>88</sup> RUBEM, Jackson. *Irecê: história, casos e lendas*. Ed. 02. Editora: Irecê, 2001.

<sup>89</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA / Feria de Santana: UEFS, 2005, p. 149.

<sup>90</sup> Certidão de compra de terras. Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Morro do Chapéu. Inscrição nº 548, livro 3, fl. 150 – (ANEXO II).

Mesmo nos anos seguintes, a sede do município de Morro do Chapéu e os povoados de América Dourada e Caraybas, onde a família Dourado se instalou, não desenvolveram o potencial minerador que fez a fortuna de outros coroneis das Lavras. A sede, praticamente nenhum potencial econômico em específico possuía. Tinha as características urbanas necessárias para a maior acomodação das lideranças políticas e tinha também e, principalmente, a boa localização geográfica que favorece o município em relação aos demais circunvizinhos até os dias atuais. Por outro lado, tanto América Dourada como Caraíbas são regiões conhecidas pelas atividades voltadas para a agricultura e a pecuária bovina, o produto mais comercializado em toda comarca<sup>91</sup>, mas nunca foram referência como áreas de mineração ou garimpo.

Embora entre os próprios nativos a informação não seja muito difundida, a região de Morro do Chapéu agregou um forte vínculo comercial de compra, engorda e vendas de gado no passado. Mesmo considerando que as atividades mineradoras renderam à região o nome de Lavras Diamantinas, a partir de 1844, a exploração de pedras preciosas e semipreciosas não correspondia na época a principal atividade, pelo menos para dados oficiais. O comércio de pedras, principalmente do carbonado, não passava por um instrumento de controle do município tampouco pelo crivo do governo estadual. É sabido que os grandes comerciantes deste produto relacionavam-se livre e diretamente com as grandes empresas do ramo na Europa. Isso somente já sugere o porte das negociações em questão.

Como dificilmente se pode dissociar interesses econômicos e interesses políticos, o vínculo dessa família com a política parece inegável. De fato, por inúmeras vezes existiram candidatos a intendente com este sobrenome, em muitos casos, galgando o sucesso. Já no início do século XX, os Dourado eram uma família que se fazia presente nos agrupamentos políticos da *Terra do Frio*, tanto na sede como nos distritos. Assim, já naqueles idos, além de Herculano Dourado ou Teotônio Marques Dourado Filho, havia quase sempre um Dourado que pleiteava a liderança política local ou um cargo político qualquer.

A participação da família Dourado nos episódios políticos da região era tão intensa que cuja preocupação com a educação dos mais novos já era voltada para isso. Como normalmente acontecia com todas as grandes e ricas famílias, os Dourado “Investiam nas cabeças dos filhos pensando no poder político”, tornou-se até co-

---

<sup>91</sup> OLIVEIRA, Antônio Gabriel de. *Morro do Chapéu*. in: Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia. v. 45, 1919, p.168.

num falar que “o poder político estava em primeiro lugar [...] o poder econômico em segundo”<sup>92</sup>. Tradicionalmente, com era de praxe nas famílias mais ricas, eles investiam muito na educação de seus familiares, pois os jovens da família eram enviados à capital para estudar e retornar posteriormente à região.

O poder político, tal como o econômico, para os Dourado, era sempre mantido em torno da família pelo fato de ser muito menos efêmera que o mero indivíduo. Havia a preocupação de que tanto o poder econômico, quanto o poder político não se dividisse com uniões que não garantissem a continuidade do acúmulo de mais capital ou, pelo menos, a manutenção do já existente. Isto é, a preocupação com a preservação do patrimônio aparecia em primeiro plano, e visava à perpetuação da família no poder.

Esta é justamente a característica mais presente nos estudos sobre as práticas políticas na Primeira República. Nela, “um coronel era também, em geral, o chefe de extensa parentela”, normalmente membro de uma família tradicional detentora de terras e de recursos. A sua parentela “era formada por um grande grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco consanguíneo, espiritual (comadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais)”<sup>93</sup>.

Nesses moldes, os enlaces matrimoniais tendiam à consanguinidade ou então nas políticas familiares que não colocassem em risco a preservação do patrimônio familiar e a influência política. A herança certamente foi uma forma “de preservação de *status* e de poder, utilizada por determinados grupos contra outros”. Nesse paradigma “o casamento foi empregado de duas maneiras, porém com a mesma finalidade”. O casamento no cerne da própria parentela — tios com sobrinhas, primos com primas — e o casamento fora dela, o que resultava na aliança de dois grupos que se tornavam “parentes” e, portanto, “intimamente unidos, tanto econômica quanto politicamente, podendo se elevar na hierarquia do domínio graças a esta soma de forças familiares, econômicas e políticas”<sup>94</sup>.

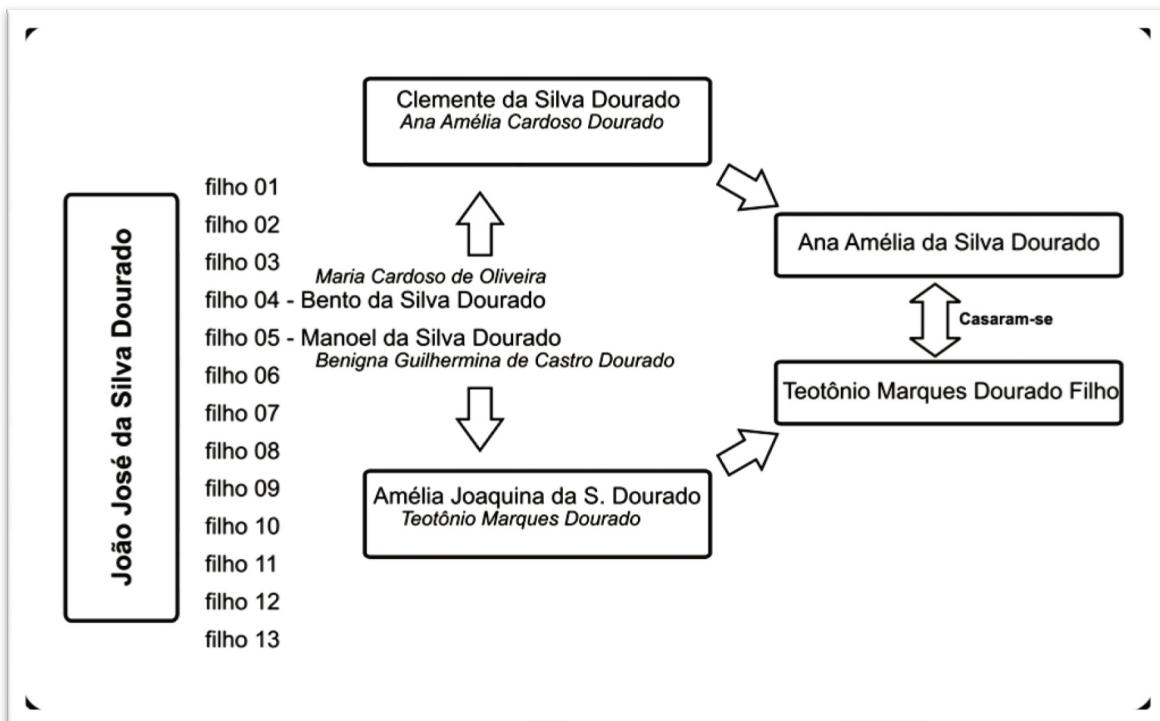
Internamente, havia, de forma relativamente rigorosa no final do século XIX e início do século XX, a prática de não se misturarem com outras famílias, primos casavam-se com primas, tios com sobrinhas e etc. Tal como afirmou Queiroz (2985),

<sup>92</sup> RUBEM, Jackson. *Irecê: histórias casos e lendas*. 2 ed. Print Fox: Irecê-BA. 2001, p. 107.

<sup>93</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 164.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 172.

isso era uma maneira de impedir que a fortuna da família fosse parar nas mãos de estranhos ou, então, se dividisse<sup>95</sup>. O próprio Teotônio Marques Dourado Filho casou-se com uma prima em segundo grau, a senhora Ana Amélia da Silva Dourado. Ambos eram bisnetos de João José da Silva Dourado<sup>96</sup>.



Genealogia de Teotônio Marques Dourado Filho, segundo Adélio Dourado

Somente no diagrama acima, podemos constatar que antes da união entre Teotônio e Ana Amélia, três outras uniões entre Dourados aconteceu. Isso sugere que este não era apenas um caso isolado na família.

Os herdeiros dos Dourado, no início do século XX, permanecem em franca atividade política em Morro do Chapéu até os dias atuais, muito fortes economicamente e até mesmo com biótipo muito semelhante aos Dourado em estudo. Nomes como Wilson Dourado ou Edgard Dourado participaram das últimas eleições. O primeiro foi prefeito municipal no período de 1993 e 1996, e o último ocupou o cargo de 2001 a 2004. É interessante ressaltar que em ambos os casos, não foi a primeira vez em que eles estiveram à frente do executivo municipal.

<sup>95</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 192.

<sup>96</sup> Ver genealogia da família Dourado: DOURADO, Adélio. *Família Dourado: Descendentes de João José da Silva Dourado*. Luziania-GO: L.A Cards, 2003.

As atividades econômicas associadas às ações políticas logo tiveram início. A fundação de Caraíbas é atribuída a Aristides Rodrigues Moitinho, ao Cel. Terêncio Dourado, na época, chefe de polícia da Bahia e político ativo no povoado do França, município de Jacobina, e ao Cel. Teotônio Marques Dourado Filho. Este último já exercia atividade política em Morro do Chapéu. Juntos, conseguiram criar em 1906, o distrito de Paz e subdelegacia de Polícia de Morro do Chapéu com a denominação de Caraíbas.

A aliança com os Moitinho consistiu em uma das ocasiões em que os Dourado se uniram a outras famílias, constituindo assim um vínculo de parentesco. Posteriormente, isso viria a acontecer com os Pereira e com os Nunes, também tradicionais na região. Todos estes sobrenomes significavam influência, riqueza e poder. Todos integravam as hostes políticas da época naquela região. Se assim não fosse, a possibilidade de um cônjuge se estabelecer com um Dourado de um dos lados era bastante remota.



Coronel Teotônio Marques Dourado Filho (*Thiozinho*), líder da família Dourado e maior opositor do Coronel Francisco Dias Coelho e principalmente do Coronel Antonio de Souza Benta.

Acervo da Biblioteca Municipal de Morro do Chapéu, o autor e data da foto são desconhecidos.

Os Dourado raramente se opuseram entre si. Mesmo nos momentos em que os interesses pareciam divergir, prevaleceu a manutenção do nome da família. Diferente dos Pereira, outra influente família de Morro do Chapéu, na qual, no final da década de 1920, os primos, Honório e Adelmo Pereira investiram seus esforços em grupos políticos opos-

tos. Os Dourado mantinham-se quase sempre do mesmo lado. Curiosamente, no ápice da unidade política do município, durante os anos de 1910, Herculano Dourado e Teotônio Marques Dourado Filho, tio e sobrinho, pareciam, em dado momento, divergir um pouco. Segundo o *Correio do Sertão*, o tio havia feito pedidos, ainda no início da gestão de Dias Coelho, para que a família jamais se afastasse da forte presença do coronel.

Em nossa documentação, apenas em um momento constatamos um esboço de desentendimento entre membros daquela família. Teria sido um abaixo-assinado organizado pelo Cel. Souza Benta, quando Ângelo Dourado foi apresentado como presidente do Diretório Político de Morro do Chapéu. O documento protestava contra o fato de Dias Coelho ser preterido pelo Governador baiano. Na ocasião, dentre as assinaturas no documento, constava a de Herculano da Silva Dourado<sup>97</sup>. Essa ruptura na família não se confirmaria, uma vez que em 1915, Herculano se posicionava ao lado de Ângelo Dourado e Teotônio, na tentativa de emancipação do arraial do Ventura, é o que nos conta Carlos Navarro Sampaio, filho de um dos maiores aliados de Teotônio Dourado.

O cel. Teozinho, que era Teotônio, com o Herculano Dourado em América Dourada, tinham brigado com o Dias Coelho e vão então no Ventura acertar com o meu pai e Louro Barão, pra fazer frente há Dias Coelho aqui no município, fazer política. Aí começou a luta<sup>98</sup>.

Pouco tempo depois, incentivado pelo Deputado Ângelo Dourado Teotônio, junto com outros Dourado e famílias aliadas, formaria um partido que seria conhecido como partido dissidente, o que sinalizava que dali em diante a oposição seria mais severa com Dias Coelho e seus correligionários.

O efeito desses dois momentos foi o primeiro sinal de que existiam planos políticos diferentes dentro do partido liderado por Dias Coelho. Dali em diante as inquietações se tornariam mais comuns, mas permaneceriam latentes. *Thiozinho*, como ficou popularmente conhecido o líder dos Dourado na década de 1910 e 1920, não descansaria até ver sua família e seu sobrenome, não meramente à frente da intendência, mas à frente da política no município. Para Herculano, mesmo que em dado momento parecesse imperativa a aliança com Dias Coelho para que os Dourado

<sup>97</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 07 out. 1923.

<sup>98</sup> Carlos Navarro Sampaio – Entrevista em sua residência. 08 jan. 2002. Era filho de João Navarro, aliado político dos Dourado, que na época teve um papel de importância na política de Morro do Chapéu, e vivia no arraial de Ventura.

continuassem a figurar no cenário político de Morro do Chapéu, o vínculo familiar parece ter influenciado mais.

#### **1.2.4 – Antonio de Souza Benta**

O Cel. Antonio de Souza Benta tinha certamente muitas coisas em comum com o seu amigo particular Francisco Dias Coelho. Os dois coronéis construíram suas respectivas trajetórias políticas sem, em qualquer momento, se afastarem. Pelo menos, é o que denotam os documentos analisados, as entrevistas feitas e as conversas com os moradores nativos de Morro do Chapéu.

Ele compartilhou com o seu amigo as experiências como explorador de jazidas de carbonado e as passagens pelos principais cargos políticos do município: uma vaga de membro e também de presidente do Conselho Municipal e o de intendente. Tal como o próprio Dias Coelho, Benta também tinha acesso direto aos franceses nas negociações de carbonato.

Benta, como era mais conhecido, nasceu no ano de 1868, no município de Brotas, região conhecida como Chapada Velha, distante 590 quilômetros da capital da Província. Em 1878, por Lei Provincial, o território de Brotas foi desmembrado de Macaúbas e então denominado Vila Agrícola de Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas ou simplesmente Brotas de Macaúbas, como é hoje conhecida a cidade. Antonio de Souza Benta era filho do senhor França de Souza e Benta com a senhora Benta Maria de Jesus. Já na década de 1870 migrou para Morro do Chapéu, em busca da prosperidade que a região prometia, de onde não mais sairia até o fim de seus dias<sup>99</sup>.

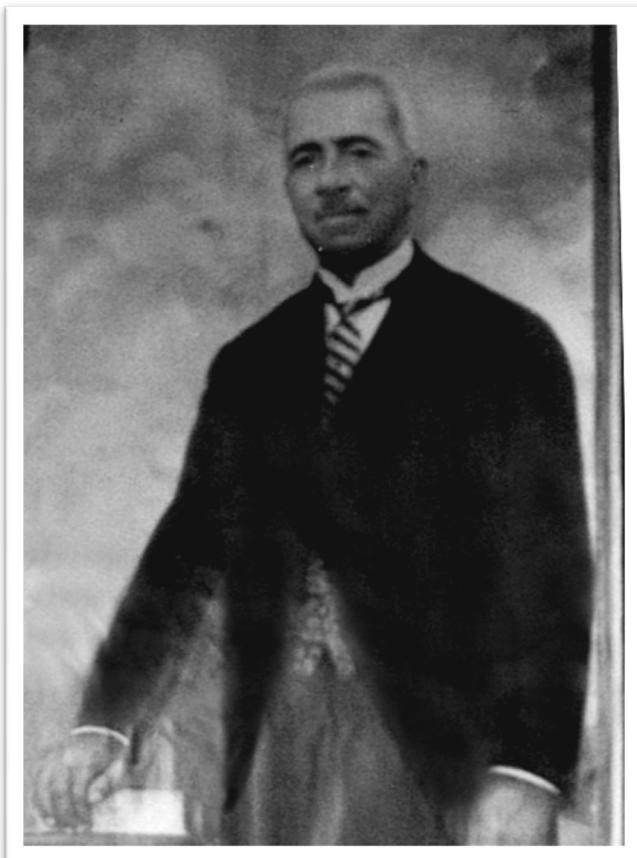
Antes de entrar para a política, Souza Benta ascendeu economicamente em meio às secas que arrasaram o norte da Chapada nas últimas décadas do século XIX. Ele percorreu justamente o caminho oposto ao que tantos outros trilharam. Enquanto muitos fazendeiros e donos de garimpos de ouro e diamante abandonaram a região, em função das secas, e foram investir seus recursos nas plantações de cacau no sul da Província da Bahia, ou simplesmente residir em Salvador, Souza Benta mudou-se para a então promissora cidade de Morro do Chapéu, onde passou a investir os recursos que capitalizou em sua terra natal.

Provavelmente, antes de mudar-se para Morro do Chapéu, ele já havia conseguido construir algum patrimônio. Lá chegando, Souza Benta logo começou a exercer a

---

<sup>99</sup> Correio do Sertão – Morro do Chapéu, 05 mar. 1946.

função de lavrador e fazendeiro. A aquisição das terras conhecidas como as “Brenhas de Martin Afonso” garantiu-lhe a riqueza que acumularia e o tornaria um dos grandes negociadores de carbonado da região.



Quadro com a foto do Coronel Antonio de Souza Benta, sucessor de Francisco Dias Coelho. Quadro exposto na Câmara de Vereadores de Morro do Chapéu. O autor e data desconhecidos.

Em 1895, aos 27 anos, Antonio de Souza Benta casou-se em Morro do Chapéu com D. Honestina Virgilina Benta, de “cujo consórcio teve um filho de nome Flodoaldo de Souza Benta”<sup>100</sup>. Sua carreira política começaria efetivamente no ano de 1895, quando foi eleito para o Conselho Municipal, onde ocuparia a presidência até 1899. Nesse momento da política local, Morro do Chapéu ainda não vivia a rivalidade política existente entre a tradicional família Dourado o novo grupo de coroneis que ascendia politicamente. Naquele período, Souza Benta era aliado de Herculano Dourado, o intendente municipal.

Benta se manteria no Conselho Municipal de Morro do Chapéu até o ano de 1903, quando, com o apoio do seu correligionário, o major Pedro Celestino Barbosa, então intendente, seria candidato para sucedê-lo no posto mais elevado do município. O pleito estava programado para 08 de novembro e, ao fim daquele dia, depois de uma

<sup>100</sup> *Correio do Sertão – Morro do Chapéu*, 05 mar.1946.

eleição em que, além da intendência, também se disputavam as vagas para membro do Conselho Municipal, para juiz de paz, administrador distrital e membros distritais, ele sairia vencedor. Tudo se confirmaria apenas no dia 22 seguinte, data marcada para a apuração dos votos. Contudo, não havia dúvida de quem seria eleito. A diplomação de Souza Benta ocorreu em 20 de dezembro de 1903. Ratificadas as expectativas, o então Tenente-Coronel, teve confirmada sua eleição com 580 votos<sup>101</sup>.

Tomando assunto o Presidente no topo da mesa, apresentando todos os seus diplomas o Presidente ditou em votação para ser eleito uma comissão para verificação de seus poderes assim como do Intendente e Membros da Junta Distrital; realizada a votação por escrutínio secreto, obtiveram voto para verificação de poderes os Cidadãos Tenente Coronel Antônio Lourenço Seixas e Capitão Luiz Cassiano de Araújo Costa e se achando presentes os cidadãos Tenente Coronel Antonio de Souza Benta diplomado para Intendente, o Cidadão Vigário Antônio Grassi de Andrade diplomado para Administrador Districtal, Capitão Cezar Lucio de Oliveira, Tenente Coronel Luiz Guimarães e Souza e Capitão Exuperio José Theolino diplomados para membros da Junta Districtal entregaram estes os seus diplomas à meza<sup>102</sup>.

O apoio de Pedro Celestino foi, certamente, de suma importância, pois garantiu a Benta não ter concorrente naquela ocasião. Mas, nesse momento, Souza Benta já era um homem bem sucedido graças aos seus garimpos, principalmente das Brechinas de Martin Afonso. Essa propriedade sua, localizada no município de Morro do Chapéu a 12 km a Sudoeste da sede, de onde o velho coronel retirava diamantes e carbonados para comercializar, era também o local que servia como espécie de quartel general para seus “cabras” e jagunços.

Politicamente, a ascensão de Souza Benta está também vinculada ao Cel. Dias Coelho, do qual era amigo da mais absoluta confiança. Definitivamente, no caso do Cel. Souza Benta, não foram as relações de parentela ou parentesco que lhe garantiram ascensão econômica e política. Possivelmente, a sua astúcia nos empreendimentos sobre o garimpo, foi muito importante para galgar a condição de pleiteante à liderança política no município.

Vale ressaltar que existia uma diferença entre ser o líder político em um dado lugar e ser apenas o seu intendente. Ser intendente significava apenas ocupar um posto, um cargo criado de acordo com a Constituição da Bahia de 02 de julho de 1891. É lógico que esse posto representava também um lugar de poder, de respeito e de influência, mas em alguns

<sup>101</sup> Ata especial da Junta apuradora desta Villa do Morro do Chapéu – 08 nov. 1903.

<sup>102</sup> *Ibidem.*

casos, não era de interesse de um chefe político ou pelo menos não lhe era conveniente, o pleito ou a ocupação da Intendência. Às vezes, era mais interessante, e menos desgastante, para o verdadeiro chefe que a intendência fosse ocupada por alguém de sua confiança.

Em 1903, por exemplo, Benta não era o grande chefe político de Morro do Chapéu. Ele já havia ocupado uma vaga no Conselho Municipal, inclusive como seu presidente; havia se elegido intendente, mas à sua “sombra” existia a figura do major Pedro Celestino Barbosa, o nome de maior expressão política naquele momento. Assim, é razoável afirmar que tanto Souza Benta quanto Dias Coelho tiveram esse major como ‘padrinho político’.

Nessa época, quando Dias Coelho era um mero tabelião<sup>103</sup> em Morro do Chapéu, bem verdade que já era também um respeitado comerciante de pedras, Souza Benta já ocupava os mais altos cargos políticos da localidade. Nesse caso, o sucesso do ingresso de Souza Benta na política parece estar mais relacionado com a sua presença em um grupo político, ao qual quase que perfeitamente se encaixava, e ao apoio em sua primeira eleição para intendente, que recebeu do major Pedro Celestino Barbosa. Assim sendo, não é possível afirmar que Dias Coelho foi uma espécie de padrinho político de Souza Benta, pelo contrário, a ascensão política do Benta antecede bastante ao apogeu de seu amigo.

Contudo, como afirmamos, uma coisa era ser intendente, outra de maior expressividade era ser o chefe político em uma dada região. Isso Dias Coelho já conseguira em 1911, muito antes de Souza Benta que assumiria a liderança de seu grupo apenas após a morte do amigo. Na verdade, não seria incoerência afirmar que a ascensão de Benta à condição de chefe político em Morro do Chapéu somente foi possível, porque o “fantasma” de Dias Coelho ainda pairava na “terra do frio”.

Vale ressaltar ainda, que logo, a partir dos primeiros anos do século XX, provavelmente também em busca de prosperidade e com interesses em estabelecer-se como comerciante de pedras, Horácio de Matos, conterrâneo de Souza Benta, fixou moradia em Morro do Chapéu, inclusive, na própria residência do Cel. Francisco Dias Coelho. A relação com o coronel foi forte o suficiente para que Horácio fosse presenteado com uma patente de Tenente-Coronel. O jovem Horácio parecia estar sendo preparado para ser um substituto de Dias Coelho<sup>104</sup>, ali permaneceria até meados de 1912, pouco tempo depois do chamado de seu tio, Clementino Pereira de Matos, em leito de morte.

<sup>103</sup> É pertinente considerar que a função de Tabelião, embora não lograsse muito status, facilitava bastante a constituição de uma rede de contatos políticos na época. É possível, portanto, que essa atividade tenha contribuído para que Dias Coelho ascendesse politicamente.

<sup>104</sup> Cf. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 119.

Após o mandato de quatro anos, que durou até 1907, Benta manteve-se presente, ativo e forte em quase todos os principais momentos políticos do município. Na intendência, deu lugar a Deocleciano Barreto de Araújo 1908-1911 e optou por não concorrer a nenhum cargo no processo eleitoral de 1907. Isso, porém, não significou um afastamento das atividades políticas. Nas atas do Conselho Municipal, encontramos registros da presença constante de Souza Benta nas reuniões. Já em 1911, Souza Benta retorna ao Legislativo municipal como conselheiro mais votado. Com oito de nove votos possíveis no Conselho, ele voluntaria a ocupar a sua presidência, justamente no momento em que Francisco Dias Coelho assumia de forma definitiva a intendência local. Durante esse período, coube a Souza Benta e também a Horácio de Matos, assumir o papel de braço armado de Dias Coelho.

A convocação do velho Cel. Clementino Matos fez com que Horácio passasse a transitar entre a região de Lençóis, Barra do Mendes, Capada Velha. Horácio de Matos ainda estava morando em Morro do Chapéu quando recebeu um chamado urgentíssimo de seu tio Clementino que estava às vésperas da morte. Através de um gesto comum na época, Clementino Matos ordena a Horácio que, com o uso da palmatória, aplicasse meia dúzia de “bolos” nas mãos de cada um dos familiares, como sinal de que daquela hora em diante, todos deveriam obedecê-lo<sup>105</sup>. O convite do tio fez com que Horácio de Matos deixasse a estática posição comercial que ocupava ali, iniciando uma ampla atuação política nas Lavras Diamantinas e ascensão no cenário baiano.

Quando Clementino de Matos, grande coronel da Chapada Diamantina, sentiu que se aproximava a morte, mandou buscar seu sobrinho Horácio, que morava longe, para entregar-lhe a chefia da parentela, muito embora tivesse um filho varão; este foi preterido, mas aceitou docilmente a determinação paterna, reconhecendo a personalidade superior do primo<sup>106</sup>.

Diferente de Horácio, Souza Benta concentrou todas suas investidas apenas nas terras morrenses e tal como Dias Coelho, suas ações estavam diretamente relacionadas à política ou aos seus negócios naquela cidade. Contudo, diferente de seu amigo, que soube isolar Morro do Chapéu dos conflitos das cidades próximas, ele protagonizaria alguns dos principais momentos de uso da força armada naquele local. Seu antecessor, jamais, em vida, foi relacionado diretamente com qualquer uso direto da força. Isso ficava sempre

<sup>105</sup> MORAES, Walfredo. *Jagunços e heróis*. Rio de Janeiro: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. 04 ed. Civilização Brasileira, 1963. p. 47.

<sup>106</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 164.

associado aos outros coroneis, que cumpriam um papel de verdadeiros “braços armados”. Pela amizade e por estar sempre próximo, Benta era assim o principal deles.

(...) em um meio como era naquele tempo o interior do Estado da Bahia, percorrido por aventureiros de várias origens, em busca de pedras preciosas, e onde as lutas entre os chefes de aldeia era a regra, o município de Morro do Chapéu parecia uma Suíça sertaneja, devido aos princípios pacifistas e messiânicos do chefe Francisco Dias Coelho. Não se esquecendo que ele tinha por trás de si o poderoso chefe de jagunço Antonio de Benta, aliado íntimo e incondicional<sup>107</sup>.

Com a morte de Dias Coelho e com a pouca habilidade política de seu filho, Antônio de Souza Benta chegaria novamente à Intendência. Entretanto, desta vez, havia uma diferença a ser considerada. Não se tratava meramente de se tornar intendente, ele assumia a posição do antigo coronel, que lhe passou o comando, como o legítimo chefe político daquela localidade.

Ao contrário da sua primeira gestão, a qual não identificamos grandes diferenças em relação a outras, como a de Herculano Dourado 1906-1909 ou de Deocleciano Barreto de 1908 até 1911. Respectivamente épocas em que Quintino Soares da Rocha e Pedro Celestino Barbosa exerciam maior influência, Souza Benta assumiu a política local no final de 1919, com muito mais força que outrora. A partir de 1919, ele passou a incorporar o papel de sucessor legítimo do cel. Dias Coelho e isto, provavelmente, foi um dos elementos principais na configuração de sua imagem pessoal e política no município. Nesse sentido, Dias Coelho foi a sua ‘família’, e a imagem do velho coronel conferiu atributos externos à pessoa de Souza Benta, conferindo-lhe características que não lhe eram próprias.

Diferente dos tempos do velho amigo, Antonio de Souza Benta teria uma forte oposição ainda remanescente dos tempos de paz. A presença das lembranças de Dias Coelho incorporadas à pessoa e aos discursos de Benta não foram suficientes para evitar a existência de uma forte oposição. Sem Dias Coelho, os Dourado, mais especificamente Teotônio Marques Dourado Filho, se encontravam, mais que nunca, motivados a tentar recuperar o *status* que a família possuía no final do século XIX, com Herculano Dourado.

As disputas políticas entre o Souza Benta e Teotônio Dourado iriam marcar mais da metade da década de 1920. Por mais que se esforçasse, Benta deixava à vista suas diferenças em relação ao antecessor. A preocupação com a imagem política que fez com que Dias Coelho proibisse o uso de palmatórias nas escolas e até isolasse a cidade e sua população de atritos alheios, não se reproduziu com o novo chefe. Não tardaria muito, a querela entre

---

<sup>107</sup> CHAGAS, Américo. *O Chefe Horácio de Matos*. São Paulo: DIFEL, 1982. p.10.

Benta e Teotônio iria colocar a cidade em pleno estado de sítio. E Souza Benta não conseguiria omitir as características que o diferenciavam de Dias Coelho, conforme veremos mais adiante.

Essas características, que diferiram esses rivais em suas atitudes e ações políticas, dão conta de explicar boa parte dos acontecimentos em Morro do Chapéu no início do século XX, bem como das diferenças tão acentuadas com relação à década anterior. Contudo, é preciso entender como esses homens se organizavam em grupos, e como esses grupos ficaram definidos interna e externamente. Apontaremos sob quais situações os dois grupos permaneceram unidos, em conformidade com seus interesses, e como aconteceu o cisma que extinguiria a “Suíça sertaneja”.

#### **1.2.5 – “Coquís” e “memés”: a cisão política e as diferenças entre os grupos**

Desde os últimos instantes do século XIX, o grupo político, articulado em torno da família Dourado e motivado pela expectativa de assumir posições de destaque na política local, manteve sua estrutura de organização em busca de novas eleições, visando ocupar novamente a Intendência. Quase que paralelamente, outro grupo integrado por indivíduos que emergiram política e economicamente já se organizava.

Nas duas primeiras décadas do século XX, podemos perceber sinais em Morro do Chapéu de que uma dualidade política eclodiria. Isto era quase imperceptível até o ano de 1912, quando a disputa pela presidência do Diretório Político local, conforme vimos, colocou frente a frente o deputado Ângelo Autran Dourado e o Cel. Dias Coelho, sendo este último preterido pelo governador J. J. Seabra. As pressões internas em Morro do Chapéu, no entanto, fariam com que Dias Coelho mantivesse sua liderança.

Essa divisão acentuar-se-ia com as diferenças de interesses relativos à emancipação do arraial do Ventura, esboçada em 1914, e que resultou na criação do *Partido Dissidente*, assim denominado pelo *Correio do Sertão* em algumas ocasiões, ou partido oposicionista, como chegou a se autodenominar o novo grupo, liderado pelos Dourado. Contudo, nada que ameaçasse ainda a situação vigente.

As relações comerciais praticadas pelo grupo de Dias Coelho, quando atuavam como atravessadores na compra e venda de pedras de carbonado e depois como proprietários de garimpos, evoluíram ao ponto de estabelecer entre esses coronéis emergentes e os compradores europeus, como a firma parisiense *Levy* de minérios, relações diretas, sem mediadores.

No ano de 1914, já intendente, Dias Coelho teria sido “convidado pela firma francesa de minérios Levy de Paris para ir à França, mas recusou”, provavelmente pelo temor de que “lá os negros lá não eram tratados muito bem”<sup>108</sup>. Não há como comprovar efetivamente este convite, mas há indícios de um estreito vínculo existente entre Dias Coelho e os franceses. Em 1910, os mesmos franceses enviaram um presente para o chefe político de Morro do Chapéu, uma estátua, com mais de 2 metros, da imagem de Nossa Senhora da Soledade<sup>109</sup>, diretamente da França.



Chegada de estátua de Nossa Senhora da Soledade à Morro do Chapéu em 1910. Presente dos franceses da Levy, firma especializada em minérios, à Dias Coelho. A imagem se encontra hoje junto a túmulo do coronel, no Parque da Soledade. O autor e data da foto são desconhecidos.

Semelhante ao que aconteceu em Barra do Mendes em 1923, com a querela entre “mosquitos” e “mandiocas”, respectivamente liderados pelos coronéis Horácio de Queiroz Matos e Militão Rodrigues Coelho, ou mais recentemente, no final da década de 1960, em Jacobina com a disputa entre os “jacus” e “carcarás”, a população de Morro do Chapéu percebeu que a situação guardava uma animosidade que não tardaria em se manifestar. Ao perceber as notórias diferenças do grupo de Dias Coelho e Souza

<sup>108</sup> Márcio Brito, funcionário da Biblioteca municipal e do Centro Cultural Judith Arlego em Morro do Chapéu.

<sup>109</sup> A estátua se encontra na capela situada ao lado de onde residiu e está sepultado o cel. Dias Coelho, o *Parque da Soledade*.

Benta em relação ao grupo da família Dourado, o próprio povo se encarregou de rotular cada um deles por critérios próprios.

Foi assim, quando “coquís” e “memés”<sup>110</sup> surgiram no vocabulário da população local de Morro do Chapéu entre as décadas de 1910 e 1920, refletindo que a unidade política conquistada por Francisco Dias Coelho começava a enfrentar problemas. O Partido Democrata - P.D., o qual Dias Coelho integrava, pouca referência tinha na localidade. A expressão maior era sempre do chefe e não do partido. Falava-se muito mais em Dias Coelho, Souza Benta e nos Dourados.

Essas duas alcunhas marcaram época e até os dias de hoje são lembrados por boa parte da população local. Naquele momento, em que as divergências entre os liderados por Teotônio Marques Dourado Filho e os correligionários de Francisco Dias Coelho e Antônio de Souza Benta deixavam a latência, a situação política passou a se refletir no meio popular. Em Morro do Chapéu ou se era dos “coquís” ou dos “memés”. O primeiro era a denominação dada aos partidários do cel. Dias Coelho e do cel. Souza Benta, provavelmente em alusão ao *coqui*, como é conhecido o pássaro preto, ave comum no sertão da Bahia, pois muitos correligionários desse grupo eram negros ou mestiços. “Memés” era a denominação dada aos partidários do Cel. Teotônio Dourado, porque os Dourado eram brancos, muitos deles com olhos e cabelos claros e lembravam a cor branca predominante na lã dos carneiros: “os *Coques*, como eram apelidados os partidários do Cel. Benta, começaram a hostilizar e ridicularizar os “memés”, como eram conhecidos os correligionários do Cel. Teotônio Marques Dourado Filho (Thiozinho) (...)”<sup>111</sup>.

Diferente dos “memés”, grande parte dos “coquís” ascendeu economicamente em função da extração e comércio de pedras preciosas e semipreciosas, principalmente do carbonado. Muitos deles eram negros ou mestiços tendo suas características físicas bem marcadas. Praticamente, todos eles conquistaram seu espaço na política local a partir da ascensão econômica oriunda do garimpo. Foi assim com Pedro Celestino Barbosa, Antônio de Souza Benta, Deocleciano Barreto de Araújo, Francisco Dias Coelho e seu cunhado Francisco Nery Batista.

Como já vimos, não agregavam alianças políticas em torno do seio familiar, mas se aliavam em função de condições particulares que ligavam um indivíduo o

<sup>110</sup> Denominação popular dada respectivamente aos partidários de Dias Coelho e Souza Benta e ao grupo político liderado pela família Dourado.

<sup>111</sup> CUNEGUNDES, Jubilino. *Morro do Chapéu: um pouco de sua história, sua vida político-administrativo, suas belezas e sua gente* Salvador: Empresa Gráfica da Bahia-EGBA, 1989. p. 48.

outro através de um laço de afinidade qualquer. A construção de uma situação política favorável à sua organização e que permitisse a manutenção de seus interesses tanto políticos como econômico era o maior elo entre os “coquís”. Esse elo foram as atividades comerciais comuns a muitos deles. Nesse sentido, não somente a Dias Coelho, Souza Benta ou seus partidários, na região das Lavras Diamantinas e Vale do São Francisco isto era comum, o próprio Horácio foi se instalar em Morro do Chapéu em função da prosperidade do local e de uma atividade comercial<sup>112</sup> e não esquecendo, claro, a figura de Delmiro Gouveia, o pioneiro na industrialização do Nordeste. Queiroz (1985) afirma que:

(...) as grandes fortunas rurais se assentaram ou se associaram estreitamente ao exercício das atividades comerciais. Basta percorrer as histórias dos coroneis do Vale do São Francisco, em que nas primeiras décadas do século XX parecia existir a estrutura coronelista em sua norma mais exacerbada, para verificar esta associação. Franklin Lins de Albuquerque, por exemplo, se transfere para Pilão Arcado ‘para tentar a vida no comércio e na lavoura’. Mais tarde, chefe político prestigioso, não abandona suas lides comerciais, ‘transformando em arguto movimentador de capitais, dirigindo uma firma exportadora influente no mercado internacional de ceras vegetais<sup>113</sup>.

Em contrapartida, a diferença nos interesses dos Dourado ajudou a promover um progressivo e irreversível afastamento dos dois grupos. Durante muito tempo, todos eles integravam o P.D. morrense, e a exemplo do que acontecia no cenário baiano, conforme veremos no próximo capítulo, nos últimos anos da década de 1910, as diferenças entre “coquís” e “memés” se tornaram óbvias, e impossíveis de serem negadas. Pois, além das diferenças de aliados, visão política e atividades econômicas distintas, as próprias formas de manutenção do poder político e de organização interna dos dois grupos em muito se distinguiam.

Poderíamos dizer que as diferenças existentes entre os grupos eram anteriores ao surgimento dos “coquís” e “memés”. De certa forma, aqueles homens que competiam a disputar o poder local eram representantes de antigos grupos dos instantes finais do Império. Os remanescentes do antigo Partido Liberal viveram sob a égide do Cel. Quintino Soares da Rocha, figura importante no cenário político de Morro do Chapéu, ainda merecedora de estudo mais apurado, que era representado na sede

---

<sup>112</sup> MORAES, Walfredo. *Jagunços e heróis*. Rio de Janeiro: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. 04 ed. Civilização Brasileira, 1963. p.48.

<sup>113</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 195.

do município por José Florêncio de Miranda Bagano e pelo major Pedro Celestino Barbosa. Outros foram influenciados pelo Cel. Porfírio Pereira de Souza - homem forte no Arraial de Ventura, imbuído dos pensamentos do Antigo Partido Conservador no final do século XIX, e que era o desafeto político do velho cel. Quintino.

É importante falar que, na região Nordeste, a influência de antigos políticos dos partidos imperiais Liberal e Conservador se estenderam por mais tempo que na região Sul do território brasileiro. As vozes dos representantes dessas agremiações foram ouvidas por muito mais tempo. Na Bahia, através das vozes das antigas elites<sup>114</sup> políticas que sustentaram os ideais monarquistas, enquanto era possível, os antigos liberais e conservadores se dividiram em partidos que se denominavam republicanos. É o que nos diz Sampaio (1988):

(...) [no] Norte e Nordeste, o movimento republicano foi ouvido através fraco eco que mal tangenciou sua elite política. Em consequência, foram Liberais e Conservadores da Monarquia que continuaram a comandar a vida política local, até dela serem afastados pela inexorável limitação do ciclo vital humano<sup>115</sup>.

As pessoas mais velhas do município contam que Cel. Quintino fornecia abrigos em suas terras, principalmente na Fazenda Gurgalha, para escravos que fugiam de outras fazendas e outras regiões. Dessa forma, sem comprar e sem usufruir de mão de obra escrava propriamente dita, e também sem se preocupar com fugas, uma vez que a sua fazenda constituía um abrigo e não um cativeiro, o Cel. Quintino passou a enfrentar as críticas e a inimizade dos outros fazendeiros que se achavam prejudicados. Não há como provar tais afirmações, mas talvez isso seja um indício da origem da animosidade entre Quintino e Porfírio. Convém também lembrar, que foi da Fazenda Gurgalha que saiu Francisco Dias Coelho, e ali ele teve um tratamento diferenciado em relação ao que normalmente se dava aos negros na época.

Rivalidades à parte, parece que a “política de acomodação”<sup>116</sup>, comum nos estudos sobre a realidade dos grupos políticos da Bahia, nas primeiras décadas da República, se adaptar ao que aconteceu mediante os desdobramentos da disputa do poder local

<sup>114</sup> Adotamos aqui, o conceito utilizado por Carvalho (2003) em seu trabalho sobre as elites políticas imperiais, o qual entende como pertencentes às elites, o grupo de homens que tomavam decisões dentro do Governo central. Em nosso caso, se estamos tratando de acontecimentos regionais, provinciais ou estaduais, convém considerar como membros das elites os homens que tomam decisões no governo da Província ou do Estado, conforme a época, ou nos partidos de alguma forma associados a ele.

<sup>115</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. EDUFBA: Salvador 1988, p. 21.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 49.

em Morro do Chapéu durante a década de 1910. A aparente acomodação dos Dourado na verdade trazia em seu âmago uma inquietação latente. Algumas vezes, a própria vontade de Teotônio Dourado de se erguer contra Dias Coelho foi “sufocada” pelo seu Tio Herculano da Silva Dourado que até a fracassada tentativa de emancipação do Ventura jamais se opôs, pelo menos diretamente, ao chefe do município.

Em linha de sucessão política, podemos dizer que os Dourado, no primeiro momento liderados por Herculano e depois por Teotônio, mantiveram em torno de si o mesmo agrupamento de famílias dos tempos em que o grupo seguia a orientação política de Porfírio Pereira Souza. Não por acaso, os Sampaio e os Moitinho constituíram as principais alianças de Thiozinho, fora de sua família. Isso no tempo em que Ventura e Caraybas concentravam as maiores resistências a Dias Coelho e Souza Benta. Já os “coquís”, trilharam o caminho da política de José Florêncio Bagano e de Pedro Celestino Barbosa, aliado de Quintino Soares da Rocha Cesar e padrinho político do jovem Dias Coelho em seus primeiros passos na vida política.

Os Dourado mantiveram as alianças, mas não a mesma influência do final do século XIX. Nas atas do Conselho Municipal, constam como membros os nomes de Antonio da Silva Dourado Junior, do próprio Teotônio M. Dourado Filho e de outros Dourado, durante boa parte do período posterior à gestão de Herculano. Contudo, a exemplo do que aconteceu com a intendência, nenhum integrante daquela família ocupou a presidência do Conselho Municipal. Provavelmente, isso tenha acontecido por um motivo um tanto óbvio. Em caso de problemas de saúde com o legítimo intendente, o presidente do Conselho assumiria. Esse cargo era, então, um acesso para a potencial ocupação da intendência, mesmo que provisoriamente. Se regressarmos a 1911, veremos que foi através de uma passagem interina pela intendência, que o próprio Dias Coelho, substituindo Francisco Nery Batista, galgou a posição e se efetivou nela até o fim de seus dias. Vale ressaltar que Dias Coelho substituíra um intendente já interino, pois o legítimo ocupante do cargo era o Cel. Deocleciano Barreto que estava enfermo.

É provável que os “coquís”, já detentores de uma hegemonia política de quase duas décadas, tinham planos incompatíveis com a presença de um Dourado no poder. Os Dourado mantinham seu grupo com características de uma oligarquia familiocrática e buscavam colocar os demais agregados em torno de sua família. Diferente da grande maioria dos “memés”, que constituíram fortuna a partir da agricultura e principalmente da pecuária, os “coquís” concentravam as atividades econômicas principalmente no garimpo. Para eles, a agricultura e a pecuária de gado bovino, bem como o comércio

delas oriundo, mantinham-se como atividades secundárias. Assim, constituíam um agrupamento político com pensamentos, interesse e características distintos, aos dos “memés”.

Destarte, o garimpo, que possibilitou a existência de um grupo de políticos emergentes, se tornaria também um dos motivos do afastamento entre “coquís” e “memés”. O fato que denota melhor a frágil aliança entre o grupo naquele momento liderado por Dias Coelho e os Dourado é o ponto de partida para a posterior consolidação dos dois grupos como grandes oponentes. A desastrosa promessa em 1914 de emancipação do arraial do Ventura, local tradicionalmente de forte aproximação dos Dourados, mas também de onde saía a maior parte do carbonado de Morro do Chapéu, tornou-se um marco inicial para o cisma político que eclodiria a partir de 1919.

Entendemos que a ação dos “memés” em investir na emancipação do Ventura se caracterizou mais como uma manobra de cunho político que de outra natureza, uma vez que o interesse econômico dos Dourado estava à quilômetros de distância nos povoados de América Dourada e Caraybas. O propósito maior, tudo indica, era consolidar a aliança com os líderes do arraial do Ventura e fortalecer seu grupo, ao tempo em que também tornava mais complicada a relação entre esses homens e os “coquís”.

Historicamente, no Ventura, o grupo de Porfirio Pereira obtinha vitórias políticas ou quando isso não acontecia, certamente, exercia forte oposição a Quintino Soares da Rocha e Pedro Celestino Barbosa. Na década de 1910, a situação se mantinha e a oposição aos “coquís” era então liderada por Louro Barão, Samuel Honório Bonfim e João Navarro. Essa postura se justificou a partir de 1915, por dois motivos principais: O não-cumprimento de promessas políticas e a redução em investimentos públicos no arraial.

O arraial do Ventura não tinha potencial para agricultura, tampouco para pecuária bovina. O ponto forte da economia no local era o garimpo do carbonado. Entretanto, a dependência política em relação a Morro do Chapéu e o pouco retorno em obras ou benefícios, como contrapartida da exploração das suas riquezas, acabaram por fazer vir à tona a insatisfação dos políticos locais. Desse modo, a conjuntura tornou-se catalisadora para a consolidação do consórcio entre João Navarro, a principal liderança política no arraial, e Teotônio Dourado.

O local era uma das principais fontes de riqueza para o município de Morro do Chapéu, especialmente para o próprio Dias Coelho. Ali se concentravam as principais fontes de extração do carbonado do município. Para muitos, a riqueza oriunda do carbo-

nado seria suficiente para sustentar o Ventura se este fosse emancipado. Contudo, é provável que outros fatores tenham corroborado para esse ponto de vista.

Embora não disponhamos de um censo específico para os anos de 1914 e 1915, vale registrar que até 1920, a vila constituía apenas o quinto maior colégio eleitoral do município cerca de 11% do total de eleitores. Contudo, isso não é pouco, se considerarmos que a sede possuía apenas 20% do total. Naquele momento da história local, o Ventura se colocava ao lado dos distritos de Caraybas e América Dourada, como um dos três grandes “currais” eleitorais com forte oposição ao governo municipal. Juntos, os três alcançavam cerca de 50% de todo o eleitorado<sup>117</sup>.

Mesmo sendo, em grande parte, um fruto da atividade econômica já mencionada, a urbanização certamente é algo a se mencionar. A mais importante povoação do município, com exceção da sede, era o Ventura<sup>118</sup>. O desenvolvimento do local parecia ser notório, e as riquezas oriundas do carbonado alavancavam o seu progresso. O caminho encontrado para frear tal processo e garantir definitivamente a posse sobre as riquezas ali existentes foi a redução dos repasses da riqueza do município, em forma de investimentos, para a localidade. O compromisso de emancipar o arraial do Ventura, feito por Dias Coelho em 1914, não foi cumprido. Ao contrário, os embargos políticos dos anos seguintes tornariam ainda mais difícil a transformação do sonho dos *Memés* em realidade. Ao invés disso, a estrutura local já existente foi, aos poucos, sucateada, escolas foram fechadas, repartições foram removidas para a sede e algumas associações foram extintas.

Dias Coelho, então, convocou uma reunião em 1914, e promete, no ventura, trazer a independência. Quando pois, a comissão do Ventura veio aqui a Morro do Chapéu tratar (...) dos acertos políticos, o Coronel Dias Coelho já tinha mudado de ideia e resolveu não receber a comissão. Era Guilherme Dutra, sobrinho do primeiro juiz de Direito de Morro do Chapéu; Joaquim Modesto e um outro<sup>119</sup>.

A separação do Ventura de Morro do Chapéu teria várias implicações. De caráter econômico, tanto o município quanto o próprio Cel. Dias Coelho sofreriam prejuízos. O município perderia, definitivamente, toda a riqueza que o carbonado em abundância e com compradores certos poderiam trazer. Dias Coelho, por sua vez, embora mantivesse a posse das terras e sua atividade garimpeira, com a emancipação, dificilmente teria as mesmas facilidades em extrair o minério e negociá-lo livre e diretamente com a França.

---

<sup>117</sup> *Correio do Sertão – Morro do Chapéu*, 29 ago. 1920.

<sup>118</sup> OLIVEIRA, Antônio Gabriel de. *Morro do Chapéu*. in: Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia. V. 45 1919, p. 169.

<sup>119</sup> Carlos Navarro Sampaio – em entrevista, 08 jan. 2002.

De caráter político e em resumo, a emancipação significaria entregar o principal distrito do município aos rivais.

Para os Dourado, contudo, a emancipação do Ventura não implicaria vantagens que não fossem políticas. O enfraquecimento econômico dos “coquís” significaria o fortalecimento político dos “memés”. Os depoimentos obtidos e analisados, em nenhum momento, indicam interesse dos Dourado no Ventura que não fosse de manter e angariar as valorosas alianças. O esforço dos Dourado e das lideranças do Ventura em alcançar a emancipação surtiu um efeito um tanto diferente do esperado.

A forma encontrada pelos “coquís” para evitar a emancipação, foi tornar o Ventura incapaz de ser independente. Durante os últimos anos de Dias Coelho e depois, com Souza Benta, grande parte dos investimentos no Ventura foi cerceado, muito provavelmente no intuito de extinguir as condições de autonomia do lugar. É o que sugere o Sr. Carlos Navarro quando afirma que “daí começou a perseguição política”, algo muito comum nas práticas políticas da Velha República. Sem os recursos necessários, logo “começaram a tirar escolas do Ventura, tiraram também os Correios, passando a existir apenas o da sede, abandonaram mesmo o lugar”<sup>120</sup>.

Em 14 de agosto de 1914, as esperanças de emancipação do arraial foram sucumbidas, o Conselho Municipal de Morro do Chapéu negou vetou qualquer possibilidade, naquele momento, o arraial do Ventura se desvincular da sede do município.

Depois de tudo devidamente discutido o Conselho verificou que pelas informações tomadas a respeito da alludida reunião tornou- se ela de um caráter político e não de patriotismo daqueles habitantes por uma pequena facção Política que iludiu a boa fé dos habitantes daquele Distrito. Pelo que o Conselho revelou declarar francamente que presentemente o Arraial do Ventura não se acha nas condições de ser elevado a categoria de Villa visto não preencher as formalidades prescriptas no Art. 8º da Lei n. 478 de 30 de Setembro de 1902 baseando- se no seguinte: Primeiro: Que a população do Distrito do Ventura não atinge ao número exigido por lei. Segundo: Que a maioria da população não sabe ler nem escrever . Terceiro: Que a maioria dos habitantes são adventícios. Quarto: Que na projectada sede não existe edifícios apropriados com a capacidade necessária ao funcionamento do governo local, secção do Jury e para cadeia. Quinto: Que na presente oportunidade verifica- se que o lugar não tem vida própria visto ser seu canto comercial de dia manter e carbonatos e a pequena lavoura existente é insuficiente podendo de futura abranger as condições legais exigidas para a lei<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> *Ibidem*

<sup>121</sup> Ata da secção extraordinária do Conselho Municipal – Morro do Chapéu, 10 ago. 1914. – (ANEXO III)

O Ventura, na verdade, jamais se emanciparia. Em 1930, com a baixa do carbonado provocada pela descoberta da técnica de produzi-lo artificialmente na Alemanha, a crise no Ventura se acentuou. O excesso na oferta do produto e sua consequente desvalorização, associado à seca que atingiu a região em 1932, aumentou ainda mais a dependência do arraial em relação à sede. O local sofreu um verdadeiro êxodo semelhante ao que aconteceu na década de 1860. “Aquele pessoal que tinha mais dinheiro sobreviveu e foi embora para Salvador e outros lugares e o Ventura entrou em decadência”<sup>122</sup>.

A quebra do acordo de emancipar o arraial do Ventura foi o mais forte argumento utilizado por Teotônio Marques Dourado Filho, na querela com Dias Coelho e principalmente com Souza Benta. Para ele, a promessa não cumprida era algo que colava em dúvida a distinção dos seus rivais. Esse incidente político e a consequente decadência do local tornaram-se os principais argumentos para atacar os adversários e angariar alianças naquela localidade. A utilização desse argumento por Teotônio é um tanto estranha, pois na sessão extraordinária do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, ocorrida em 10 de agosto de 1914<sup>123</sup>, decidiu-se pela não emancipação do arraial do Ventura, nenhuma aparente oposição foi esboçada por Teotônio Dourado. Ao que parece, ele usufruiu desse acontecimento, apenas no momento em que lhe foi conveniente e que lhe renderiam proveitos.

A partir de 1918, os Dourados, já não tão tolerantes, começaram a investir mais na oposição a Dias Coelho. Ressuscitaram as velhas questões de 1914 e intensificaram as relações com o grupo de João Navarro, no Ventura. Contudo, sem sucesso efetivo.

Mas foi somente com o falecimento do Cel. Francisco Dias Coelho, que foi “enterrada” de vez qualquer esperança de que o município pudesse continuar a viver o período de calmaria política, mesmo que superficial, tal como predominou durante a década de 1910. A proeminência política dos “coquís” significou para os “memés” o gradual afastamento e consecutiva perda de espaço nas disputas pelo poder político no município. Mais que isso, também motivou uma tentativa de reação pelo grupo dos “memés”.

A querela instaurada a partir do episódio do Ventura e consumada com a morte de Dias Coelho, tudo indica, foi um esforço dos Dourado de retornar ao executivo municipal após 23 anos. Durante todo esse período, mesmo participando do Conselho Municipal e marcando presença nos principais momentos do município, podemos afirmar

---

<sup>122</sup> Carlos Navarro Sampaio – entrevista 08 jan. 2002.

<sup>123</sup> Vide ANEXO III

que estiveram à margem das principais decisões e afastados dos mais importantes cargos políticos do município.

A forte e eficiente articulação do grupo dos “coquís” garantiu o revezamento de seus membros tanto na presidência do Conselho, como na intendência local. Os Dourado, durante esse período, ficaram relegados a cargos inferiores e de pouca influência nas decisões tomadas. É fato que depois de Herculano, nenhum outro membro da família teve a oportunidade de ocupar a Intendência daquele lugar. Em consulta às atas da Câmara Municipal do período, podemos verificar que os intendentes de Morro do Chapéu, no início do século XX, foram Pedro Celestino Barbosa 1900-1903, Antonio de Souza Benta 1904-1907, Deocleciano Barreto de Araújo 1908-1911, Francisco Nery Batista 1909-1910 e Francisco Dias Coelho<sup>124</sup> 1911-1919, todos “coquís”.

A situação não foi muito diferente no Conselho Municipal. Entre 1900 e 1903, nenhum dos membros do Conselho pertencia à família Dourado ou, se quer, ao seu grupo; de 1904 a 1907, apenas Antonio Dourado Seixas o integrou, sendo apoiado por Antonio Lourenço, também do Conselho. Em 1908, entrou para o Conselho o Cel. Antônio da Silva Dourado Junior, sobrinho de Herculano Dourado; em 1911 foram eleitos apenas ele e seu primo, Teotônio Dourado, ambos obtiveram o reforço, em 1915, de Juvenal Theodoro de Araújo e assim se manteria até 1919. Ou seja, em mais de 15 anos, apenas 05 nomes do grupo dos Dourado conseguiram marcar presença no Conselho Municipal. Vale lembrar que entre o período de 1900 a 1915, o Conselho de Morro do Chapéu era composto por nove membros que atuavam em um quatriênio com possibilidade de reeleição. Ou seja, de 36 vagas possíveis neste período, os “coquís” conquistaram 27 e sempre ocuparam a presidência.

Nesse contexto de organização de dois grupos distintos, as coisas que diferenciaram a década de 1910 da anterior foram basicamente duas: durante a segunda década do século XX, apenas Dias Coelho ocupou a intendência e, durante esse período, nenhum grande ocorrido perturbou a aparente clamaria que se manteve até 1919.

Não só já existia uma notória diferenciação entre quem era dos “coquís” e quem era dos “memés”, como também havia uma divisão mais que clara sobre a popularidade de ambos os grupos. Na sede onde a influência e a ação política dos “coquís” e a imagem, presença e popularidade de Dias Coelhos eram mais intensos, os “memés” amar-

---

<sup>124</sup> Francisco Nery Batista 1909-1910 e Francisco Dias Coelho no ano de 1911 ocuparam a intendência de Morro do Chapéu de forma interina, em função do debilitado estado de saúde do Intendente oficial, o Sr. Deocleciano Barreto de Araújo.

gavam uma situação bastante desfavorável. Assim, era também em quase todos os distritos e vilas, as exceções, como já foi dito, eram Caraybas, América Dourada e o Ventura, as três mais importantes localidades do município, excetuando-se a sede.

Não fossem suficientes as diferenças de interesses econômicos e os problemas políticos, a própria origem também ajudava a separar “coquis” e “memés”. Alguns memorialistas de Morro do Chapéu trazem algumas informações que indicam que, mesmo com o poder político e ascensão econômica e social, Dias Coelho, Souza Benta e alguns seus correligionários “coquis”, depararam-se com problemas de preconceito. Alguns casos ainda hoje, são lembrados pela população local. Para muitos deles, não há documentação para comprovar, entretanto, apenas fato de as pessoas, praticamente um século depois, comentarem a respeito, sugere a ideia de uma sociedade repleta de preconceitos.

Diz a lenda que, Dias Coelho, certa vez, cortava seu cabelo em uma barbearia de Salvador. Provavelmente, desconhecedor da identidade de seu cliente, o barbeiro, não sabemos por que, recusou por em prática o serviço. O coronel, indignado, retirou-se do ambiente. Posteriormente, adquiriu a barbearia e obrigou o barbeiro, daquele momento em diante, a jamais se recusar a receber um negro naquele recinto, sob pena de ser despejado. Em outro caso curioso, o coronel, em uma festa no Clube da Cruz Vermelha em Salvador teria tentado dançar com várias moças, não logrando êxito com quase todas. Uma exceção teria sido uma apenas, a filha de um político do estado. Em manifestação pública após a dança, Dias Coelho teria presenteado a moça com uma joia caríssima, em ouro e diamantes, deixando o público ciente das razões pela qual a presenteava.

Mesmo tendo superando os obstáculos que a origem e a cor lhes impunham, tanto Dias Coelho e também Souza Benta, provavelmente conviveram em toda a sua vida com manifestações de xenofobia. Passados os anos e mesmo depois da morte de Coelho, referia-se a ele com nostalgia, mas também com preconceito.

Homem de cor. Cabelo carapinha. Alto, gordo e musculoso (...) cavalheiro e muito educado, muito atencioso, político hábil, soube conquistar a estima e a confiança do seu povo. (...) era preto na cor e branco nas ações. Embora as qualidades fossem explicitadas, parece que para uma parte da população estas qualidades eram incompatíveis com a cor da sua pele<sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup> CUNEGUNDES, Jubilino. *Morro do Chapéu: um pouco de sua história, sua vida político-administrativo, suas belezas e sua gente*. Salvador: EGBA, 1999. p. 32.

O *Correio do Sertão*, em nota publicada na comemoração pelo aniversário da morte do Coronel Negro, fez vir à tona os preconceitos no qual estava imbuído, ainda 30 anos depois.

A 19 deste mês passará o trigésimo aniversário do falecimento, nesta cidade, do Coronel Francisco Dias Coelho – o grande filho de nossa terra, que, nos anais de nossa história, deixou o seu nome brilhantemente imortalizado para sempre.

Apesar da cor da sua epiderme, Dias Coelho, distinto, generoso, trabalhador e progressista, tinha como que o condão de atrair a simpatia de quem o aproximava. Foi realmente um homem raro, de envergadura notável, de caráter sem jaça e de um valor extraordinário – o orgulho de um povo, o dínamo que fazia gerar a vida, progresso e alegria para Morro do Chapéu.

Há trinta anos que Dias Coelho morreu. Mas sua memória vive na gratidão e no respeito daqueles que tiveram a felicidade de o conhecer, daqueles que notaram de perto o seu valor social e a exemplar abnegação pelo bem comum.

A Dias Coelho, o “Correio do Sertão” presta esta modesta homenagem, sincera e respeitosa<sup>126</sup>.

Os casos se reportam à pessoa de Dias Coelho, mas, certamente, refletem uma visão geral sobre os “coquís”. Não encontramos notas com esse teor sobre Souza Benta, mas é possível que obstáculos lhe tenham sido comuns. Entendemos por exemplo, que o posicionamento do *Correio do Sertão* significava também a forma de pensar de seu proprietário, Honório Pereira, que era membro dos “coquís” quando o jornal foi fundado. Ou seja, é provável que havia discriminações dentro do próprio grupo político e é pouco provável que essa atitude tenha sido algo isolado.

Entretanto, até para a nossa surpresa, a documentação estudada não indica que, em algum momento, um argumento preconceituoso foi utilizado pelos Dourado ou pelo *Pequeno Jornal*. Apesar de exaltado e bastante parcial, os exemplares do jornal a que tivemos acesso não denotam críticas ou insinuações que atinjam a origem étnica dos rivais. E possível, no entanto, que por pura estratégia política, tenham evitado tais práticas.

Por outro lado, o *Correio do Sertão* não se conteve em usufruir apenas de objetos políticos em seus ataques aos rivais. As diferenças de credo e prática religiosa entre os dois grupos, foi utilizada pelo hebdomadário como artifício político, em meio à situação de animosidade instaurada.

Os Dourado foram acusados, algumas vezes, de agir de forma contrária à fé católica dentro do município de Morro do Chapéu. Tudo indica que a família tinha forte influência protestante. Isso ajuda a explicar o grande desenvolvimento que a Igreja

---

<sup>126</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 15 fev. 1949.

Presbiteriana alcançou na região de Irecê, onde a presença dos Dourado sempre foi muito intensa. O próprio *Pequeno Jornal* não negava e nem omitia a influência do protestantismo nos ideais políticos dos Dourado em Morro do Chapéu.

É bastante razoável pensar que a diferença na fé, se tornou para os “coquís”, um eficiente artifício para angariar a simpatia da grande maioria da população, ao tempo em que engendrava certa resistência do povo em relação aos adversários políticos. Foi o que foi o que pôs em prática o *Correio do Sertão*, publicando a seguinte nota.

Caresce ainda que os Dourados querem implantar, cada vez mais, o protestantismo neste Município, e assim dizemos de acordo com o “Pequeno Jornal”, de 10 desse mez, órgão dessa família que, segundo a nota nele inserida sobre a manifestação dos crentes presbyterianos ao senhor Teotônio Dourado Filho, cujo jornal declara ser o protestantismo, aqui um forte elemento de sua política, o que traz grande contrariedade à população cathólica deste Município<sup>127</sup>.

Para uma sociedade majoritariamente católica, e principalmente com muita resistência e preconceitos a novos hábitos e crenças, principalmente em um local pequeno e pouco desenvolvido mesmo para a época, aceitar tranquilamente a implantação de uma nova prática e fé cristã, divergente da tradicional Igreja Católica, era algo quase impossível de acontecer. O *Correio do Sertão*, Souza Benta e seus correligionários sabiam disso. A publicação dessa nota deixa claro que houve uma tentativa de impor a Teotônio, à família Dourado e aos “memés”, as mesmas dificuldades que os presbiterianos teriam para se instalar na localidade.

É possível que essa antipatia pela presente influência protestante na família Dourado já existisse muito anterior a essa publicação, contudo, somente foi utilizada como artifício político no auge da querela entre o Souza Benta e o Teotônio Dourado. É provável também, que os “coquís”, não achassem necessário fazer uso disso em um momento em que os Dourado não representavam uma ameaça séria aos planos políticos que o grupo traçava para a cidade. De qualquer forma, certamente essa divergência religiosa ajudou a acirrar a animosidade latente entre os dois grupos.

Embora os anseios parecessem um só, ou seja, ter em mão as ‘rédeas’ da política local, as origens, os interesses econômicos, a estrutura dos dois grupos e as alianças conquistadas por ambos sugeriam um choque inevitável. Os capitais econômicos, sociais e culturais de que ambos dispunham, colocavam-nos em lados opostos, em busca de um mesmo objetivo.

---

<sup>127</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 31 ago. 1924.

Os grupos se revezariam no poder, o Estado e as forças políticas da capital e do interior participariam de muitos episódios. Os jornais locais travariam uma guerra à parte. Era o reflexo de que a unidade política e a clamaria, mantidas durante uma década não eram tão naturais assim, e as divisões surgidas tomariam proporções até então sem precedentes no município.

Assim, estavam então definidos, tanto no meio político fechado da época como ante a população, os dois grupos políticos que protagonizariam as disputas em Morro do Chapéu a partir de 1919 e durante grande parte da década de 1920.

## CAPÍTULO II

---

### MORRO DO CHAPÉU SEM DIAS COELHO: A INDEFINIÇÃO DE BENTA E A ASCENSÃO DE TEOTÔNIO

#### 2.1 - Dias Coelho, seu legado e a entrega do comando a Souza Benta

Morro do Chapéu sem Dias Coelho parecia tornar-se uma “terra de ninguém”, mas algumas atitudes de seu chefe político já próximo do leito de morte sinalizavam que dificilmente isso aconteceria. Na iminência do falecimento do coronel, acreditou-se que a pessoa mais adequada para substituí-lo fosse o próprio filho, Deusdedith Dias Coelho. Contudo, não foi o que aconteceu. Deusdedith chegou até a assumir a intendência do município, porém, era mais respeitado por ser filho de Dias Coelho do que por seus próprios méritos. O jovem não demonstrou a mesma habilidade política de seu pai e jamais se tornou o líder do grupo ao qual pertencia. Além disso, a ausência do velho coronel encorajou os Dourado, especialmente Teotônio Marques Dourado Filho, o Tiozinho, a assumirem a liderança política do município. Teotônio sabia que não seria o filho do cel. Dias Coelho, o homem a ser enfrentado nessa disputa. Embora o sobrenome Dias Coelho impusesse certo respeito, Teotônio sabia que o cel. Souza Benta seria seu grande opositor naquela investida.

Dias Coelho deixou o cenário político de Morro do Chapéu em fevereiro de 1919. Muito rapidamente, para os padrões da época, a notícia se difundiu graças principalmente à imprensa local que se restringia ao *Correio do Sertão*. A relação entre o jornal e Dias Coelho era forte ao ponto de serem rotineiras não só as publicações de notícias sobre o cotidiano político da cidade, mas também as notas sobre sua vida pessoal. A sua presença em momentos políticos importantes, as visitas ilustres que o coronel recebia em sua residência ou qualquer fato que pudesse se vincular ao seu nome era publicado no jornal situacionista.

Salve! 3 de Dezembro. Seria uma falta imperdoável de lesa gratidão os nosso modesto periódico não trouxessem estampadas nas suas primeiras páginas para honra sua, estas mal alinhavadas phrases embora que cheias de sincero jubilo, acatando com respeito verdadeiramente merecido, a feliz data de 3 de Dezembro, por ser o dia do anniversario natalício do mais digno dentre os dignos filhos do Morro do Chapéo, Coronel Francisco Dias Coelho<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 02 jan. 1917.

A exemplo do que aconteceu em 02 de dezembro de 1917, ano em que foi fundado o *Correio do Sertão* e quando pela primeira vez noticiou, com grande fervor, a passagem do aniversário do Cel. Dias Coelho, em 8 de dezembro de 1918 o jornal novamente trouxe a mesma manchete – Salve! 3 de Dezembro - “estampada” em sua primeira página. A inclinação para altos elogios ao chefe político era intensa e nem o título da manchete era alterado.

Cheios do maior contentamento, atiramos para um lado os disfarces do orgulho que muito procuram afivelá-los aos semblantes, para louvarmos esta data que deve ser acatada por todos que conhecem o nosso digníssimo e prestigioso chefe Coronel Francisco dias Coelho, sinceramente respeitando todos os seus méritos por assignalar-lhe mais um anno de preciosa existência.<sup>129</sup>

Antes de sua morte, o jornal publicava constantemente notícias sobre o seu estado de saúde. Em praticamente todas as notas do *Correio do Sertão*, o texto normalmente possuía um teor positivo e era acompanhado quase sempre de votos de melhorias e recuperação em curso, provavelmente também e no intuito de transmitir à população a ideia de que o coronel continuaria à frente da política local. Enquanto foi possível, não se permitiu tirar da população e dos próprios políticos qualquer esperança sobre a saúde de Dias Coelho.

Vai gozando uma melhora satisfatória o nosso Chefe (sic) Cel. Dias Coelho. Ultimamente tem se sentido mais forte, já se preocupando em serviços de seu gabinete. Tenciona ele, logo que possa viajar a Bahia tratar de sua saúde. Desejamos-lhe completo restabelecimento<sup>130</sup>.

Contudo, a evolução da enfermidade, aos pouco forçou o jornal a publicar notícias menos animadoras e mais realistas. À medida que o quadro de saúde do coronel se agravava, as esperanças também declinavam. O *Correio do Sertão* parecia entender que já estava na hora de preparar a população de Morro do Chapéu para a ideia de não ter mais Dias Coelho como chefe político e preocupou-se em tornar mais realistas as informações sobre a situação em que se encontrava o enfermo. Dez dias antes do falecimento, foi publicada uma nota pouco animadora sobre o seu estado de saúde.

---

<sup>129</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 08 jan. 1918.

<sup>130</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 19 jan. 1919.

Continua bastante alterado o estado sanitario do Exmo. Snr Cel. Francisco Dias Coelho, digno chefe politico e honrado Intendente deste Municipio.

Somente pelo simples facto de ir sua Senhoria a passeio no edificio escolar em construção, visinho a sua residência em dias ultimos, foi elle acometido de um acesso sendo preciso estar de cama. Presentemente acha-se melhorando dos maiores incommodos. O seu completo restabelecimento, será para nós uma felicidade<sup>131</sup>.

O Coronel faleceu às 04 horas do dia 19 de fevereiro de 1919, uma quarta-feira. Dia em que funcionava a feira livre na sede do município. Tudo estava movimentado. Como acontece ainda nos dias atuais, a feira atraía pessoas não só da sede e dos outros distritos mas também da zona rural. Isso certamente favoreceu a propagação da notícia, uma vez que a feira livre foi tradicionalmente um local onde a notícia se difundia rapidamente. Assim, todos, na cidade, logo ficaram informados, e no dia seguinte, todo o município já sabia do ocorrido. Além da notícia transmitida de “boca em boca”, o jornal *Correio do Sertão* distribuiu, naquela ocasião, sua edição especial sobre a vida e a morte do antigo Coronel, contribuindo, assim, substancialmente para a propagação da notícia por toda a região.



**Deusdedith Dias Coelho, filho do cel. Dias Coelho**

\* Autor e datas desconhecidos.

---

<sup>131</sup> *Idem*, 09 fev.1919.

No dia seguinte, o coronel foi sepultado, na capela que mandou construir para abrigar a estátua de Nossa Senhora da Soledade, recebida de presente dos franceses. Na edição regular que circulou no domingo seguinte à sua morte, o *Correio do Sertão* trouxe uma nota carregada de melancolia, poesia e depoimentos de pessoas da época, sobre o sepultamento do velho líder.

A mão inexorável da morte acaba de roubar ao Morro do Chapéu o maior dos seus filhos – O Coronel Francisco Dias Coelho. Com ambas as mãos trementes a suster-lhe a fronte macilenta, a sua pátria-natal chora, neste momento, a memória do seu grande morto, que em vida, soube manter honestamente a concórdia, o bem comum, o enaltecimento da terra que lhe serviu de berço. Coração nobre, grande, magnânimo, nobre de bondade, grande de benemerência, magnânimo de caridade. O Coronel Francisco Dias Coelho, com um sorriso nos lábios, cativava ao forasteiro, animava ao fraco, mostrava o caminho do dever aos viajantes perdidos da existência, protegia aos pobres, numa paciência exemplar e digna de apreço. A sua morte abriu um vácuo imenso no coração do município de Morro do Chapéu; a sua falta será indubitavelmente impreenchível. Chefe modelo, de fino trato, de largos ideais, ele abafava o alvoroço espontâneo da política, a fim de cumprir a toda risca o seu programa governamental, a fim de manter a ordem progressista de seu município, guardando silenciosamente no escrínio de sua alma todas as contrariedades que lhe apareciam momentaneamente na escabrosa rotina da política. Vestido pela ultima vez com a sua farda, o Coronel Francisco Dias Coelho parecia dormir. Durante todo o dia, de hora em hora, momento em momento, de diferentes lugares do município chegavam pessoas amigas que vinham render-lhe o derradeiro tributo de amizade e gratidão ao seu inesquecível chefe. Às 8 horas da manhã do dia 20 de fevereiro efetuou o seu enterramento na capela de Nossa Senhora da Soledade.<sup>132</sup>

A notícia circulou rapidamente também para fora de Morro do Chapéu, graças ao telégrafo já instalado na agência dos correios da cidade, que transmitiu o ocorrido para outros municípios da Bahia. Em Salvador, a notícia foi assim divulgada pelo jornal *O Democrata*.

Telegramas particulares trouxeram-nos a dolorosa notícia de haver falecido o Coronel Francisco Dias Coelho, nome vantajosamente conhecido como chefe político de real e benéfica influência nos municípios de Morro do Chapéu e Wagner e cidadão possuidor das mais belas virtudes.

Era ele correligionário do Partido Democrata do qual se dedica de há muito, tendo compreendido e realizado nos domínios da política e da administração, o ideal do progresso e honestidade, tudo havendo feito em benefício da terra

---

<sup>132</sup> Idem, 23 fev. 1919.

de seu berço, que muito prosperou e floresceu ao influxo dos seus reconhecidos sentimentos patrióticos.

O coronel Francisco Dias Coelho era o depositário de maior confiança do alto comércio na rica zona de sua residência. A morte de tão lastimável cavalheiro, benquisto chefe sertanejo que, pela sua fineza habitual, granjeava grandes simpatias, veio abalar profundamente o espírito da nossa sociedade, notadamente dos seus inúmeros amigos e nossos dedicados correligionários que confiantes e solícitos recebiam sua criteriosa orientação naqueles municípios.<sup>133</sup>

Chamamos a atenção ainda para algo que foi apresentado no capítulo anterior desse trabalho. A fotografia do sepultamento do coronel vem força o que foi dito sobre o grupo político de Dias Coelho e Souza Benta. Nela, é possível constatar um número considerável de pessoas com características negras presentes naquele funeral. Mais de 15 homens, não considerando as crianças, estavam presentes ali, sendo que três deles ajudavam a segurar o féretro. Em primeiro plano e à direita na foto estava o Cel. Souza Benta. Isso pelo menos sugere a proximidade que os dois outros homens negros que ajudavam Souza Benta com o caixão, tinham com Dias Coelho. A forma como estavam vestidos sugere que eram homens de posição social elevada. O coronel não tinha irmãos, apenas uma irmã, também não tinha nenhum outro parente próximo, na idade de algum desses homens, o que conduz a pensar que provavelmente fossem seus amigos e correligionários “coquís”.

Os documentos e os testemunhos apontam para uma grande comoção pelo falecimento do coronel. É razoável deduzir que grande parte dessa comoção se deveu à forma como Dias Coelho construiu sua imagem política. Ao evitar ligações diretas de seu nome com os casos arbitrários ocorridos entre os coroneis de sua época, ao não envolver Morro do Chapéu nas querelas existentes fora do município, o coronel sempre angariou uma grande popularidade.

Dentro do município, as raras ações de uso da força eram quase sempre vinculadas aos outros coroneis aliados, como se fossem atitudes independentes e desvinculadas do chefe maior. Externamente, alheio aos conflitos entre a família Queiroz de Matos e os coroneis Manoel Fabrício e Militão Rodrigues, nos municípios circunvizinhos, Dias Coelho demonstrava que não queria “sua” cidade em ambiente de guerra, ajudando a criar, assim, o estigma de homem de paz que carregava consigo.

---

<sup>133</sup> *O Democrata* – Salvador, 22 fev. 1919.

### Sepultamento do Cel. Francisco Dias Coelho, 20 de fevereiro de 1919

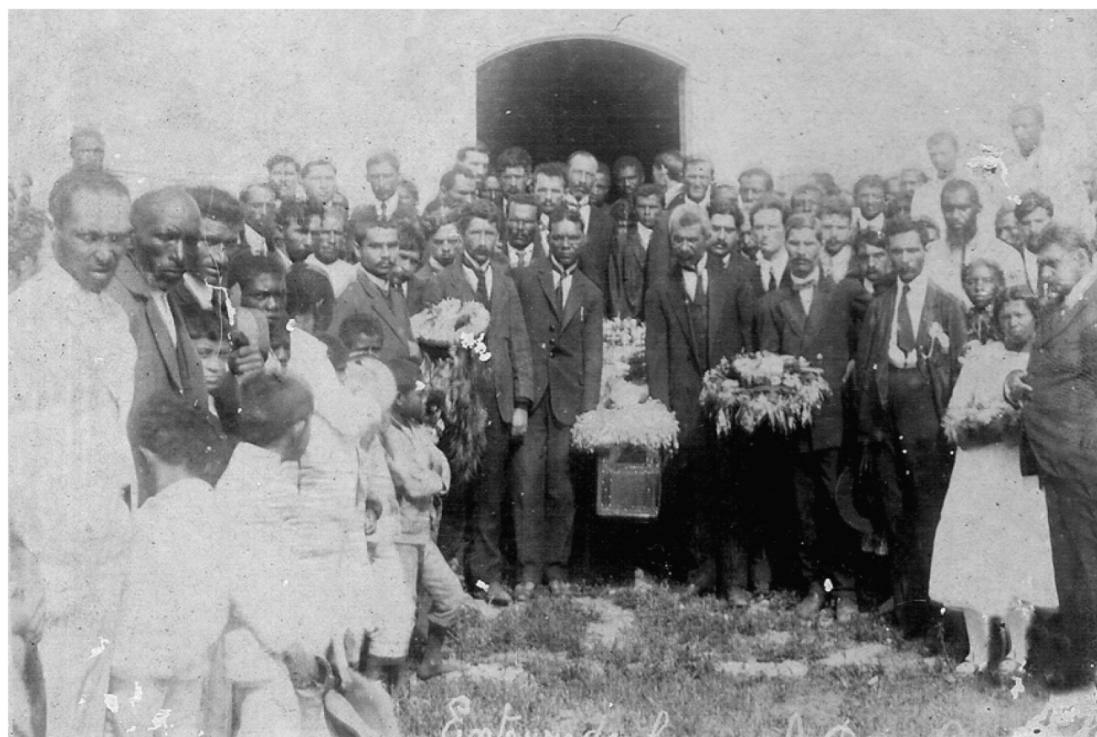


Foto tirada à frente da capela de N. Senhora da Soledade, construída ao lado de sua residência, o Parque da Soledade. Foto de autoria de Euricles Barreto.

Ao conviver sempre perto do povo, frequentando a feira livre, agindo de forma bastante sociável e ao discursar sempre em função da paz em sua “amada cidade”, como se referia a Morro do Chapéu, aos poucos, o Cel. Dias Coelhos conquistou a simpatia da população graças ao seu carisma. Enfim, mais que simplesmente fazer, Dias Coelho demonstrava acreditar no que fazia e falava.

A vida social é capaz de produzir valores e normas dentro da sociedade de forma que as atitudes presentes nela sejam “enraizadas”, a partir de um complexo de representações que atuam fixando-a e traduzindo-a. A postura de Dias Coelho certamente demonstra isso. Existiu nele a preocupação de demonstrar qualidades que certamente representavam bons valores para a sociedade. Por sua vez, o produto dessa aceitação foi a construção de uma imagem de homem pleno de qualidades, muitas vezes, exageradas. Nem todas existiam de fato.

As relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais. Do mesmo modo, as relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se reduzem a simples relações de força e de poderio. Os três tipos de dominação política enunciados por Weber, a saber, a dominação tradicional, a carismática e a burocrática, exercem-se através de diferentes sistemas de

representações colectivas nos quais se fundamenta a legitimidade dos respectivos poderes<sup>134</sup>.

Assim, o processo de dominação que Dias Coelho conseguiu instituir foi além do que o dinheiro ou as alianças poderiam garantir. Mais que o capital econômico que o coronel possuía, mais que as alianças com outros políticos que ele soube manter por quase uma década, e mais que um possível capital cultural pudesse estar à sua disposição, o que não parecia ser o caso de Dias Coelho, apenas alfabetizado ainda nos tempos da fazenda Gurgalha. Esse processo de dominação se processava mediante a aceitação popular, oriunda do carisma que facilitava a associação da imagem do coronel a características como bondade, simplicidade hospitalidade entre outros. A associação de sua imagem a tais estigmas representava o reconhecimento de dado poder ou de uma dada posição de poder.

Segundo Weber (1999), existem três formas principais de dominação: a tradicional, a legal e a carismática. A primeira diz respeito aos costumes e à tradição, ou seja, normas estabelecidas através do tempo e válidas em dada sociedade como algo natural e superior, para além da vontade humana. Exemplo disso é a família patriarcal e a obediência dos mais novos em relação aos mais velhos, principalmente em relação ao chefe da família. A cultura e a tradição que se apresentam de forma imperativa como se fosse lei. A dominação legal se explica através das leis reconhecidas, validadas e impostas pela estrutura da sociedade. Dessa forma, os indivíduos de um grupo submetem-se a um conjunto de regras estabelecidas formalmente e acatadas por todos os integrantes: as leis trabalhistas, as relações de trabalho, em que o trabalhador acata as ordens de seu superior, seja ele patrão ou não<sup>135</sup>.

Por fim, a dominação carismática. De forma concisa, esta relação se estabelece através de uma crença de existência de qualidades superiores de um dado líder. Um bom exemplo estaria no campo religioso, onde podemos usufruir da ideia centrada na figura do líder, um pastor, um padre, um rabino ou algo parecido, que apenas através de suas habilidades e conhecimentos pessoais, sem o uso da força, consegue arregimentar um grande número de seguidores. Contudo, essa dominação também é possível dentro do campo político.

<sup>134</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginário Social*. Encyclopédia Einaudi Antrophos-Homem. Lisboa: Casa da Moeda, 1985, p.307.

<sup>135</sup> Sobre Formas de Dominação vide: WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: Fundamentos da Sociologia compreensiva. Editora UnB: Brasília-DF. v. 2. 1999.

O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais não se sente enviado, não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem é o senhor deles, enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante “provas”. Mas, neste caso, deduz seu “direito” da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismático qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão<sup>136</sup>.

Dias Coelho parecia acreditar de fato que aquela era a sua missão. Se isso era fato ou apenas uma hábil manobra política, não há como se comprovar. Parece óbvio, porém, que existia interesse de poder e de riqueza por trás das suas ações. Quando, por exemplo, ele iniciou uma completa obra de urbanização em Morro do Chapéu, com derrubadas de casas, alargamento de ruas, enfim, quando pôs em prática seu plano de desenvolvimento regional com a promessa de levar o progresso ao município, Dias Coelho acreditou de fato que aquilo compunha sua missão ali.

Ele idealizou as melhorias nas características urbanísticas da sede municipal e pretendeu, possivelmente, fazer o mesmo nas vilas e arraiais. A alfabetização também foi algo que se manteve nos seus planos, tanto que pretendeu ampliá-la a um grau maior do que acontecia. Até os métodos foram modificados, a começar pela exclusão da palimatória, como já vimos, e com o direcionamento de recursos extras para a educação, como o reforço financeiro anual na ordem de 1.000\$000 (um conto de reis), subsidiado pelo próprio Dias Coelho, que reverteu em benefício da educação dos menores<sup>137</sup>.

As melhorias nas vias de acesso aos distritos e vilas como também aos municípios circunvizinhos fizeram também parte de seu desejo. É muito provável que o acesso a Jacobina, Lençóis e Mundo Novo, bem como, ao Recôncavo baiano, para onde era enviada a maior parte da produção local, fizesse parte de seus sonhos. Durante muito tempo, outros políticos também sonharam com a chegada da linha férrea e de uma estação em Morro do Chapéu, entretanto esse foi um sonho que nem Dias Coelho nem seus sucessores conseguiram ver realizado.

As atas do Conselho Municipal de Morro do Chapéu demonstram que, entre os anos de 1903 e 1915, houve um vertiginoso crescimento na área educacional. Entre 1904 e 1907, o município passou a contar com seis escolas ao invés de apenas uma,

---

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 328.

<sup>137</sup> Ata do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, 19 out. 1913.

como anteriormente. A partir de 1912, já com Dias Coelho à frente do município, existiam dez escolas e mais de quinze professores avulsos<sup>138</sup>.

Os feitos de Dias Coelho foram compatíveis em grande parte com a imagem de um líder que fora construída aos poucos, e transformou-se em uma figura quase mítica para Morro do Chapéu. Mítico, nesse caso, entendemos como um personagem com características simbólicas, quer apontem para o bem ou para o mal. Burke (1994) nos diz que:

Poderíamos definir mito como uma história com significado simbólico como o trunfo do bem sobre o mal, em que os personagens, quer sejam heróis ou vilões, ganham dimensões maiores que na vida. Cada história se situa no ponto de interseção entre o arquétipo e uma conjuntura, em outras palavras, entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais<sup>139</sup>.

Assim, é preciso deixar claro que nem tudo em sua vida política foi positivo, muito pelo contrário. Com respeito ao processo de urbanização, a palavra mais coerente seria de que tudo isso foi imposto pelo coronel. Nem mesmo a educação escapou de suas imposições. O montante que passou a ser doado anualmente pelo coronel tinha exigências sua em contrapartida. Atreladas a doação, vieram também as determinações de que ficariam a cargo do próprio Intendente, como a indicação dos nomes dos alunos que deviam frequentar às aulas<sup>140</sup>. O critério adotado para a seleção, entretanto, nos é desconhecido.

O processo de urbanização aconteceu numa época em que Morro do Chapéu possuía apenas 450 casas distribuídas em apenas nove ruas e três praças. O argumento maior para as mudanças partiu de um surto de varíola que, como vimos no capítulo anterior, atingiu o município na segunda década do século XX. Assim seriam necessárias mudanças imediatas. A primeira delas foi afastar ainda mais o cemitério local da região central da cidade. Com as medidas de urbanização, praticamente todas as casas do centro foram abaixadas, as ruas se tornaram retilíneas e formaram quadras, como pode ser percebido até os dias atuais. Contudo, mesmo melhorando a situação e o aspecto da cidade, a medida mais drástica, a exemplo do que aconteceu em 1904 no Rio de Janeiro, foi a desapropriação de inúmeros imóveis sem consulta ao povo. As decisões foram tomadas

<sup>138</sup> Dados obtidos a partir de análises dos livros de atas do Conselho Municipal de Morro do Chapéu dos anos de 1998 a 1915. Arquivo da Câmara Municipal.

<sup>139</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

<sup>140</sup> Ata do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, 19 out. 1913.

entre o Intendente e o Conselho no dia 08 de outubro de 1910<sup>141</sup>, com a atribuição de novos nomes às ruas e praças da cidade. No dia seguinte, a mesma assembleia decidiu pela autorização do intendente para ordenar a demolição dos imóveis que achasse necessário.

Aos nove dias do mes de outubro de mil novecentos e onze nesta Cidade do Morro do Chapéo ao meio dia na sala do Conselho Municipal presentes o Capitão Francisco Nery Baptista, Arnóbio Soares Bagano 1º Secretário, Capitão Juvenal Theodoro de Araújo 2º Secretário, Virginio Alves de Almeida, João Caetano de Souza e Silza, José da Silveira Costa, Luiz Cassiano de Araújo Costa e Coronel Antônio da Silva Dourado Júnior feita a chamada pelo 2º Secretário havendo número legal o Presidente declarou aberta a sessão. Foi lido o seguinte projecto. Art. 1º Fica o Intendente auctorizado a desapropriar amigável ou judicialmente para embellesamento da Rua Coronel Deocleciano Barreto sita nesta Cidade as propriedades que julgar necessárias – Art. 2º Feita a desapropriação o Intendente fará demolir os prédios dando a rua vista para o Parque Soledade Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario<sup>142</sup>.

Não é difícil deduzir que pessoas foram despejadas e removidas de seus lares, contudo, como a noção de cidadania era precária na época e especialmente nos inteiros, os questionamentos não surgiram ou pelo menos não se difundiram contra a vontade do coronel. Outra medida foi a organização dada à cidade. O centro reservou-se para a classe mais favorecida, a elite política da época, e as pessoas mais pobres deslocaram-se para a periferia. Curiosamente, a única exceção foi justamente a casa de Dias Coelho. Ele optou por construir sua residência fora do centro. Estrategicamente próximo dos mais pobres.

Essas ações maquiadas lograram ao Cel. Dias Coelho popularidade e carisma junto à população sem precedente por aqueles sertões. Parece que não lhe faltou astúcia e habilidade nem mesmo em seu leito de morte. Alguns dias antes de falecer, Dias Coelho entregou a espada da Guarda Nacional ao amigo, o Cel. Antonio de Souza Benta. Era um gesto simbólico que passava uma mensagem clara aos correligionários e à população como um todo. Essas atitudes simbólicas parecem ter sido comuns naquela época. Clementino Queiroz de Matos fez algo parecido, quando transmitiu a Horácio de Matos a liderança da família. Dias Coelho apresentava o seu sucessor, o seu maior amigo, deixando um sinal de que aquilo representava a continuidade de todo um trabalho.

---

<sup>141</sup> Ata do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, 08 out. 1911.

<sup>142</sup> Ata do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, 09 out. 1911.

Muitas pessoas provavelmente imaginaram que o comando da política local ficaria nas mãos do seu filho, Deusdedith Dias Coelho, uma exceção entre os “coquís”, por ter formação superior concluída no ano de 1917, na Faculdade de Medicina da Bahia. Contudo, além de efêmera, pois faleceu em 1923, a passagem de Deusdedith pela política de Morro do Chapéu foi ofuscada pelos já tensos desentendimentos entre os Dourado e Antonio de Souza Benta. Era Souza Benta quem ditava as regras aos “coquís” naquele momento. O filho de Dias Coelho servia mais para manter viva a memória do pai. Promessa, inclusive, feita por Benta, garantindo que o seu amigo jamais seria esquecido. Ele manteve no Paço Municipal o quadro com a foto do Cel. Dias Coelho durante todos os anos em que esteve à frente da política local.

Desde 1918, os Dourado já não toleravam pacificamente a liderança de Dias Coelho e dos “coquís”. Entretanto, a forte presença do velho coronel impedia qualquer mobilização mais concreta. A morte de Dias Coelho selaria de vez os tempos pacíficos na “terra do frio”. A continuidade e a mudança personificadas respectivamente pelos “coquís” e “memés”, inaugurariam tempos de intensa animosidade.

Em meio às querelas e disputas pelo poder, todas as manobras e investidas, alianças e rupturas que aconteceriam seriam marcadas pelas relações dos políticos locais com os demais coroneis do interior e da capital. A realidade política da Bahia, naquele momento, principalmente nos últimos anos da década de 1910 e durante a década de 1920, fatalmente se refletiu na pequena Morro do Chapéu. Assim, entendemos ser necessária uma breve revista nas características da política estadual na primeira República, em especial aos anos posteriores a 1919.

## **2.2 - A política baiana na Primeira República – Uma visão geral**

Já vimos que a ascensão dos “coquís” provocou um distanciamento dos Dourado dos principais postos da política morrense. Por mais de vinte anos, nenhum dos Dourado ou de seus aliados galgou os principais cargos políticos. Também vimos que os Dourado não estavam apenas concentrados no município de Morro do Chapéu, mas tinham influências em localidades vizinhas e também na capital do estado. A presença de um membro da família na câmara de deputados, de outro comandando as forças policiais, facilitou muito o caminho da família até a ascensão política em Morro do Chapéu, no ano de 1923. Ao mesmo tempo, os “coquís” tinham fortes e numerosas alianças com os outros coroneis da chapada.

O cenário político que se instaurou fez com que nem sempre esses dois grupos trabalhassem ou se manifestassem distintamente, embora algumas nuances percebidas indicassem uma animosidade no interior de uma frágil aliança política. A partir de 1919, eclodiria efetiva e definitivamente a cisão política no município. Mais que isso, a própria conjuntura da política baiana na Velha República serviu para acentuar essa querela.

Devemos frisar que não se trata de entender de qual partido os “memés” ou os “coquís” faziam parte. Isso foi secundário naquele momento. Muito mais determinante nos anos da jovem República seria compreender as relações políticas, de aliança ou animosidade, que foram instituídas.

Era pouco comum, tanto imprensa quanto população referirem-se aos grupos pelo nome do partido. Isso não é tão difícil de entender, uma vez que a realidade dos partidos políticos durante a Velha República era a de agrupamentos de políticos em busca de determinados objetivos, jamais em torno de ideias ou princípios, mas de interesses pessoais que, uma vez alcançados, entravam em “compasso de espera”, hibernavam, até quando outras eleições lhes renovassem a vida<sup>143</sup>.

A Proclamação da República trouxe a extinção dos partidos Liberal e Conservador, apanágios do regime monárquico, numa fase de agitação política. Contudo, as oligarquias, que grassaram nos rincões das províncias imperiais, mantiveram-se incólumes frente ao federalismo inaugurado e ratificado pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Apesar de certa resistência no primeiro momento, a Bahia rendeu-se às graças do novo regime, não obstante a inexpressiva representação destes militantes no Estado, haja vista a situação confortável da política eleitoral dos monarquistas.

Em meio a esse cenário, caracterizado por um conturbado processo de sucessão de governadores nos primeiros anos da República, e quando ainda os sermões de resistência de Antonio Conselheiro, ainda na memória, pareciam ecoar às margens do Vasa-Barris, e mesmo diante da ação brutal das forças legalistas, ascendeu ao poder maior do Estado, Severino dos Santos Vieira (1900-1904). Ele sucedeu Luiz Vianna, com quem rompeu politicamente. Formou a ala “severinista”, pois na Bahia daqueles idos, já era possível encontrar os “vianistas” - partidários de Luiz Vianna - e os “gonçalvis- tas” - partidários de José Gonçalves da Silva. Eram todos agrupamentos políticos que giravam em torno de outros indivíduos de maior expressão que os demais membros do

---

<sup>143</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. EDUFBA: Salvador. 1998.

grupo. Uma característica comum do fenômeno coronelismo e, consequentemente, da época<sup>144</sup>.

Os partidos formavam-se, organizavam-se e articulavam-se em função de um dado período eleitoral, seus propósitos se baseavam nos interesses de seus membros diretos e daqueles que os apoiavam. Da mesma forma que eram comuns as suas aparições ao se aproximarem dos períodos de pleitos, ao tempo em que a desintegração de um ou de outro não era surpresa ao findar deles.

As eleições motivavam e justificavam a existência dos partidos na Velha República, e se eles a perpassaram por completo, é porque “nela as eleições são várias e constantes e ocupam o centro da vida política”<sup>145</sup>. As eleições para Presidente, deputados federais e governadores ocorriam de quatro em quatro anos, quase sempre intercaladas por outros sufrágios. Os pleitos para a Câmara e Senado estaduais, intendências e conselhos municipais<sup>146</sup> aconteciam bienalmente. Isso sem considerar as eleições para preenchimento de postos públicos.

Era um momento de intensa e agitada realidade política. Praticamente no mesmo ritmo em que as eleições aconteciam, as reformulações nos agrupamentos partidários também se efetivavam. Legendas caiam, dividiam-se, surgiam ou ressurgiam e voltavam a desaparecer. Muitas vezes, mesmo para o partido vencedor em dado pleito, um sinal de discordância entre seus membros ou um descompasso nas atitudes entre eles poderia ser o motivo para dissolução do partido. Esta poderia sucumbir ou passar a existir com características distintas. Tudo dependeria do vetor dos interesses em questão.

Assim, cada partido político não representava necessariamente uma “filosofia” política, uma forma estável de pensar e proceder. Eram sim volúveis tal qual o interesse de seus integrantes. Esta falta de identificação dos partidos com uma teoria social ou política a ser seguida comprometia a própria atitude da população e da imprensa em associá-los a determinados rótulos formais.

No teatro dessas rupturas e dissidências, o Partido Republicano Federal da Bahia deu origem ao PRB – Partido Republicano da Bahia, fundado menos de um ano antes da Proclamação da República. Este, ao se fracionar, deu origem ao PRD – Partido Repu-

<sup>144</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. EDUFBA: Salvador. 1998.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>146</sup> As eleições para o Conselho municipal, a partir de 1915, passaram a acontecer de forma bienal, mantendo-se o mandato de 04 anos, porém substituindo-se metade do conselho a cada intervalo de dois anos.

blicano Dissidente, o que abrigou um novo grupo, os “seabristas”, partidários de José Joaquim Seabra, após refreados os incidentes operados pelos Fortes do Barbalho, São Pedro e de São Marcelo, durante o bombardeio da cidade do Salvador em 10 de janeiro de 1912. Mesmo responsabilizado por Rui Barbosa pelos acontecimentos, Seabra assume o governo em substituição a João Ferreira de Araújo Pinho, que teve passagem bastante conturbada no poder estadual.

A memória e o passado davam conta dessa tarefa de estabelecer rótulos, aproximando as agremiações partidárias de seus chefes. De certa forma, era o nome dos grandes chefes em detrimento das siglas partidárias. Sabia-se, naquela época, mais claramente quem eram os "marcelinistas", os "gonçalvistas", "vianistas", ou mais tarde, os "seabristas", mas não era tão simples conhecer quem era o Partido Católico, o Partido Nacional Democrata (1892-1893), o Partido Republicano Federal (1893) e o Partido Operário ou o Partido Popular. Tão frequentes eram as trocas entre seus integrantes, e comuns as coligações ou rupturas com outras agremiações, que as suas respectivas identidades ficavam indefinidas.

Naquele contexto, o voto, novo mecanismo instaurado pelo regime republicano, que se acentuou durante a década de 1910, ganhou proporções locais mais intensas e diretas na Bahia com J. J. Seabra à frente do governo do Estado. As oligarquias estaduais conservaram seu controle político mesmo com advento do sufrágio universal previsto no regime representativo, pois tal instrumento não significava, naquela conjuntura, o risco de fazer emergir novas e ameaçadoras figuras para a supremacia política dos "vianistas", "gonçalvistas" ou "seabristas". Na verdade ratificavam-se no poder, mantendo também fortes vínculos com a instância federal. Isso já era sensível nas palavras do Presidente Campo Salles, ao afirmar:

Os agrupamentos políticos que encontrei, já o disse, eram facções do Partido Republicano Federal, que não era propriamente um partido político, senão apenas uma grande agregação de elementos antagônicos (...) Não me achei, portanto, entre partidos opostos, mas simplesmente entre facções rivais, que se haviam desagregado com o objetivo no governo da República<sup>147</sup>.

Naquela conjuntura política, Antonio Muniz, eleito (1916-1920), referendado por seu antecessor, ao final de seu governo viu-se às voltas com o episódio conhecido como “a guerra do sertão contra a capital”. Este levante se deu sob a “batuta” do Cel.

---

<sup>147</sup> SALES, Manuel Ferraz de Campos. *Da propaganda à Presidência*. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromisso*. 8 ed. São Paulo Brasiliense, 1992. p. 36-37.

Horácio Queiroz de Mattos e foi urdido por Rui Barbosa, Otavio Mangabeira, Simões Filho e Dr. Paulo Fontes, juiz federal e candidato da oposição ao Governo do Estado. O plano era impedir a posse de J. J. Seabra, mais uma vez no governo da Bahia. Do São Francisco às Lavras Diamantinas, Horácio mobilizou os coroneis e destemidamente preparava-se para invadir Salvador e empossar Paulo Martins Fontes, rompendo dessa maneira com a dobradinha viciosa J. J. Seabra - Antonio Muniz. Entretanto, após a intervenção na Bahia, decretada pelo Presidente Epitácio Pessoa, Seabra foi reconhecido governador e assumiu mais uma vez para o quatriênio 1920-1924.

Em 1923, o Partido Republicano Democrata – P.R.D. que, por exemplo, se confundia com o “seabrismo” e mantinha latente em seu interior a ruptura que não tardaria muito em se manifestar. Naquele momento, a sigla P.R.D. nada significava, uma vez que as manobras e tomadas de posição político-partidária aconteciam em seu interior, em duas frentes distintas e opostas. O rótulo “seabrismo” por sua vez, era utilizado em lugar do P.R.D., muito em função de ainda ser o partido do governador J. J. Seabra, mas certamente fazia muito mais sentido quando usado em referência ao grupo de partidários que seguiam as orientações do coronel e barão do Recôncavo, Frederico Costa.

O próprio Seabra concorreu em três eleições para o governo em situações partidárias bem diferentes. Em 1911, foi eleito pelo P.R.C., do qual assumiu a liderança. No ano seguinte, em 1916, Antônio Moniz, apoiado por Seabra, assumiu o governo. Dessa vez eleito pelo P.R.D. Em 1919, em meio às fortes investidas da oposição em parceria com os coroneis do interior, Seabra se manteve no P.R.D. contudo, numa situação totalmente diferente. Um mesmo partido era, na prática dois. Ou seja, dividido entre as lideranças de Seabra e de Antônio Moniz. Conforme argumenta Sampaio (1998).

[...]o P.R.D., ou o seabrismo — um mesmo e único organismo — já estava nitidamente dividido em duas facções rivais: a dos monizistas, conduzida pelo ex-governador Antonio Moniz e seu primo Moniz Sodré, e a dos fiéis seabristas, lideradas pelo coronel Frederico Costa<sup>148</sup>.

Naquele momento da briga pelo poder no Estado, os oposicionistas que cultuavam o alento de que a eleição de Paulo Fontes fosse reconhecida, frustraram-se mediante a derrota. Em contrapartida, o acordo estabelecido em Lençóis (1919)<sup>149</sup>, mediado

<sup>148</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador :ED. UFBA. 1998, p. 171.

<sup>149</sup> Ver PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias 1883-1943: a Bahia na primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1878, p. 134-142.

pelo General Cardoso de Aguiar e assinado pelos coroneis da Chapada, ratificou o nível de influência desses senhores sob a égide de Horácio de Mattos como chefe maior das Lavras Diamantinas.

Horácio personificava, naquele momento, uma nova força política no sertão baiano e contava, dentre tantos outros, com o apoio e simpatia do Cel. Souza Benta, que mantinha de prontidão nos garimpos do *Martin Afonso* seus “cabras” sempre dispostos ao manuseio dos velhos “papos amarelos”<sup>150</sup>, para a manutenção, a seu modo e de acordo com seus interesses, no município de Morro do Chapéu, sendo ele, “cortês” em ajudar, os amigos e aliados, muitas vezes, conforme seu interesse,

Cabe ressaltar que não pretendemos comparar as forças do exército de Horácio e de Benta. Não é este o objetivo. Importa sim, compreender que havia uma relação de intensa aproximação entre ambos, provavelmente oriunda de quando formavam o “braço armado” de Dias Coelho ainda nos tempos em que o jovem comerciante Horácio de Matos residia em Morro do Chapéu.

É pertinente ressaltar que, mesmo tratando de relações estabelecidas no plano horizontal entre iguais, a conjuntura do momento e do lugar, fatalmente implicaria uma capacidade de interferência, numa influência e num raio de atuação maiores. Por volta de 1910, tanto Souza Benta quanto Horácio atuavam em torno de Dias Coelho, como os dois grandes “braços armados”. Horácio inclusive foi apontado com um possível substituto de Dias Coelho no plano municipal de Morro do Chapéu.

Horácio estabeleceu-se em Morro do Chapéu, onde tornou-se amigo do principal coronel, Francisco Dias Coelho, o maior comerciante de diamantes da Bahia. Por volta de 1910, Coelho obteve para Horácio o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional, uma segura indicação de que o jovem estava sendo preparado para a futura liderança política de Morro<sup>151</sup>.

Mais tarde, depois que recebeu a liderança da família das mãos de seu tio Clementino Queiroz em 1913 e principalmente com o apoio dos oposicionistas de J. J. Seabra, em 1919, a ascensão de Horácio foi bastante sensível, a ponto de fazê-lo vislumbrar a possibilidade de exercer sua influência em escala estadual.

Colocando os planos e anseios de Horácio à parte, o que acontecia na capital e no interior baiano, também se passava em Morro do Chapéu. Se a volubilidade

<sup>150</sup> Rifle, particularmente de calibre nº 44, muito usado pelos jagunços da época. O nome “papo-amarelo” faz referência ao local de apoio no momento da calibrar a pontaria, que era confeccionado em madeira, normalmente de cor amarela.

<sup>151</sup> PANG, Eul-Soo. *Op. Cit.*, p. 119.

política garantia que nomenclaturas como “Severinistas”, “Gonçalvistas”, “Vianistas” ou “Seabristas”, entre tantos outros, tivessem a primazia sobre as siglas partidárias que surgiam, decaiam, dividiam-se e ressurgiam sucessivamente, em Morro do Chapéu não era muito diferente. Foi o que aconteceu quando a população percebeu a existência de dois grupos políticos, os “coquís” e os “memés”. Assim, ao invés de um prisma a partir das siglas ou instituições partidárias, é mais prudente pensar as relações políticas da época através de agrupamentos, homens de poder em torno de grandes chefes da situação política vigente.

Foi certamente durante os 12 anos em que J. J. Seabra esteve à frente do Estado que o jogo de interesse motivador dessa situação se intensificou, fazendo com que os olhares dos políticos da capital voltassem para o “indomesticável” interior baiano. Podemos observar um fenômeno com características antagônicas: a aproximação da capital em relação ao interior, ao tempo em que a antipatia de grande parte dos chefes políticos dos rincões baianos crescia em relação ao governo do Estado.

Desde sua primeira gestão no executivo estadual, a relação entre ele e muitos coroneis do interior ficou um tanto estremecida. Seabra, no intuito de assegurar a eleição do seu sucessor, Antonio Muniz, apresentou uma nova lei eleitoral. Aprovada, definiu que os intendentes municipais passariam a ser nomeados pelo governador. Na prática, esta iniciativa merece destaque na empreitada centralizadora desencadeada por J. J. Seabra em seu primeiro governo. Isso caracterizou de forma mais objetiva os ferozes ataques aos poderes locais dos coroneis do interior.

A Lei nº 1.102, de 11 de agosto de 1915, conhecida como Lei de Organização Municipal, em teoria visava organizar os municípios do interior baiano. Entretanto, significava a tentativa de criar uma dependência mais acentuada entre os municípios do interior e o governo estadual. À medida que os ocupantes dos cargos públicos municipais, principalmente os intendentes, passaram a necessitar da aprovação estadual, quando não da indicação do governador, a influência deste avançava sobre o interior. Reduziu-se assim a autonomia dos municípios, pois os novos intendentes deveriam, após eleitos, ser aprovados pelo Senado Estadual e só então nomeados pelo Governador.

Com isso, Seabra passou a nomear quase que a totalidade dos Intendentes baianos, 135 de um total de 141<sup>152</sup>. A grande maioria deles era maiores ou coroneis

---

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 131.

que já estabeleciam fortes relações com o próprio Seabra, desde quando este era ministro da Justiça. Em 1916, a Lei nº 167 alterou a duração do mandato dos intendentes de quatro para dois anos, em ato de represália aos coroneis rebeldes. A mesma lei no Art. 3º, “obrigava os intendentes a ‘remeter ao Governador, até o dia 15 de janeiro de cada ano, uma cópia autêntica do orçamento municipal em vigor’, o que significava o estabelecimento do controle do executivo sobre os assuntos fiscais do município”. É natural imaginar o quanto essas medidas abalaram as relações de confiança existentes entre capital e interior.

Paralelo a isso, é bom lembrar que em meio ao mandato de J. J. Seabra no Governo da Bahia, surgiu uma oposição no âmbito estadual que se organizou e buscou estabelecer relações mais estreitas com os chefes políticos do interior do estado. Isso fatalmente convergiu para diversas situações bipolares espalhadas pelos rincões baianos. Na região de Barra do Mendes, Horácio de Matos e Militão Rodrigues; em Campestre, Vitor de Matos e Manoel Fabrício; em Jeremoabo, Cícero Dantas e seu primo Manoel Pinto. Em Morro do Chapéu, isso não foi diferente embora tardasse um pouco em se evidenciar.

Se existia antagonismo de forças na capital baiana, outros confrontos existiam no alto da chapada. Não co-existiam isoladamente, sem que um tomasse conhecimento do outro, mas entendemos que houve uma relação de aproximação entre as animosidades do pequeno município e as disputas estaduais.

Não pretendemos afirmar que a animosidade política entre “coquís” e “memés” foi, de alguma forma, fruto das incessantes disputas que ocorriam na “cidade da Bahia” e que se estenderam ao interior do estado ao findar da década de 1910. Ou ainda, que foi oriunda das agitadas disputas entre coroneis nas cidades circunvizinhas.

Já vimos que as querelas em Morro do Chapéu tiveram sua gênese nas relações internas de divergências de chefes políticos ainda no tempo do Império, ocorridas entre o Cel. Quintino Soares da Rocha com seu afilhado major Pedro Celestino Barbosa em oposição a Porfírio Pereira de Souza, do arraial do Ventura. Entretanto, com o agravamento das animosidades e com um equilíbrio de forças, cada grupo buscou suas alianças dentro e fora do município. Essas, logicamente, também geraram desavenças, pois, um aliado de J.J. Seabra, fatalmente, herdaria inimizade com os “monizistas” e provavelmente com muitos dos coroneis do interior.

Por sua vez, o “pacto coronelista” inferia numa relação direta entre o município e o Estado. Então, é bastante razoável imaginar que o “clima” político existente na

Bahia tivesse reflexo nos municípios. As investidas da oposição tiveram início efetivo quando Rui Barbosa buscou firmar oficiosamente alianças com Horácio de Matos e com outros coroneis das Lavras Diamantinas. Mediante o clima tenso da campanha sucessória de 1919 para o governo estadual, situação e oposição mobilizaram-se para eleger seus candidatos. As falhas existentes na legislação eleitoral permitiram e até mesmo sugerira a fraude. Foi, na prática, a eleição à “bico de pena” dentro do controle e da tranquilidade do ambiente doméstico<sup>153</sup>.

A fraude e o apelo à violência eram fortes e decisivos elementos para se eleger alguém. A situação usava de seus recursos por ocupar o poder. O delegado, “peça coercitiva fundamental no processo eleitoral”, ameaçava os eleitores de prisão, caso votassem no candidato da oposição. Algumas cidades, como Remanso, foram tomadas por coroneis da oposição e a ideia de que o presidente da República, na época Epitácio Pessoa, era inimigo de Seabra foi bastante difundida pelos sertões da Bahia.

Como o governo estadual interferia diretamente na política dos municípios, nomeando intendentes e membros dos conselhos municipais, a oposição estadual buscou fazer o mesmo, aproximando-se do interior, principalmente nos períodos de proximidade das eleições. Isso se acentuou em 1919, ano em que começava a se intensificar a animosidade em Morro do Chapéu, e fatalmente contribuiu para o acirramento das inquietações políticas. Sampaio (1998) nos diz o seguinte:

No Sertão, a anarquia e a revolta generalizaram-se. A oposição explorava, a seu favor, o descontentamento dos chefes sertanejos em relação à ingerência do Governo nas lutas interclãs. Rui Barbosa escreveu ao poderoso chefe das Lavras Diamantinas, coronel Horácio de Matos, pedindo seu apoio (19 dez.). A palavra de honra dada por Horácio ao líder oposicionista foi a garantia de que Seabra não teria votos naquela região<sup>154</sup>.

Diante disso, não ficou muito difícil para a oposição conquistar preciosas alianças dispersas pelo estado. Entretanto, uma vez que estas alianças serviram para iniciar o processo de derrocada de J. J. Seabra, que se consumaria no final de 1923, em Morro do Chapéu serviria para adicionar os últimos elementos necessários para a eclosão definitiva do choque de forças naquela cidade.

---

<sup>153</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política da acomodação*. 1998, p. 148.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 149.

A partir de então, podemos perceber, em Morro do Chapéu, investidas das mais diversas em busca da liderança política local. Além das manobras internas em busca de alianças, o que já era bem definido e não sofreu grandes alterações durante o processo. Surgiram os desdobramentos externos, com novas aproximações, rupturas e indefinições dos agentes em ação.

O Estado, enquanto elemento central nas relações estabelecidas no sistema coronelista, tinha o poder de interferência na política municipal, não só no sentido de direcionar seu apoio, de investir seus capitais para colocar alguém de seu interesse no poder, mas principalmente, tinha o poder de agir diretamente com a nomeação de inteventores, ou de intendentes, como fez Seabra ao nomear quase que a totalidade deles em dado momento de seu governo.

Em Morro do Chapéu nos anos de 1920, isto implicou observar não só estas relações isoladamente, mas seus frutos em meio ao desenrolar do árduo processo de indefinição na política local e o quanto este capital social, o “conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos”<sup>155</sup>, foi presente e decisivo nas vitórias e nas derrotas para ambas as partes.

### **2.3 – Entre Deus e o Diabo: Souza Benta e suas indefinições políticas no cenário estadual**

A grande teia de relações buscada de forma incessante pelos coroneis na Primeira República, quando usufruíam de artifícios econômicos e culturais, sugere uma intenção relativamente clara de buscar ocupar uma posição privilegiada que favorecesse o exercício de um dado poder em dado local. Em teoria, isso significa maiores possibilidades de fazer valer a sua autoridade e, logicamente, seus interesses.

As alianças feitas entre Horácio de Matos, alguns políticos da capital e uma grande parte dos coroneis dos sertões baianos contribuíram para garantir certo destaque a sua pessoa. Em meados da década de 1910, as alianças Angariadas por Dias Coelho, impediram que houvesse uma oposição em Morro do Chapéu. Assim, de semelhante forma, tentaram fazer os coroneis Antonio de Souza Benta e Teotônio Marques Dourado Filho. Este último teve ao seu lado os demais políticos de sua família, de alguns povoados de Morro do Chapéu e da capital, inclusive o Governador do Estado, J. J. Sea-

---

<sup>155</sup> THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*. In: Revista de Administração Pública, nº 40, jan/fev 2006. p. 39.

bra. Souza Benta, por sua vez, manteve-se com as alianças da sede, da maioria dos distritos e também com o intermitente apoio de Horácio de Matos. Este trouxe “por tabela” o apoio de seus aliados, em função do chamado “Acordo de Lençóis” e da crise política que separava os coroneis dos sertões e o governo do estadual.

Na tentativa de buscar a pacificação entre o interior e a capital, que estavam com relações abaladas por conta dos incidentes de 1920, e muito mais em função de seus interesses locais, percebemos o espírito aparentemente “pacificador” das palavras do Cel. Souza Benta no artigo *“O Manifesto”* assinado também por Francisco Gonçalves e publicado no *Correio do Sertão*. Nesse artigo, facilmente percebemos uma tentativa de aproximação com o governo estadual ao tempo em que ratificava a aliança com Horácio de Matos e os coroneis da chapada.

Essa foi uma das características que marcou o posicionamento político de Souza Benta no início dos anos 20, uma perigosa e explícita indefinição política. Internamente não parecia restar dúvida com relação a quem eram os seus aliados e seus adversários, externamente isso não parecia ser tão claro. O discurso “pacificador” e “tolerante” provavelmente escondia o interesse em angariar o maior “capital social” possível. Isso, no entanto, implicava sério risco de gerar descontentamento tanto dos coroneis do interior liderados por Horácio quanto do Governador.

Em *O manifesto*, Souza Benta esboçou o que era eminentemente impossível, um acordo entre Horácio de Matos e J. J. Seabra. Ora, o acordo entre ambos significava, em outras palavras, uma aliança entre o Governo do Estado e a oposição a ele. O “Levante Sertanejo” não significava para os coroneis necessariamente uma preocupação com quem era o governador ou quem deixava de sê-lo; foi antes, uma preocupação em não ver o governo colocar-se em oposição a eles, pois “a questão colocada em primeiro plano pelos coroneis não era quem governava, mas sim quem a eles se opunha”<sup>156</sup>.

Contudo, um clima amistoso entre Horácio e Seabra jamais existiu. Mesmo com muitas ligações entre Souza Benta e o chefe das Lavras, que remontam aos anos entre 1908 e 1912, quando ambos estavam lado a lado, junto ao Cel. Dias Coelho, a intenção do Benta de conquistar o apoio de Seabra custou, em alguns momentos, a interrupção do apoio de Horácio ao seu grupo em Morro do Chapéu.

---

<sup>156</sup> PANG, Eul-Soo. “The Revolt f the Bahian ‘coroneis’ and the federal intervention of 1920”. *Luso-Brazilian review*, Madison, 3 (2) 1971. Apud. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política da acomodação*. 1998, p. 160.

O artigo “*O Manifesto*”,<sup>157</sup> de 1º de agosto de 1920, caracterizou o momento em que Souza Benta tentou aproveitar-se da relação amistosa entre Seabra e os coroneis do interior, em função de um equilíbrio do poder entre Litoral e Sertão, abrindo mão de “estabelecer o governo de um partido dominante”.<sup>158</sup> Na verdade, nem que insistisse Seabra poderia fazer o contrário. A política de intervenção colocada em prática pelo governo federal, não só garantiu o indulto total, como estabeleceu áreas de ação e influência aos principais coroneis dos sertões baianos. Garantiu também a relação direta entre eles e o governo federal e para Horácio de Matos, especificamente, permitiu que o senhor das Lavras nomeasse um deputado e um senador estadual para representar seus interesses pessoais e regionais<sup>159</sup>.

Motivado pelo acordo entre o Estado e o sertão, Benta inicia uma aproximação a Seabra, estando ainda com vínculos firmados com Horácio e os demais coroneis. Contudo, parece que ele não atentou para os prejuízos que poderia implicar uma posição indefinida. Mesmo diante das vantagens garantidas pelo governo federal aos coroneis, talvez para Benta ainda não fosse possível prever a ascensão de Horácio ao Senado da Bahia. Sem querer desagradar a Seabra, Benta não manifesta o seu apoio a Horácio. As retaliações viriam tanto em função deste ato de “infidelidade”, quanto por não se definir ao lado de Horácio ou do Estado. Num mesmo texto, em intervalos de poucas linhas Souza Benta “ascende uma vela para Deus e outra para o Diabo”, ao tentar articular-se na adversidade de duas tendências política. Primeiro, tenta uma aproximação com o Estado:

Se todos attenderem de boa vontade o nosso appello, chegaremos ao fim almejado, que é o da restauração da vida das alludidas localidades, interrompida pelas referidas divergências políticas, terminadas com a posse effectiva do Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado, a cuja auctoridade devemos acatar e prestigiar, auxiliando-o na manutenção da ordem para que elle possa se preocupar somente com a administração, fazendo-a fecunda para deste modo restaurar em breve a honra da terra de nosso amado berço.

No parágrafo seguinte, aproxima-se dos coroneis do interior como se a aliança frágil e recente fosse concreta e definitiva. Além de fazer questão de tornar público o seu apoio a J. J. Seabra, Benta demonstrou também bastante cautela em tentar evitar, sem muito sucesso, algum atrito com o Horácio e outros coroneis.

<sup>157</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 01 ago. 1920.

<sup>158</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política da acomodação*. 1998, p. 160.

<sup>159</sup> PANG, Eul-Soo. *coronelismo e Oligarquias. (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 149.

Batendo pelos princípios expostos no presente manifesto podemos adiantar aos nossos distintos patrícios que, empenhamos por uma solução satisfatória, já ouvimos a todas as classes conservadoras e delas temos obtido apoio incondicional, obtendo também igual apoio dos Snrs. Coroneis Horácio de Mattos, D.D. Delegado Regional, Aureliano de Andrade Sá, Capitão João Pedro de Souza Santos, que louvaram e estão de acordo com a nossa acção conciliadora.

Lençóis, 20 de julho de 1920<sup>160</sup>.

Entretanto, chama também a atenção, ao longo de todo o texto o ar amistoso das palavras que sugerem a existência de tentativas de conquista da simpatia popular, “hasteando a bandeira da paz”, tentando demonstrar certa preocupação com a população dos sertões da Bahia.

Não se pode desconsiderar a manobra que se escondia por trás desta e de outras atitudes, tanto por parte dos políticos como do próprio do *Correio do Sertão*. A brandura nas palavras, o discurso de igualdade e de união como sendo componentes indispensáveis para a conquista do ideal almejado. O esforço em transparecer afetividade, sugere a tentativa de melhorar a imagem dos coroneis e de seu grupo político, como era comum na época, e que era a outra face das querelas vigentes.

É necessário lembrar também que esse discurso faz parte do processo de pacificação dos sertões que culminou no primeiro Congresso de Intendentes da Bahia, realizado a partir de 15 de março de 1921. Naquele momento, o interesse do governo era acalmar os inquietos coroneis da região central da Bahia onde alguns conflitos tinham se intensificado.

Em 23 de março, os intendentes se reuniram mais uma vez, nesta ocasião com a presença de J. J. Seabra que se propôs a mediar os acordos entre as partes em conflito. Naquela mesma ocasião, os chefes políticos das Lavras, garantiram ao governador intensificar os esforços no intuito de estabelecer a paz na região<sup>161</sup>. Dessa forma, o discurso de Benta apenas se antecipou a algo que se consumaria posteriormente.

Por fim, o artigo mencionou o nome das forças políticas já angariadas naquela peleja. O esforço foi sentido quando o grau de relação entre os integrantes do grupo político de Souza Benta e nomes fortes na Chapada foram confirmados em Lençóis. O pacto foi proclamado como uma espécie de aliança sem imposição de condições. Esse fato, em Morro do Chapéu certamente se consumou como um reflexo da divisão política que se desdobrava no plano estadual na década de 1920.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

<sup>161</sup> *A Tarde - Salvador*, 23 mar. 1921.

Na outra vertente das investidas políticas em Morro, os Dourado jamais buscaram outra aliança que não fosse com o Governo do Estado. A forte ligação com a situação não permitia que cogitassem qualquer outra aliança ou mesmo aproximação com os coroneis da Chapada, principalmente porque isso significaria uma aproximação também com a oposição que se articulava contra o próprio J. J. Seabra.

Havia pelo menos, dois principais nomes dos Dourado vinculados diretamente ao Governo do Estado e que interferiram diretamente nos processos políticos em Morro do Chapéu. O primeiro era o deputado Ângelo Dourado, correligionário de J. J. Seabra, que chegou a ser indicado pelo governador para presidir o diretório do Partido Democrata em Morro do Chapéu, como vimos anteriormente. O segundo, com participação mais efetiva em outros momentos, foi o Cel. Terêncio dos Santos Dourado, comandante da Polícia Militar da Bahia nos governos Seabra e Góes Calmon. Nos momentos decisivos, Terêncio comandou, por duas vezes, um destacamento de soldados para resolver questões em Morro do Chapéu.

Os coroneis persuadiam o governo de plantão. A barganha de cargos e o apoio em troca dos inúmeros votos prometidos no município, constituíam um alicerce indispensável na manutenção do poder de mando e na demarcação do raio de suas influências políticas em meio a uma simbiose entre governo federal, estadual e municipal. Nesta relação, os coroneis eram os condutores da política nos municípios e entre este e o Estado deveria haver uma reciprocidade.

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que o sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os “coroneis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros, de outro lado, a situação política no Estado, que dispõe de erário, empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça<sup>162</sup>.

O coronel sabia que a estrutura administrativa do Estado era ainda deficiente para que o governador pudesse exercer, sozinho, sua influência sobre as populações dos municípios distantes, o mesmo acontecia com relação ao governo federal. Essa deficiência garantiu aos chefes locais a possibilidade de exercer as funções no lugar do Estado. Nesses parâmetros, estabeleceu-se um dos principais compromissos coronelistas: a parceria entre o poder privado e o poder público. Isso aconteceu num mo-

---

<sup>162</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Nova Fronteira, 1997. p. 63-64.

mento de ascensão do poder público e de decadência das instituições privadas num plano nacional.

As ações das polícias públicas que em alguns estados podiam coibir as rebeldiões dos chefes locais já caracterizavam uma considerável redução da influência dos coroneis. Entretanto, a estrutura agrária do Brasil e a concentração rural da população no interior dos estados tornavam os partidos políticos “reféns” de sua própria necessidade de eleitorado, uma vez que, sem o a influência dos coroneis, alcançar a população de municípios distantes era algo praticamente impossível.

Contudo, essa decadência do poder privado não era uma realidade absoluta, a Bahia, seguramente fugia a essa regra. No Sul, onde a lavoura cacaueira garantia o domínio dos coroneis do cacau, na região do São Francisco, onde a atividade comercial dos grandes chefes dava suporte à sua penetração política e principalmente na região das Lavras Diamantina, onde o garimpo tinha garantido a fortuna de muitos coroneis, a decadência do poder privado não pode ser usada como argumento. Assim, se o Estado precisava do coronel para alcançar as populações do município, não foi a decadência econômica que fez os destes homens reféns do governo estadual.

A condição econômica privilegiada, possibilitava ao coronel uma série de artifícios para a manutenção de seu poder. Desde a penetração de seus recursos para garantir as obras públicas, conforme vimos, com Dias Coelho em Morro do Chapéu na década de 1910, até atitudes assistencialistas em função da carência da população. O próprio *Correio do Sertão* admitiu que, mesmo depois da morte de Souza Benta, esta prática do coronel. Publicou a seguinte descrição sobre ele:

Cidadão conceituado a toda prova, de coração magnanimo e cheio de modéstia, o cel. Antônio de Souza Benta não era somente procurado por pessoas ilustres e abastadas. A pobreza desvalida e necessitada, em sua casa, também sempre recebeu de suas mãos caridasas e francas, o pão de cada dia, o lenitivo para as suas maguas, o remedio para as suas dores, benefícios sem conta que seu pranteado morto distribuia a todos generosamente<sup>163</sup>.

A boa condição econômica garantia também a formação de verdadeiros exércitos particulares. O contingente de jagunços liderados por Horácio contava-se em centenas e talvez até milhares. Quando Horácio deixou o Senado da Bahia, o governador Góes Calmon o afastou da delegacia de Lençóis e tentou colocar em seu lugar, o Cel. Otávio Passos. Horácio, totalmente decidido a evitar nomeação, entrincheirou os seus

---

<sup>163</sup> *Correio do Sertão* - Morro do Chapéu, 05 mar. 1946.

jagunços na cidade de Lençóis, e facilmente derrotou um exército com cerca de mil homens<sup>164</sup>. Outra demonstração do poderio de alguns coroneis, Pang (1979) descreve, em poucas linhas, o contingente de “cabras” e jagunços que alguns coroneis controlaram em investidas contra a Coluna Prestes.

O batalhão das Lavras Diamantinas, comandado por Horácio de Matos (cerca de 1.500 homens), o Batalhão Franklin de Albuquerque Lins, do Vale do Médio São Francisco (cerca de 800 homens), e o grupo de Abílio Wolney, formado por jagunços de Barreiras e Goiás (cerca de 1.000 homens)<sup>165</sup>.

É bem verdade que estas tropas foram reforçadas pelo investimento da federação com roupas, comidas e armamentos. Era um interesse, antes de tudo, do Governo Federal que a Coluna Prestes fosse detida. Mesmo assim, isso demonstra a quantidade de homens que esses coroneis eram capazes de reunir e organizar como verdadeiros exércitos.

Por outro lado, a aliança do governo estadual com o federal, por muitas vezes, garantiu a negociação da “paz” nos sertões da Bahia. Em muitos casos, o Presidente precisou intervir nas relações para resolver alguns impasses. Quando isso acontecia e havia uma ação conjunta dos governos estadual e federal, posicionar-se contra o poder do governador, apoiado pelo poder central da federação, poderia representar a bancarrota de um chefe municipal. Isso explica, entre outras coisas, o fato de, num mesmo município, facções políticas rivais buscarem as “bênçãos” do representante maior do Estado.

Esta prática foi bastante comum na história política brasileira, em Morro do Chapéu não foi diferente. Tanto o Cel. Souza Benta quanto o Cel. Teotônio Dourado buscaram, naquele momento, apoio do governador em exercício, mas o segundo obteve mais sucesso que seu rival. O que tornava notadamente diferente essa relação para um e outro coronel, eram os vínculos que Souza Benta mantinha com os coroneis que compunham o “Levante Sertanejo”.

No entanto, é difícil não notar que o Cel. Souza Benta não se sentia à vontade com a presença de J. J. Seabra à frente do executivo estadual. Com a proximidade das eleições para governador, definidas para 29 de dezembro de 1919, a maioria das notas publicadas pelo *Correio do Sertão*, que tratavam da sucessão no governo esta-

---

<sup>164</sup> Cf. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias. (1889-1934)*: A Bahia na Primeira República. 1979, p. 183-184.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 187.

dual, fazia constantes menções de apoio ao candidato da oposição, o senhor Paulo Martins Fontes. A edição de 30 de novembro, fez referência à presença do Cel. Gabriel Ribeiro dos Santos Bieca, dos “coquís”, como “representante do florescente districto do Ventura” em apoio a Paulo Fontes ao “lado da oposição, na grande convenção realizada na Capital em 15 do cadente”<sup>166</sup>.

Duas edições depois, o *Correio do Sertão* publicou um telegrama circular redigido por Rui Barbosa, que declarava abertamente e sem medir elogios, seu apoio à candidatura de oposição ao pleito estadual daquele ano. Acreditamos não haver outro motivo para o *Correio do Sertão* publicar tal nota, se não fosse aquela a posição do partido situacionista local naquele momento.

Trago esse fato, como devo, a notícia de V.Exa. e da população dessa localidade, especialmente nossos amigos e espíritos independentes, certo, como estou e estamos todos, que ante essa expressão cabal, maravilhosa e decisiva da opinião publica neste estado, toda a Bahia cumprirá seu dever para com a Bahia, abrindo com energia, sustentando com perseverança e encerrando com triunfo a campanha eleitora, cuja bandeira consiste no simples nome do egrégio magistrado, emblema da lei e da justiça...<sup>167</sup>.

AS palavras do jurista baiano deixam transparecer o grau de insatisfação com o Governo do Estado e se manteria assim mesmo após a eleição. Contudo, a imprensa local situacionista de Morro do Chapéu começou a demonstrar a mudança de posição de seus chefes. Pouco tempo depois, os “coquís” convergiram para a situação estadual. Por pertencer o *Correio do Sertão* ao grupo político do Cel. Souza Benta e entender que a sua ação pretendia a manutenção do quadro político local, tudo indica que o posicionamento do semanário era, obviamente, o mesmo do coronel. Passado esse momento de indefinição entre alianças com os coroneis do sertão e a simpatia do Governo Estadual, Souza Benta e os “coquís” manifestaram às vésperas das eleições, seu apoio a Seabra, através de uma nota na qual o diretório do Partido Democrata local pedia o comparecimento do eleitorado dos distritos e da sede, nas eleições do dia seguinte para Governador do Estado, que tinha “como candidato o eminente Bahiano”<sup>168</sup>, o senhor José Joaquin Seabra.

Este quadro de indecisão originou frutos negativos para o partido situacionista em Morro do Chapéu e consequentemente para o próprio Souza Benta. Parece

<sup>166</sup> *Correio do Sertão* - Morro do Chapéu, 30 nov. 1919.

<sup>167</sup> *Correio do Sertão* - Morro do Chapéu, 14 dez. 1919.

<sup>168</sup> *Correio do Sertão* - Morro do Chapéu, 28 ago. 1919.

óbvio que essa atitude não poderia ser vista com “bons olhos” pela oposição, principalmente nas Lavras Diamantinas. O descontentamento de Horácio de Matos foi notório, mas, aparentemente, ainda sem sequelas maiores na relação entre os dois coroneis. Tudo seria superado com a posterior retomada dos vínculos entre eles e com a rompimento definitivo de Seabra com os “coquís”, ao longo de sua segunda gestão.

Logo no início dos anos de 1920, acirraram-se os conflitos entre os dois agrupamentos políticos a partir das eleições para os cargos de intendente e conselheiros municipais ocorridas em agosto de 1920. Essas eleições, vencidas pelo grupo de Souza Benta, tiveram como candidato vencedor o major Virgílio Alves de Almeida, derrotando o Cel. Teotônio Marques Dourado Filho.

O major Almeida, eleito Intendente para ocupar o posto de 1920 até 1921, foi nomeado em 31 de dezembro de 1919 pelo então Governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão. Neste momento, ainda sem os reflexos negativos do “Pacto de Lençóis” sobre o seu grupo político, o partido situacionista, como já se denominava na época em virtude do longo período em que já se encontrava no poder em Morro do Chapéu, tinha alguma facilidade para nomear o intendente, graças ainda a alguma relação que os “coquís” conseguiam manter com o Governo do Estado.

Findado o biênio de seu mandato. Por decisão tomada em reunião de 08 de outubro de 1921, os “coquís” decidiram manter o major Almeida novamente como candidato nas eleições que seriam realizadas em novembro daquele mesmo ano. Do outro lado, o grupo liderado pelo Cel. Teotônio Dourado, que se denominava Partido Opposicionista<sup>169</sup> já esboçava uma ligação mais estreita com o Governador, o que lhes valeu a denominação de “concentração-seabrista”<sup>170</sup> pelos adversários locais. Com esse apoio, os “memés” lançaram Laurentino Samuel do Bonfim Louro – o “Barão das Minas”<sup>171</sup> – como candidato da oposição.

<sup>169</sup> A grafia aqui utilizada, “Partido Opposicionista”, foi mantida tal como nos documentos da época por entendermos que essa nomenclatura, tal como “Partido Situacionista” ficou tão estigmatizado se adotou nos na imprensa. Tanto “coquís” como “memés”, *Correio do Sertão* como *Pequeno Jornal* adotavam esses termos como se fossem os nomes oficiais dos partidos, quando na verdade identificavam a posição dos agrupamentos políticos em relação ao poder instituído oficialmente.

<sup>170</sup> Assim denominada a articulação política entre o coronel Dourado Filho e o governador J.J. Seabra, tendo os deputados Ângelo Dourado e Eusépio Cardoso, como intermediários dessa aproximação na capital baiana.

<sup>171</sup> Alcunha atribuída o Sr. Samuel Laurentino de Bonfim, também chamado de Louro, de acordo com informações do Sr. Carlos Navarro, filho de João Navarro, prestadas em entrevista.

Entretanto, o “Barão das Minas” morreu em setembro daquele ano. Sem concorrente, a vitória se tornou fácil e Virgílio de Almeida foi reeleito intendente exercendo seu novo mandato (1922-1923), sobre forte oposição da família Dourado. Que, cada vez mais, auferia cargos de destaque no município por intermédio de membros da família articulados com o governo do Estado.

O desabafo dos “coquís” pode ser percebido no artigo intitulado “Política Local”, publicado no *Correio do Sertão*, considerando que o governo de Estado prestigiava a oposição daquele município e julgava que ela contratasse a maioria do eleitorado. Nas eleições federais de 22 de setembro de 1923, a oposição teve péssimo desempenho. Compareceram às urnas, apenas 610 eleitores dos mais de 1.500 cadastrados no município.

Para o *Correio do Sertão*, isto deixaria claro a quem “pertencia” a força eleitoral das duas parcialidades políticas do Morro do Chapéu. O jornal elaborou um artigo em tom de superioridade: “com floreios de linguagem, historias inventadas e promessas de facção, não se faz progresso”. E continuou: “não arranjar-se-há um só dos eleitores do regimentado partido dominante deste município para se politicar”. Exprimindo os motivos pelo qual aquele partido teria “protestado” e continuaria a “protestar sobre as injustas demissões de seus correligionários,” garantindo que “firmado nos seus princípios de dignidade, continuará a trabalhar pela ordem e pela paz” no município de Morro do Chapéu”<sup>172</sup>.

Nesse cenário de disputa pelo poder local, dois elementos catalisadores de votos iriam acirrar os seus discursos no entorno da querela: o *Correio do Sertão* portavoz valente do “prócer”<sup>173</sup> Cel. Dias Coelho, e o *Pequeno Jornal*<sup>174</sup> difusor dos ideais dos “memés”. Esses dois veículos de comunicação, encravados nos rincões do sertão baiano, fomentariam a luta pelo poder local entre os dois coroneis. Isso se percebeu no artigo do “*Correio do Sertão*” de 07 de outubro de 1923, intitulado “*A revolução*”<sup>175</sup>, no qual se pode notar os prováveis motivos da eclosão de diferenças que se mantiveram latentes na época do Cel. Francisco Dias Coelho.

O artigo “*A revolução*” foi, tudo indica, uma segunda resposta do *Correio do Sertão* às publicações veiculadas pelo rival, *Pequeno Jornal*, principalmente ao arti-

<sup>172</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 12 ago. 1923.

<sup>173</sup> Homem importante – maneira pela qual o *Correio do Sertão* muitas vezes se refere a Dias Coelho e aos líderes do seu grupo.

<sup>174</sup> Como ele mesmo se intitulou: verdade, direito e justiça era um periódico noticioso, literário e comercial fundado em 1920, por Adelmo Pereira cunhado do Cel. Teotônio Dourado.

<sup>175</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 07 out. 1923. (ANEXO V)

go “Um dever que se impõe”. Infelizmente, não foi possível recuperar muitas edições do *Pequeno Jornal*, principalmente o conteúdo que originou o artigo em questão. Na verdade, pouca coisa restou deste hebdomadário, apenas uma ou outra edição pôde, até o momento, ser localizada. Entretanto, o próprio artigo sinaliza algo do que fora publicado pelo jornal da oposição.

Além dos ataques maculados de parcialidade e agressividade, o artigo trouxe um alento à situação política de Morro do Chapéu, comparando a unificação de liberais e conservadores depois da Proclamação da República, com a unidade política que Dias Coelho conquistou ao longo de sua passagem à frente da política de Morro do Chapéu. O texto redimensionou a importância desse feito e de suas implicações para o desenvolvimento local, ao tempo em que também denunciou os dissidentes, do Partido Democrata local, por tentarem desfazer tudo o que se havia conquistado e o que, segundo a situação, servia para o bem de Morro do Chapéu.

Além disso, atacou a oposição, acusando-a de ter esquecido das palavras de um Dourado que jamais teria abandonado Dias Coelho. Segundo o artigo, o próprio Herculano Dourado teria pedido para que “nunca se separassem do Cel. Dias Coelho a quem estimava e considerava seu benfeitor”. Ainda que estas palavras tenham sido realmente proferidas pelo velho Dourado, seriam em um momento no qual, dificilmente, se pensava em ascensão política sem o apoio do chefe político de Morro do Chapéu.

Mesmo assim, isso contraria uma afirmação do senhor Carlos Navarro Sampaio<sup>176</sup>, quando afirmou que “o Cel. Teozinho, que era Teotônio, com o Herculano Dourado em América Dourada, tinham brigado com o Dias Coelho” tendo se deslocado até o arraial do Ventura para acertar com o seu pai e com Louro Barão, “pra fazer frente a Dias Coelho aqui no município. Aí começou a luta”<sup>177</sup>. Isso parece ter sido verdade, se considerarmos as alianças que os Dourado constituíram no Ventura, através de Herculano Dourado e com a insatisfação dos políticos do arraial, mediante as promessas não cumpridas pelos “coquís”. É pouco provável que Herculano se colocasse contra o nome da própria família e contra os aliados do Ventura, principalmente após o falecimento do Dias Coelho. Em resumo, o *Correio do Sertão* uti-

---

<sup>176</sup> Filho de João Navarro Sampaio, aliado de Teotônio Dourado. João Navarro era o principal líder do Arraial do Ventura no período da querela.

<sup>51</sup> Carlos Navarro Sampaio, em entrevista. 08 jan. 2002.

lizou a “honra” e a memória de um dos patriarcas da família para atacar os que seriam supostamente traidores do próprio nome Dourado.

Nas eleições municipais de 1923, no momento em que o grupo político do Cel. Souza Benta tinha como presidente do partido o capitão Antonio Nunes da Silva, lançou o capitão José Martins de Araújo, primo de Horácio de Matos e sobrinho de Manoel Quirino, como candidato a Intendente. Os oposicionistas, por sua vez, lançaram o nome do professor Faustiniano Lopes Ribeiro. Este episódio caracterizou uma verdadeira “disfunção” no poder do Cel. Souza Benta, acentuada pela intensificação das nomeações em favor de partidários de Thiozinho, pelos constantes ataques impingidos pelo *Pequeno Jornal* e pelos revides do *Correio do Sertão*, que irromperam o pleito eleitoral de 1923 para os cargos de Intendente e de membros do Conselho Municipal.

Sobre como se operavam as eleições naqueles dias, sabemos que, “o processo eleitoral regulado pela Constituição estabelecia prazos para a inscrição dos eleitores”. Por lei, antes de qualquer sufrágio, “deveria ser feita nova lista de eleitores” e “desde esse momento inicial configurava-se a influência do coronel”<sup>178</sup>.

Diante dessa situação e de acordo com estudos sobre o período a respeito de como se operavam as disputas nas eleições, convém lembrar que na confecção das listas eleitorais a “desatenção” com aspectos de segurança eram aberrantes, sendo comumente permitidas as participações, mesmo contra a lei, de indivíduos analfabetos, menores de idade e até já falecidos. Ora, embora tudo isso contrariasse a Constituição Republicana que não vetava o voto feminino. Esse jamais era cogitado. Dessa forma, assevera-se que praticamente “nada havia de livre ou de secreto na maneira de votar; por quanto sempre existiu a coerção, inclusive com a presença maciça de capangas do coronel”<sup>179</sup>.

Entretanto, no final do ano de 1923, outro incidente entre Souza Benta e Horácio de Matos voltaria a acontecer. Dessa vez, os anos como companheiros e membros dos “coquís” e o passado ao lado de Dias Coelho não foram suficientes para evitar que ambos fossem prejudicados por mais um desentendimento político. Esta discórdia também passaria, mas antes causaria prejuízos para as perspectivas políticas dos dois chefes, principalmente para Souza Benta.

---

<sup>178</sup> JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. O coronelismo: uma prática de compromissos. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 50.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 51.

Nas eleições para o Senado Federal daquele ano, o PRD foi marcado pela derrota da candidatura de Horácio de Matos que concorreu a uma das vagas. Nessas situações, como alguém sempre tem que pagar pelo ocorrido, sobrou para os “coquís” e principalmente para Souza Benta. O receio em desagrurar o Governo do Estado e também a não pretensão em firmar qualquer apoio a outro candidato que não fosse o chefe da família Queiroz de Matos, os “coquís” simplesmente não se mobilizaram naquele pleito. Se mantiveram em abstenção o que, certamente, ocasionou perdas à campanha de Horácio.

A reação de Horácio veio nas eleições para intendente e membros do Conselho Municipal no mesmo ano. Era o início de um instável período nas relações entre Souza Benta e Horácio de Matos. O desentendimento que pairou entre os dois trouxe perdas consideráveis, principalmente para o então chefe político de Morro do Chapéu. O período de domínio político dos “coquís” na “terra do frio” começava a sofrer sério risco de ser interrompido.

#### **2.4 – A ascensão dos “memés” e a interrupção da hegemonia dos “coquís”**

Nos últimos meses de 1923, a aliança entre Benta e Horácio estava fragilizada. A ausência do apoio direto dos “coquís” ao chefe político de Lençóis havia gerado um grave afastamento de Horácio em relação aos seus antigos aliados, além de uma sutil aproximação com a família Dourado. Embora essa situação significasse muito mais um distanciamento entre o chefe das Lavras e os “coquís”, do que uma aliança com os Dourado, Horácio visitou Morro do Chapéu para um encontro com outros políticos da região e diversos membros dos “memés”.

No clima das eleições municipais daquele ano, o Partido Situacionista não contou com o apoio do precioso aliado de outrora. Se num primeiro momento Horácio não esboçou apoio aos “memés”, certamente contribuiu, posteriormente, para a ascensão dos oposicionistas na política local.

Na ocasião, sem o apoio de Horácio, Souza Benta já apresentava alguma dificuldade para obter os votos necessários para eleger seus candidatos. Para intendente, seu candidato, o cap. José Martins de Araújo, obteve 793 votos, de um total de 1.550 eleitores cadastrados<sup>180</sup>, pouco mais da metade de todo o eleitorado. Para o Conselho Municipal, entretanto, foi garantida a maioria absoluta para os “coquís”.

---

<sup>180</sup> Correio do Sertão – Morro do Chapéu, 25 nov. 1923.

### Encontro entre políticos de Morro do Chapéu e Horácio de Matos - 1921<sup>181</sup>



À frente, o quarto, a partir da esquerda, Horácio de Matos, tendo a sua direita o professor Faustiniano Lopes Ribeiro, Antonio da Silva Dourado (delegado de Morro do Chapéu); e Teotônio Marques Dourado Filho (chefe político representante dos Dourado).

Todavia, os “memés” puseram-se a organizar sua própria eleição, paralela àquela que era coordenada pelos “coquis”, no dia 11 de novembro, o que resultou em uma duplicata eleitoral, nos moldes do que também havia acontecido na capital do estado em outras eleições. Isso ajuda a explicar a ausência de quase metade dos eleitores nas eleições organizadas pela situação.

Entretanto, nos parâmetros municipais da época, foi reconhecido o resultado das eleições “legítimas”, segundo o ponto de vista e interesses dos “coquis”. Mesmo em meio à duplicata eleitoral do dia 11 de novembro, o *Correio do Sertão* não aguardou qualquer informação oficial e imediatamente noticiou que o pleito foi vencido pelo capitão José Martins de Araújo, candidato da situação, para o cargo de intendente. Outrossim, o Conselho Municipal, na sua quase totalidade, ficou composto por partidários de Souza Benta.

A imprensa situacionista quando transmitiu sua mensagem sobre o resultado das eleições, afirmou que os “Pereiras e Souza, Valois, Figueiredo, Rodrigues e muitos outros”, em referência aos membros das mais influentes famílias da região estavam “compenetrados dos seus deveres cívicos e patrióticos, com entusiasmo e convicção afflui-

<sup>181</sup> Relação completa das pessoas presentes na foto. (ANEXO VI)

ram às urnas nas quais suffragaram os candidatos em boa hora escolhidos". Aproveitando o ensejo, também não perdeu a oportunidade de proferir altos elogios de grandeza e superioridade do partido ao qual representou, referindo-se a esse como “o sempre vitorioso e invencível partido situacionista local, fundado por aquelle que em vida se chamou Francisco Dias Coelho”<sup>182</sup>.

Num primeiro momento, esse foi o resultado reconhecido pelo Governo do Estado e, em 1º de janeiro de 1924, tomou posse o senhor José Martins de Araújo, mesmo sob a ameaça dos rivais em impetrar um recurso no Senado Estadual. O próprio *Pequeno Jornal*, já dava sinais de que isso seria provável.

Não pensem os que se dizem vencedores e que ocupam indevidamente o posto que não lhes pertença, que Morro do Chapéu assistirá passivamente ao gesto de autoritarismo que indubitavelmente praticaram ao não acatarem com sensatez o que o povo decidiu nas urnas. Mas não temam os que estão ao lado da justiça, pois o biênio que agora inicia-se há de findar-se com triunfante e entusiastica entrega do cargo a quem é de direito<sup>183</sup>.

Entretanto, diante da total abstenção do grupo de Teotônio Dourado nas eleições coordenadas pelos “coquis” e diante de algumas sinalizações do rival *Pequeno Jornal*, o *Correio do Sertão* que circulou no dia 13 de janeiro, já mencionava, com certo desdém, que os “valorosos oposicionistas”<sup>184</sup> pretendiam recorrer ao Senado da Bahia com o propósito de anular as ditas eleições. Isso aconteceu ao tempo em que o senhor José Martins de Araújo, candidato vitorioso de Souza Benta, já havia tomado posse e estava em plena excursão pelo interior do município.

Os embates entre os dois grupos então se acentuariam. Ao que tudo indica, após tentativas frustradas de acordo entre os interessados, o governador Góes Calmon sugeriu a partilha de poder no município, entregando a administração de alguns distritos a Souza Benta e de outros a Teotônio Dourado. As tentativas teriam sido mediadas, em primeiro momento, pelo senador Abraham Cohim, mas o que realmente resultou dessa tentativa foi o acirramento de toda a crise.

O presidente do Partido Situacionista, o capitão Antônio Nunes da Silva, foi convidado pelo governador Góes Calmon para uma reunião, que tinha como propósito tratar dos impasses políticos em Morro do Chapéu, os quais já duravam quase seis me-

<sup>182</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 18 nov. 1923.

<sup>183</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 13 jan. 1924.

<sup>184</sup> Forma desdenhosa como o *Correio do Sertão* se referia aos opositores.

ses. O encontro aconteceu em 29 de abril de 1924, e a proposta do governador pareceu pouco amistosa ao representante dos “coquís”.

É certo que algumas características da proposta dificultavam a aceitação imediata dos situacionistas, outras de fato soavam humilhação. O primeiro aspecto foi que os termos da proposta foram ditados não pelo governador, que agiu como um mediador, mas pelo próprio Teotônio Dourado apoiado pelo chefe estadual.

O presidente [do Partido Situacionista], Cap. Antonio Nunes da Silva expoz aos presentes o motivo da reunião e os fins de sua viagem. Apresentando-lhes uma proposta escripta à machina, ao Cel. Antonio de Souza Benta pelo Exmo. Snr. Governador do Estado, de acordo com o que prometera ao Cap. Teotônio Marques Dourado Filho, chefe oposicionista deste Município<sup>185</sup>.

A proposta tinha características de imposição e colocava Benta e seus partidários em situação humilhante, porque, na verdade, aqueles não eram os termos do governador da Bahia, mas sim do seu rival local. Um trecho da ata da assembleia extraordinária do partido situacionista em que a proposta foi apresentada e discutida com os partidários deixava bastante clara não só o ponto de vista dos “coquís”, mas principalmente porque não lhes foi dada uma segunda opção. O presidente do Partido Situacionista o senhor Antônio Nunes da Silva apresentou a seguinte proposta de Góes Calmon:

(...) a atitude do Exm. Snr. Dr. Governador do Estado com relação aos negócios políticos do Município, chamando a atenção de todos para o espírito da proposta, tendo por fim a divisão de poderes em partes iguais dos Distritos do Município, cargos municipais, e ainda mais as expressões de S. Exa. Dizendo que o Partido teria forçosamente de aceitar tais bases sob pena de serem entregues ao Cap. Theotonio Dourado todas as posições políticas<sup>186</sup>.

Provavelmente, Teotônio Dourado soubesse que muito dificilmente alguém como Souza Benta aceitaria dividir algo que acreditava ser dele. De fato, esse tipo de negociação não combinava muito com o perfil do temido coronel. Ao que se sabe, Souza Benta não se sujeitava facilmente a imposições, principalmente quando estas implicavam tão grandes perdas. É razoável deduzir que tudo isso não passasse de uma manobra de Teotônio, no intuito de esgotar as possibilidades de barganhas entre o Estado e os “coquís”. É pertinente lembrar que, enquanto esta negociação se desenvolvia, o recurso de Teotônio já se encontrava nas mãos dos senadores baianos.

---

<sup>185</sup> Correio do Sertão – Morro do Chapéu, 11 mai 1924.

<sup>186</sup> Ata da reunião extra-ordinária do Partido Situacionista de Morro do Chapéu. 1º mai 1924.

Ao mesmo tempo, o próprio chefe dos “memés” em uma investida paralela, negociava diretamente com Souza Benta algumas alterações na proposta encaminhada ao governador. O próprio Benta comunicou aos amigos e partidários sobre a reunião com o chefe rival, foi o que noticiou o *Correio do Sertão*.

O Cel. Souza Benta comunicou aos seus amigos [...] que havia conferenciado com o Cap. Teotônio Dourado, ao qual propôs modificar as bases da proposta que lhe fizera o Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado, sendo recusado pelo mesmo qualquer modificação dentro daqueles princípios<sup>187</sup>.

O mais provável aconteceu, a flexibilidade que Teotônio Dourado talvez esperasse de Souza Benta não se confirmou. Da mesma forma, a deliberação do Partido Situacionista não poderia ser outra, uma vez que seu chefe maior não havia aceitado qualquer proposta naqueles princípios. Em 1º de maio, na assembleia dos “coquís”:

(...) ficou deliberado que o Partido Situacionista deixava de fazer qualquer proposta para um acordo político, uma vez que a tal se negara o Cap. Theotonio dourado, como também o Exm. Snr. Dr. Governado do Estado havia desde logo mandado fazer todas as nomeações para os quatro distritos escolhidos pelo Capitão Theotonio Dourado, ferindo portanto a autonomia do Partido, que, se julgando humilhado perante seu eleitorado composto da maioria absoluta de eleitores, resolia pela unanimidade dos que alli se achavam, representados os oito distritos do município, recusar a proposta do Exm. Snr. Dr. Governador do Estado<sup>188</sup>.

A decisão de Souza Benta e de seus partidários já era prevista, mas, apesar de corajosa e firme, provavelmente pouca diferença faria. Desde o dia 14 de abril daquele ano, o processo com o recurso de Teotônio Dourado tramitava no Senado da Bahia e era avaliado pela Comissão de Recursos Eleitorais. A história nos privou de saber se mesmo ganhando o recurso, Teotônio Dourado manteria metade de Morro do Chapéu nas mãos dos “coquís”, caso tivessem aceitado a proposta de partilha do poder.

A situação política naquele momento era tão desfavorável ao Cel. Souza Benta que qualquer das atitudes, aceitar ou rejeitar a partilha de poderes, dificilmente poderia deixar de representar uma grande perda. Por outro lado, a condição favorável diante da hábil manobra encorajava o *Pequeno Jornal* a divulgar o posicionamento do Partido Opposicionista.

---

<sup>187</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 11 mai 1924.

<sup>188</sup> Ata da reunião extraordinária do Partido Situacionista de Morro do Chapéu. 1º mai 1924.

O Partido Opposicionista, a fim de manter a ordem e a paz deste município, aceitou os termos da proposta do Governador do Estado em assumir a direção de alguns distritos de Morro do Chapéu e por fim a tudo que impede a paz e o progresso de nossa terra e de nosso povo<sup>189</sup>.

A aceitação da proposta de partilha pelos “memés” era, sem dúvida, algo muito mais confortável que para os “coquís”. Em primeiro lugar, ao contrário do que acontecia com a situação, metade da administração para os “memés” significava um grande avanço para um grupo político que existiu à margem das principais decisões e dos mais importantes cargos políticos desde o início do século XX. Em segundo, a aceitação de uma proposta conciliadora, aos olhos da sociedade da época, lhes garantia uma melhoria na imagem pública do grupo. Por fim, não esqueçamos que a proposta de partilha do poder partiu dos próprios “memés” e não do governador do Estado.

Agravando-se ainda mais a posição dos situacionistas de Morro do Chapéu, as notícias provenientes do Senado da Bahia eram pouco animadoras. A cada dia, a fé dos “coquís” se resumia em acreditar que os senadores não acatariam o recurso dos Dourado.

No dia 23 de maio, tudo se torou oficial. O Cel. Teotônio Dourado teve como favorável o parecer de nº 048/24 da Comissão de Recursos Eleitorais do Senado da Bahia. O recurso de Teotônio reivindicava a anulação da eleição em que saiu vitorioso o candidato dos “coquís”, o Sr. José Martins de Araújo, e solicitava que fosse considerado válido o resultado da eleição organizada pelos “memés”, na qual o candidato oposicionista, Faustiniano Lopes Ribeiro, sagrou-se vencedor.

Recorrer a uma comissão de recursos eleitorais após o término de algum momento de sufrágio era, naquela época, algo normal. O intendente precisava ser reconhecido pelo Senado e posteriormente ser empossado pelo governador, conforme definiu a Lei de Organização Municipal de 1915. Só então poderia administrar de fato. Somente isso já atribuía ao senado e ao governador certo grau de interferência nos pleitos municipais. Não obstante, isso era oriundo do interesse do Estado nas localidades interioranas. No mesmo dia em que fora apresentado o recurso interposto por Teotônio Dourado, outros sete representantes de agrupamentos políticos de municípios baianos fizeram o mesmo.

---

<sup>189</sup> Pequeno Jornal - Morro do Chapéu, 04 mai 1924.

Recursos eleitorais dos municípios de Guananby, Caetité, Caculé, Morro do Chapéu e Camamú, Correntina, Monte Alegre e Cairú, sendo recorrentes, respectivamente os senhores Alípio Carlos, José Antônio de Castro, Manoel José Fernandes, Teotônio Marques Dourado Filho, Jacyntho de Pessoa Pontes, Félix de Araújo, Hernesto Luis Moreira e Jeová Silva de Figueiredo Miranda<sup>190</sup>.

Confiantes que o recurso não seria aprovado no Senado, o cel. Souza Benta e o *Correio do Sertão* intensificaram suas investidas ideológicas sobre o recurso já impetrado pelo Cel. Teotônio. Nesse particular, o semanário escancara: “se forem nullas as eleições que foram realizadas legalíssimamente, novos pleitos serão procedidos 1, 2, 4, 10 vezes”. Em tom de ironia, afirmava que, em todas as vezes o resultado não seria diferente. O semanário continuou: “este snr. capitão Theosinho, bancando o valoroso de derrota em derrota, de fracasso em fracasso”<sup>191</sup>, nenhuma possibilidade teria de conquistar uma vitória. Conclui afirmando que ele tornaria sempre a:

(...) teimosamente interpor recurso ao Senado, patenteando o seu desvalor, o seu desprestígio político, e que, agora apelando ao povo e insinuando o desejo de imposição do adversário, que queria “a viva força dominar o Morro do Chapéu, embora contra a vontade do povo”<sup>192</sup>.

A mesma imprensa reafirmou, no mesmo artigo, o seu descrédito no recurso impetrado no Senado. Mais uma vez, também demonstrou sua indefinição política e intenção de aproximar-se do governo estadual. Para o jornal, o desejo dos Dourado não lograria êxito, especialmente por que estava “à frente dos destinos da Bahia um estadista de mérito que é a verdadeira encarnação do Divino e da Justiça e que se não agacha nem se curva à politiqueiros saltimbancos”<sup>193</sup>.

A discussão no Senado da Bahia perdurou por várias reuniões, perpassou a 31<sup>a</sup>, 32<sup>a</sup>, 33<sup>a</sup>, consumando-se, na 34<sup>a</sup> sessão do Senado da Bahia, dia 27 de maio de 1924, quando o veredito ao parecer nº 48 foi, enfim, dado em favor do recorrente. O parecer garantia a posse não só de Faustiniano Lopes Ribeiro como intendente, mas também de nove conselheiros aliados, com a seguinte resolução:

A Comissão de Recursos Eleitorais, tomando conhecimento do Recurso interposto pelo cidadão Teotônio Marques Dourado Filho, eleito em 11 de Novembro de 1923, para o cargo de Conselheiro de Morro do Chapéu, e estu-

<sup>190</sup> Ata do Senado da Bahia, 14 mai 1924.

<sup>191</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 27 abr. 1924.

<sup>192</sup> *Ibidem*.

<sup>193</sup> *Ibidem*.

dando os documentos apresentados à sua consideração, pensa que o Senado deve considerar legais as eleições desse município, uma vez que, todo o processo eleitoral e atos a ele subsequente, foram realizados de acordo com os preceitos da lei que regem a espécie, e assim, reconhecer e proclamar eleitos para: Intendente, no Biênio de 1924/1925, os Senhor Faustiniano Lopes Ribeiro, e conselheiros, para o quadriénio 1924/1927, aos senhores: Gabriel Ribeiro dos Santos, João Navarro Sampaio, Teotônio Marques Dourado Filho, Deraldo Justiniano Dourado, Américo Marques Dourado, Guilhermino Marques da Silva, Aurélio da Silva Dourado, Presciliano Teodoro de Jesus e Anísio de Souza Oliveira<sup>194</sup>.

Souza Benta contou apenas com o apoio dos senadores aliados, os senhores Abraham Cohim e Wenceslau de Oliveira Guimarães. Esses dois senadores, em respeito a aliança existente com Souza Benta, fizeram questão de manifestar oficialmente o posicionamento contrário ao parecer da comissão.

O Senador Wenceslau Guimarães pede que seja considerado na ata, ter votado contra o parecer nº 48, e, envia à mesa, para os devidos fins, as estimas de seu voto.

O Senador Abraham Cohim pede, também, que fique considerado na ata, ter votado contra o parecer nº 048<sup>195</sup>.

Ao final dessa “batalha”, os “coquís” tiveram de “amargar” a decisão quase unânime do Senado em reconhecer a eleição do candidato dos “memés”. Em 27 de maio de 1924, o Senado da Bahia “batia o martelo” reconhecendo e proclamando o Sr. Faustiniano Lopes Ribeiro como intendente de Morro do Chapéu para os anos de 1924 e 1925. Era a consumação da primeira grande derrota dos “coquís”. Depois de 25 anos, os Dourado colocavam um representante seu à frente da intendência do município.

A promessa do governador Góes Calmon, que definia que, caso Souza Benta e seus partidários não concordassem com a divisão de poderes em Morro do Chapéu, o município seria entregue por completo aos Dourado, enfim se cumpriu. A influência do governador sobre o Senado Estadual impediu que os “coquís” tivessem qualquer chance. Um aliado político de Souza Benta, escreveu em seu livro sobre Morro do Chapéu um ponto de vista sobre as eleições do período em questão.

Naqueles tempos de eleição a bica de pena, seria vitorioso o candidato que tivesse apoio do Governador. E assim aconteceu. O senado obedecendo ordens do Governador, reconheceu válida a simulada eleição do candidato dos Dourados, o

<sup>194</sup> Parecer nº 048 da Comissão de Recursos Eleitorais do Senado da Bahia. 20 mai. 1924.

<sup>195</sup> Ata do Senado da Bahia – Salvador, 27 mai 1924.

professor Faustiniano Lopes Ribeiro, desprezando o voto contrário e contundente do Senador Wenceslau Guimarães...<sup>196</sup>.

Há de se considerar sobre o ponto de vista Cunegundes (1989) sobre as eleições organizadas pela oposição e as quais considerou simuladas, que nos mesmos moldes ocorreram os dois processos. Se de um lado, os “memés” organizaram um pleito no qual se beneficiavam, do outro, tudo era feito em favor do candidato dos “coquís”. Não se justificava, portanto, serem entendidas como fraudulentas as eleições paralelas, apenas pelo fato de uma delas ser organizada pelo poder público já instituído e que se consumaram sob a direção dos “coquís”.

Souza Benta teve ainda de ver o apoio de Horácio de Matos em favor do parecer que anulava a eleição dos “coquís”. Provavelmente, entendia que aquilo era uma resposta e uma represália por não ter manifestado o apoio direto à candidatura de Horácio ao Senado Federal. É certo, que nas relações existentes entre Horácio e Teotônio, nada havia de suficientemente forte para justificar aquele apoio, muito pelo contrário, a aproximação dos Dourado com o governo estadual, não fosse a situação criada por Souza Benta, manteria os “memés” afastados do chefe político de Lençóis. Por outro lado, essa atitude significaria apenas um breve afastamento em relação ao grupo que ele havia integrado durante muitos anos.

Souza Benta e seu grupo pagavam o preço por uma indefinição em meio às grandes querelas políticas existentes na Bahia. Desde o início do segundo governo de J. J. Seabra percebia-se uma inclinação para os Dourado em Morro do Chapéu. Isso, possivelmente, ocorreu em função da ausência de ligações mais estreitas entre os Dourado e a oposição no estado, tanto no interior como na capital. Porem, não podemos esquecer que foi o próprio Benta responsável pela organização do documento criticando Seabra pela escolha de Ângelo Dourado como chefe do diretório do partido em lugar de Dias Coelho, em 1912. O desentendimento entre os dois, portanto, não era recente.

O temor dos “coquís” de que essa aproximação se consumasse se tornou fato. Já que não conseguiram confirmar a preferência do Governador, certamente colocaram em risco uma longa aliança com Horácio e outros coronéis da Chapada. Consequentemente, custou cara a sua posição política.

---

<sup>196</sup> CUNEGUNDES, Jubilino. *Morro do Chapéu: um pouco de sua história, sua vida político-administrativo, suas belezas e sua gente* Salvador: Empresa Gráfica da Bahia-EGBA, 1989. p. 48.

Assim, muito em função dos equívocos de Souza Benta, nos primeiros anos da década de 1920, Morro do Chapéu assistiu a uma ascensão vertiginosa da oposição local. Quando Benta assumiu a liderança do partido em 1919, não se acreditava que qualquer outro grupo pudesse ocupar a cadeira que um dia pertencera a Dias Coelho. Entretanto, depois dos deslizes e dos desdobramentos na política estadual, pela primeira vez os “coquis” estavam diante de uma iminente e dolorosa derrota.

## CAPÍTULO III

---

### OS “COQUÍS” FORA DO PAÇO: UMA INTERRUPÇÃO DO LEGADO DE DIAS COELHO E A RESOLUÇÃO DA CONTENDA LOCAL

#### 3.1 – Jagunços em ação: Benta e o cerco aos Dourado

Em consequência dos equívocos cometidos por Souza Benta e as manobras políticas de Teotônio Dourado, os “memés” passaram a ocupar o poder político de Morro do Chapéu. Os desdobramentos advindos das investidas dos dois grupos políticos de Morro do Chapéu começaram a definir um contexto novo e até inesperado. A postura mais constante dos Dourado certamente os favoreceu nessa trajetória de ascensão. Não cometeram os mesmos equívocos dos rivais, ao alternarem suas posições e seu apoio em relação ao contexto estadual, ao contrário, a postura do grupo pareceu ser bastante firme. Em nenhum momento, existiram vínculos fortes entre os “memés” e os coroneis dos sertões que se levantaram contra a capital e o Governo do Estado. Nas vezes em que não puderam resolver suas questões dentro de Morro do Chapéu, buscaram o apoio do Senado da Bahia e do próprio Governador.

A decisão, quase unânime em sessão do Senado da Bahia de 27 de maio de 1924, de acatar a petição do Cel. Teotônio Dourado, propondo a anulação das eleições ocorridas em novembro de 1923, alterou profundamente o quadro político na terra do frio, sem que algo pudesse ser feito por Souza Benta e seus correligionários para evitarem se perda do poder local.

Malgrado todas as alegações vindas à baila no tocante à suposta ilegalidade de tal recurso e sua respectiva aprovação, os membros do Partido Situacionista e os senadores Abraham Cohim e Wesceslau de Oliveira Guimarães, contrários à decisão do Senado proferida por meio da Comissão de Recursos Eleitorais, foram tomados pela decepção que atingira o Cel. Souza Benta. Todos foram limitados a assistir ao ápice político do grupo liderado pelos Dourado, em Morro do Chapéu.

Antes mesmo da posse do Intendente e da nomeação do Conselho Municipal, uma sequência de outras nomeações para a ocupação de cargos públicos começou a acontecer em Morro do Chapéu. Foi uma espécie de preparativo da cidade para os novos administradores. Assim, seguindo o curso do processo que já vinha se desdobrando,

a maior parte desses cargos fora entregue aos membros da família Dourado e aos demais aliados.

O próprio *Correio do Sertão* se antecipava ao que fatalmente acontecera, demonstrando certa indignação diante dos fatos ocorridos e até previu que outras nomeações eram esperadas brevemente. Em ataque direto ao governo estadual, publicou um texto que era o reflexo do momento de descontentamento e desilusão por que os “coquís” atravessavam. O texto dizia: “O Governo do Estado em continuaçāo as sua extensivas derrubadas neste municipio, com o fim de desmoronar o grande partido deixado pelo saudoso chefe Dias Coelho, acaba de dar aos nossos adversários as seguintes nomeações”<sup>197</sup>.

Na Promotoria Pública, o cargo de adjunto de promotor fora entregue a Joaquim Simões dos Santos. Para o cargo de “avaliador privativo do Juízo, fora nomeado o cidadão Francisco Felix de Valois Coutinho”, afastando um velho amigo de Souza Benta, o senhor José Friandes de Figueiredo. Na Delegacia local, assumiu a chefia o cel. Antônio da Silva Dourado Junior, e para suplentes da mesma delegacia, respectivamente os cidadãos: 1º Renério Justiniano Dourado, 2º Mário Dourado e 3º Álvaro Rodrigues de Oliveira. Na Subdelegacia do distrito da cidade, Altino Ribeiro Lima passou a ser o delegado Ficando como suplentes: 1º Antônio Manoel da Costa, 2º José Nunes da Silva, e 3º Antônio Francisco Vianna. Foi ainda “nomeado Escrivão de Paz do districto de Cananabrava do Miranda, o cidadão Alfredo da Silva Dourado”<sup>198</sup>.

Em 25 de junho de 1924, sob a égide do emissário do governo, o tenente João Bernardino de Macedo empossou todo o Conselho Municipal, além do professor Faustíniano Lopes Ribeiro como novo Intendente de Morro do Chapéu. Mais que o mero afastamento dos “coquís” do poder local, este fato simbolizou, para Souza Benta e seus partidários, a saída de Dias Coelho da liderança da cidade, cinco anos após sua morte. Com a posse de Faustíniano Lopes Ribeiro à frente da intendência e com o novo Conselho empossado, um dos primeiros fatos ocorridos foi a retirada do Paço Municipal, do quadro que apresentava a foto do antigo chefe político.

Curiosamente, mesmo mediante esta decisão, os “memés”, provavelmente cautelosos para evitarem uma antipatia maior em relação aos partidários e simpatizantes de Dias Coelho, evitaram críticas agudas ao antigo coronel. Mesmo o *Pequeno Jornal* que, tanto quanto o *Correio do Sertão*, se expressava de forma severa foi bastante ameno e

---

<sup>197</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 08 jun. 1924.

<sup>198</sup> *Ibidem*.

teceu até elogios ao chefe municipal de outrora, num esforço de aproximá-lo dos Dourado. O jornal inclusive admitiu que “Dias Coelho conseguiu um acordo na política morrense, acordo que marcou uma fase de elogiável desenvolvimento no município e que pode ser chamado – os tempos dourados de Morro do Chapéo”<sup>199</sup>.

Em demonstração de que os tempos eram outros aconteceu em Morro do Chapéu, antes, durante e depois da posse do novo intendente, uma comemoração sem precedentes, se considerarmos a ausência dos “coquís”. Os festejos dos novos governantes do município, como se poderia prever, começaram antes de toda oficialização dos cargos. Os período de 24 à 26 de maio de 1924 foi marcado por, além das comemorações, ataques e chacotas da imprensa local além de muita tensão.

Se de um lado o *Correio do Sertão* e os “coquís”, sempre que podiam, faziam algum tipo de menção ao nome de seu chefe histórico, por outro lado, o *Pequeno Jornal* e os “memés” aproveitaram o momento de apogeu para lembrar o nome dos seus representantes do passado. Dentre eles, figuravam Herculano Dourado e Porphyrio Pereira de Souza. Numa demonstração pública de que não estavam sozinhos naquela empreitada, a imprensa que se tornara situacionista e os “memés” enfaticamente reafirmavam suas alianças, lembrando que não eram apenas Teotônio ou os Dourado na liderança de Morro do Chapéu, mas eram os Dourado, Pereira, Barreto, Valois, todos obedecendo à orientação do “lúcido espírito deste chorado Herculano Dourado de quem era incansável companheiro Porphyrio Pereira de Souza”<sup>200</sup>.

Não acreditamos que essa menção aos nomes das famílias aliadas, seja oriunda apenas de um sinal de respeito, gratidão e reconhecimento de que, sem elas, talvez, aquilo não fosse possível. De fato, sem o “capital social” angariado pelos Dourado, ao longo de sua trajetória política, dificilmente teriam conquistado tal posto. Mesmo a relação direta existente entre Teotônio Dourado Filho e o então governador o senhor Góes Calmon talvez não fosse importante o suficiente para fazê-lo tomar tal decisão em favor de um grupo, desbancando o outro que há muito tempo se mantinha no poder local.

Esse momento de Morro do Chapéu e da ascensão dos Dourado nos leva a refletir sobre o pensamento do historiador baiano Cid Teixeira, quando afirmou que a gestão de Francisco Marques de Góes Calmon foi maculada por drásticas mudanças no cenário político do interior baiano, sendo ele repleto de “derrubadas, perseguições, perdas de mando, ascensão de valores novos, por mil coisas que vão significar a polarização de

<sup>199</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 19 jul. 1924.

<sup>200</sup> *Ibidem*, 19 jul. 1924.

forças”<sup>201</sup>. Tanto quanto as derrubadas e ascensões, a polarização das forças entre os dois grupos políticos também se acentuou em Morro do Chapéu.

Naquela mesma região, apenas para tomarmos como exemplo, o mesmo parece ter acontecido. Em Jacobina, vários cargos tiveram trocados seus ocupantes, dentre os mais expressivos, informou o *Correio do Sertão* que fora nomeado adjunto do promotor público daquela comarca, o cidadão José Gracindo Marques e o mesmo aconteceu com o cargo de avaliador privativo do Juízo, o qual passou a ser ocupado pelo “Sr. cidadão Oscar Villas-Boas”<sup>202</sup>. Assim, se sucedeu com outros tantos cargos, a exemplo dos de escrivão, carcereiro, delegado, subdelegado e seus respectivos suplentes.

Em meio a essa situação embaraçosa pela qual os “coquis” passavam em Morro do Chapéu, os “cabras” de Souza Benta estavam de prontidão nas brenhas do Martim Afonso. Benta contava ainda com a forte ajuda do temido Manoel Quirino, tio de Horácio de Matos. O cenário de guerra estava armado, Benta preparou seus homens, adentrou a cidade e enviou um recado ao Cel. Teotônio em sua residência, no qual dava-lhe um prazo de três dias para deixar Morro do Chapéu<sup>203</sup>.

Pensar a alternância de poder de um grupo para o outro de maneira tão pacífica seria realmente algo ingênuo de nossa parte. Também, não pensemos que as querelas e o revanchismo se limitaram à utilização e manipulação dos discursos pelos jornais e por quem eles representavam. Em pouco tempo, o poder de beligerância do Cel. Souza Benta se manifestaria na cidade de forma muito intensa.

Enfim, após se encontrar em notória e inegável desvantagem, o cel. Souza Benta havia posto de lado os limites de uma disputa através dos infundáveis debates da imprensa e partiu para decidir os direitos pelo poder local de forma enérgica e arbitrária. Em meio à situação, o recado de Benta ao chefe dos Dourado foi claro. Em tom de ironia, escrevera a Teotônio: “Desculpe, Morro do Chapéu não lhe quer mais”<sup>204</sup>. O clima de incerteza tomou conta do município, no qual outrora a paz e a concórdia pairavam. Os dias que antecederiam à posse dos “memés” foram carregados de apreensão e medo de que a qualquer momento pudesse ocorrer um conflito armado.

<sup>201</sup> Cid Teixeira. *As oligarquias na política baiana*. In: LINS, Wilson et alii. *Coroneis e oligarquias*. Salvador: UFBA/IANAMÁ, 1988, p. 47.

<sup>202</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 25 mai. 1924.

<sup>203</sup> Isabel Figueiredo (1903-2003) – Entrevista 08 fev. 2002. Era filha do Cap. Fausto José de Souza, partidário do cel. Souza Benta e conselheiro municipal algumas vezes entre os anos de 1903 e 1923.

<sup>204</sup> Arnaud Rocha (1910), em entrevista, 08 jan. 2002. Filho de Belarmino Rocha, partidário do Cel. Souza Benta.

Este fato foi confirmado por dona Julina Dourado Lima, prima de Teotônio Dourado, em uma narração com detalhes importantes. Segundo ela, “quando veio a seca, Teozinho morava onde hoje é o prédio do INSS,” ao lado de onde hoje fica a Praça da Bandeira. O Cel. Souza Benta, segundo D. Julina, desejava expulsar Teotônio da cidade. “Vieram armados Manoel Quirino, José Martins, vieram tudo lá de Cannarana, de Irecê [Caraybas] eu não sei bem, mas queriam matar Thiozinho”<sup>205</sup>.

A residência dos Dourado ficou na mira dos homens de Benta e de Manoel Quirino que se espalhavam pela cidade. Segundo a entrevistada, que vivenciou a situação, eles, dentro da casa e durante aqueles dias, mal sobreviviam. “Dormiam todos debaixo da cama, por causa da janela que ficava junto à cama”<sup>206</sup>. Envolvido numa situação aparentemente sem saída, a amizade de um dos aliados de Teotônio lhe valeu a vida. Podemos afirmar isso, uma vez que uma inesperada visita de João Navarro, maior aliado político dos Dourado e forte liderança no distrito do Ventura, atrapalhou os planos do Cel. Benta.

Ao chegar a Morro do Chapéu, João Navarro tornou-se ciente da situação. “Ele veio e viu como tudo estava cercado, todos com rifle nas mãos, esperando Thiozinho sair”. Porém, ciente do que o esperava do lado externo da casa, Teotônio impediou que qualquer um fizesse algo desse tipo. Segundo dona Julina, a esposa dele, dona Ana Amélia, queria sair, mas ele não a permitiu. João Navarro teria, se aproximado e observado tudo a uma distância segura, “muito amigo de Teozinho; foi embora, e lá no Ventura” onde traçou um plano para resolver o problema do amigo, “fez uma carta e mandou o vaqueiro vim trazer, veio pelo fundo (...) chovia muito, a carta veio escondida na sela do animal”<sup>207</sup>.

Aproveitando-se da única chance que provavelmente possuía, Teotônio teria respondido com outra carta, para ser mandada ao Cel. Terêncio Dourado, que era parente dos Dourado, no França<sup>208</sup>. O comandante da Polícia da Bahia tomou de imediato a atitude de encaminhar uma carta para a Cidade da Bahia, e outra para Souza Benta em Morro do Chapéu, a qual, segundo Julina, colocava a vida de Teotônio na mão de Souza Benta. “Qualquer um que matasse, quem responderia pela morte de Teozinho seria o Benta”.

---

<sup>205</sup> Julina Dourado Lima (1920), em entrevista – Morro do Chapéu, 02 jan. 2002. prima em 2º grau do Cel. Teotônio Dourado.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

<sup>207</sup> *Ibidem*.

<sup>208</sup> Pequena Vila nas proximidades do município de Miguel Calmon.

Os três dias se passaram, os Dourado mantiveram-se dentro da casa e os homens de Souza Benta, à espreita, espalhados pela cidade. Para Julina, na época ainda uma criança, foi a partir desse fato que a crise começou a se resolver. Contudo, todo o acontecido já teria influenciado uma decisão que Teotônio tomaria posteriormente, pois após aquela situação, ele já teria cogitado a possibilidade de abandonar Morro do Chapéu<sup>209</sup>.

Diante do ultimato e da experiência vivida, o Cel. Teotônio Dourado deixou a cidade, afirmando que voltaria com grande contingente de homens<sup>210</sup> – jagunços – para assegurar seus direitos. Assim, na iminência de um conflito que transcenderia de vez os diálogos, os recursos no Senado Estadual e até os discursos da imprensa, o cel. Teotônio Dourado empenhou-se em buscar, junto às forças legais da capital e através de seus vínculos com o governo, os meios necessários para garantir a posse dos conselheiros e do intendente.

Foi sob a intercessão de seu primo e comandante da Força Pública do Estado da Bahia – o Cel. Terêncio dos Santos Dourado – que conseguiu através do Governador Góes Calmon a vinda de aparato policial que garantiu a posse de Faustianiano Lopes Ribeiro e dos novos conselheiros municipais.

Dias antes da posse do novo intendente, chegou a Morro do Chapéu um contingente aproximado de 20 soldados a mando do primo de Teotônio, o Cel. Terêncio Dourado, comandante da Polícia Estadual. O clima de tensão somente se agravara, e todos sabiam que o destacamento chegado da capital não seria suficiente para conter uma possível investida por parte de Souza Benta, reforçado pela presença dos homens do Cel. Manoel Quirino de Matos.

As opções haviam cessado e apenas duas restavam. Cabia a Benta seguir e usar arbitrariamente a força ou recuar e assistir à posse do arqui-rival. Até mesmo o antigo aliado Cel. Horácio de Matos o aconselhou-lhe não insistir na investida e tentou mediar a situação perante o Governo do Estado.

É muito provável que Benta, com o apoio de Manoel Quirino, dispusesse de aparato suficientemente forte para expulsar os “cabras” do Ten. Macedo, no entanto, até de forma inesperada, não foi isso que aconteceu. A opção escolhida pelo velho coronel foi então recuar.

A situação vigente e o peso negativo que uma ação daquele tipo poderiam desencadear, provavelmente fez com que o coronel desistisse de uma investida armada em

<sup>209</sup> Julina Dourado Lima, em Entrevista – Morro do Chapéu, 02 jan. 2002.

<sup>210</sup> *Ibidem.*

Morro do Chapéu. Certamente, o apelo ao uso da força faria ruir a imagem conquistada pelo seu antecessor, o Cel. Dias Coelho. O prejuízo político seria grande demais, e tudo leva a crer que Benta não quis se sujeitar a isso.

O *Correio do Sertão* apressou-se em explicar o acontecido. Mais uma vez, o discurso do jornal preocupava-se muito mais em expor uma louvável atitude de seu chefe, a quem representava, do que propriamente uma atitude de recuo mediante a situação desfavorável que havia fugido ao controle. Para o *Correio do Sertão*, Benta teria agido para o bem da paz e da tranquilidade do Morro do Chapéu<sup>211</sup>, cumprindo-se a lei, e o que a justiça havia determinado, ou seja, a entrega do posto de comando municipal ao Cel. Teotônio Dourado. Em tom de desabafo, foi noticiada a desistência dos “coquís” com relação àquele mandato.

Podem os rotulados, nomeados e intitulados pelo Senado illegalmente tomarem posse daquelle que não lhes pertencem quando bem quizerem e entenderem, porquanto illegalmente, ilicitamente, por obra e graça da politicalha reles, surgiram do mais feio conluio e indecente conciliabulo, E... para frente o regime da illegalidade<sup>212</sup>.

Foi nesse clima de acusações e de ofensas, muitas vezes não respeitando nem sequer os aspectos religiosos e morais dos envolvidos que o professor Faustianiano Lopes cumpriu o seu mandato. Ao fim de 1925, entregou o cargo em meio a um relativo ambiente de concórdia, apesar das contendas que eclodiam e das acusações feitas por Faustianiano contra Arnóbio Soares Bagano, ex-presidente do Conselho Municipal nos tempos de Benta.

Todavia, à medida que o dia da posse do novo Intendente e do Conselho municipal se aproximava, as comemorações antecipadas dos “memés” também se acentuavam, e já havia certo temor de que algo fosse tentado pelos “coquís”, a situação mais tensa haveria de se tornar. A proporção dos fatos ganha volume, à medida que a guerra de discursos se acentuava em Morro do Chapéu, envolvendo os jornais locais e também publicações na capital. O “estopim” desse clímax foi a nota publicada em 04 de julho no *Diário de Notícias* pelo Sr. Eusébio Cardoso. Nela, o presidente da Câmara dos Deputados que teria acusado o senador Wenceslau Guimarães de apoiar um grupo em Morro do Chapéu, que exercia “um mandarinismo bronco e asselvajado”,<sup>213</sup> provavelmente em

<sup>211</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 22 jun. 1924.

<sup>212</sup> *Ibidem*.

<sup>213</sup> *Diário de Notícias* – Salvador, 04 jul. 1924.

referência às investigações do Cel. Souza Benta, ao posicionar seus jagunços pela cidade e ameaçar o Cel. Teotônio Dourado.

A resposta do *Correio do Sertão* foi publicada no dia 15 de julho. No artigo intitulado *A política do Morro do Chapéu e o Presidente da Câmara dos Deputados*, os “coquís” saíram em defesa do senador Wenceslau Guimarães. A nota afirmou que o então presidente da câmara dos deputados, ao falar em Morro do Chapéu, para quem lhe dirigiu as vistas, “em signal de compaixão fementida, a primeira vez que se viu sobressalto foi pelos seus jagunços e chefiado por elle próprio!”<sup>214</sup>. O *Correio do Sertão* fazia, nesse momento, menção à presença dos cerca de 20 soldados da polícia da Bahia, no momento da posse de Faustiniano Lopes.

O descomedimento das palavras nos jornais, principalmente, no *Correio do Sertão*, fez com que a imprensa cumprisse o papel de arauto dos seus respectivos líderes. Se no discurso de um, as ações praticadas pelo Delegado de polícia – Tenente Macedo – nomeado por indicação do Deputado Eusébio Cardoso significavam apenas um meio de prevenção para que a lei e a decisão do Senado da Bahia fossem respeitadas em Morro do Chapéu, para o outro era uma forma de atender aos anseios de Teotônio Dourado. Em meio ao clima já instaurado, tudo isso serviu para a intensificação das tensões políticas nos dias que antecederam a tomada de poder pelo Cel. Teotônio Dourado na até então denominada “terra da paz e da concórdia”.<sup>215</sup>

### **3.2 – Os “memés” chegam à intendência**

As alianças conquistadas e mantidas pelos “memés” foram fundamentais para o êxito de seus esforços. Dificilmente os Dourado, sozinhos, seriam capazes de conquistar uma vitória política em Morro do Chapéu, tampouco conseguir fazer com que o Governo do Estado interviesse de tal forma a inverter o resultado das eleições locais e retirar do poder um grupo que ali se mantinha a mais de duas décadas.

Em Morro do Chapéu, os votos obtidos pelos “memés” em 11 de novembro de 1923, originaram-se, em sua maioria, nos distritos onde suas alianças eram representativas. A família Dourado, como já vimos, era muito forte em Caraybas, mas os Barreto e Valois tinham muita influência em América Dourada, e também na sede do município.

---

<sup>214</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 15 jul. 1924.

<sup>215</sup> Adjetivação bastante usual pelo *Correio do Sertão* e *Pequeno Jornal*.

Os Pereira, por sua vez, garantiam a maioria dos votos no arraial do Ventura, onde o legado de Porphyrio Pereira sobrevivia suficientemente forte.

Podemos deduzir então, que uma das coisas que encorajou o governador a assumir tal posição foi a quantidade de votos que os “memés” foram capazes de angariar a partir de suas relações já instituídas. Uma vez existente o equilíbrio de votos no município, ficaria mais fácil direcionar o apoio a um ou ao outro grupo.

Por outro lado, para os Dourado reconhecerem publicamente a importância das alianças instituídas significava reafirmar o próprio elo já existente. Isso pareceu, portanto, uma forma de agradar a todos os interessados no consórcio político e de manter-se forte à frente dele. Dessa forma, percebemos que tão importante quanto o capital cultural e principalmente, nesse caso, o capital econômico, o capital social que possuíam os Dourado foi de suma importância para sua ascensão local. A imagem dos Dourado, associada à de outras famílias tradicionais e influentes de Morro do Chapéu e região, se tornava maior e mais forte perante a população morrense e seus adversários.

Fruto dessa ascensão e representante dos ideais da família Dourado, o *Pequeno Jornal*, em julho de 1924, publicou artigo intitulado – “A nova situação política: os três dias inesquecíveis de festas entusiasticas” – e levou ao conhecimento de todos, a sua versão da trajetória do grupo político que se instalava no poder municipal, bem como toda a festividade que envolveu a posse dos novos eleitos, dizendo, ironicamente que:

(...) ninguem julgue que ao traçarmos este noticiário, estejamos inspirados pela vaidade de mostrarmos ao público o nosso povo, aumentando os factos que resumiram as delirantes festas de nossa subida ao poder. Absolutamente. O que adeante se vae ler é a expressão despretenciosa de verdade, em toda sua puridade...<sup>216</sup>.

Neste sentido, excetuando-se o lado político a que pertencia, o *Pequeno Jornal* não se distanciava muito do *Correio do Sertão*. Tanto quanto o rival, este hebdomadário também se intitulava a “voz da verdade”, e seus posicionamentos eram tão parciais quanto os do rival. Entretanto, sendo cautelosos com os exageros da impressa, passemos a observar sob quais aspectos ocorreram as comemorações da nova situação política em Morro do Chapéu.

O Cel. Teotônio parece não ter ficado suficientemente tranquilo depois da pressão exercida por Benta e seus “cabras”, pareceu demonstrar certo receio de que o destaque

---

<sup>216</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 19 jul. 1924.

camento da polícia deslocado para Morro do Chapéu não seria suficiente para conter outra possível investida de seu arqui-rival. Assim, logo providenciou o deslocamento de um reforço de sua confiança ligado aos Dourado e seus aliados.

Ao retornar a Morro do Chapéu, como prometera, o Cel. Teotônio trouxe consigo um aparato de homens infiltrados em meio ao contingente de pessoas que teriam se deslocado à sede do município apenas para assistir a sua posse no Conselho Municipal e de Faustiniano Lopes, na Intendência. Existem indícios que divergem a respeito da força de apoio que o Dourado havia levado até à cidade.

Segundo dona Julina Dourado, prima em segundo grau do líder da família e testemunha daqueles tensos dias, Teotônio levou até Morro do Chapéu um contingente de cavaleiros, como reforço e garantia de que seus inimigos não se manifestariam durante as comemorações. Segundo ela:

(...) no dia 24 de junho, na véspera da posse de Thiosinho e dos outros eleitos, chegaram 300 homens à cavalo(sic), vindos dos distritos de Caraybas que hoje é Irecê, América Dourada, Ventura e Canabrava chegaram a Morro do Chapéu, como se estivessem festejando a posse do Dr. Faustiniano, mas na verdade também vieram garantir a posse dele<sup>217</sup>.

O discurso da situação naquela época, no entanto, foi diferente. Todo e qualquer indício de um possível conflito armado ou gesto de violência fora omitido pela nova imprensa oficial da cidade. O discurso do *Pequeno Jornal*, diferentemente, afirmou que os visitantes da cidade tinham apenas fins pacíficos e não eram motivados por outra coisa senão festejar a vitória da causa pela qual lutaram. O jornal descreveu a chegada dos forasteiros:

Pelas 16 horas do dia 24, tendo o Te. João Bernardino de Macêdo, acadêmico Mario Dourado Sobrinho, o nosso companheiro Osvaldo Pereira e o jovem Lau-ro Dourado, indo ao encontro do pessoal que dos distritos de América Dourada, Ventura, Carahybas e Cannabrava de Miranda veio para assistir a posse do go-vernó municipal, realizou-se a entrada triumphal nesta cidade, que jamais viu uma entrada igual, pois entre homens, senhoras e senhorinhas contaram-se 317 e o que é mais, o representante do Governo não vio se quer uma arma, porque os chegantes são de paz e conduta honrada [...], em seguida realizou-se o encontro da comitiva do arraial do Ventura chefiada pelo nosso correligionario João Na-varro Sampaio chefe governista naquele futuroso distrito<sup>218</sup>.

---

<sup>217</sup> Julina Dourado Lima – Entrevista em 02 jan. 2002.

<sup>218</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 19 jul. 1924.

Dadas as dimensões da pequena Morro do Chapéu da década de 1920, quando havia pouco mais de 600 casas, como já vimos no capítulo inicial, talvez não tivessem chegado a Morro do Chapéu os mais de 300 cavaleiros apenas com o intuito de garantir a posse do seu representante. Precisamos convir que 300 homens armados seria algo difícil de esconder numa cidade tão pequena e onde cerca de metade da população havia se manifestado a favor do grupo derrotado. Certamente a parte não vencedora estava insatisfeita com ao que assistia e qualquer algo errado poderia ser logo alarmado. Certamente, se trezentos jagunços penetrassem cidade a dentro, dificilmente os “coquís” e o *Correio do Sertão* deixariam de alarmar a cidade e de publicar algo sobre o acontecido.

Contudo, considerando a semelhança das informações fornecidas pelo *Pequeno Jornal* e pelo *Correio do Sertão*, alguns dados parecem fidedignos. Embora mais contido e sob a sua própria perspectiva, o órgão de imprensa dos “coquís” não omitiu os fatos que ocorreram na cidade nos dias de festa, mesmo admitindo o constrangimento com o acontecido. O artigo *Politica local e as festa na cidade* ajuda a entender como os “coquís” assistiram à ascensão dos rivais.

Embora para o constrangimento de alguns de nossos correligionários ou pessoas outras, todavia precisamos dizer alguma coisa relativamente as festas políticas da parcialidade Douradesca, que se realizaram nesta cidade<sup>219</sup>.

O jornal da nova oposição também reconheceu de forma semelhante o grande contingente de pessoas que se deslocaram de seus distritos para assistir à posse do novo Intendente. Destarte, não deixou de tentar utilizar este fato a favor de seu grupo e de tecer algumas críticas um tanto mordazes.

Entraram na tarde de 24 do corrente, seguramente 330 cavaleiros entre homens, mulheres e meninos dos populosos distritos de América, Carahybas, Cannabava, Brejinho e Ventura; justamente quase todo elemento político que possuem neste município<sup>220</sup>.

Contudo, pareceu exagerado o discurso do *Pequeno Jornal* quando afirmou a inexistência de uma só arma entre os mais de 300 visitantes. A antecipação do tenente Macêdo, que foi ao encontro dos visitantes, também soa um tanto estranho por alguns motivos aqui elencados. Em primeiro lugar, qual seria o motivo ou a necessidade de tal encontro, uma vez que todos se dirigiam a Morro do Chapéu? Segundo, como o tenente

<sup>0219</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 29 jun. 1924.

<sup>220</sup> *Ibidem*.

Macêdo poderia se antecipar de tal maneira, ao ponto de conseguir ir ao encontro de visitantes oriundos de América Dourada e Caraybas que ficam respectivamente a 30 km e 80 km a Noroeste da sede do município; Canabrava do Miranda a 87 km<sup>221</sup> a Sudoeste e do Ventura, a 18 km a Sudeste? Não esqueçamos que a afirmação de que nenhuma arma foi encontrada entre os visitantes destoa do costume da época, pois portar uma arma era algo comum.

Entendemos que o argumento difundido pela nova situação, donos do poder, era de uma entrada triunfal em Morro do Chapéu, com a reunião de todos em uma só comitiva. Isso, de fato, parece ter acontecido, tomando como base as publicações dos dois jornais locais. Mas, consideramos a afirmação de dona Julina e não descartamos a possibilidade de que entre os muitos forasteiros, estivessem presentes muitas pessoas atentas e dispostas a agir energicamente a qualquer imprevisto que viesse a ocorrer. Não devemos nos esquecer da promessa de Teotônio, que voltaria com grande contingente de homens para assegurar seus “direitos”.

Tudo leva a crer que Teotônio cumpriu o que prometeu. Todas estas são questões que a documentação não nos permite afirmar convictamente. Mas, sem dúvida, nos faz repensar a afirmação do *Pequeno Jornal* e considerar que o clima de tensão realmente pairava naquela ocasião. Ainda assim, as comemorações não foram interrompidas. O que era uma medida de precaução serviu bem como uma alegoria extra para o teatro promovido pelos interessados. A comitiva adentrou a cidade em marcha apoteótica.

Na quarta-feira, dia 25 de junho, as comemorações tiveram início antes do nascer do sol. A narrativa da situação que pairava na cidade, naquele momento, era sempre imantada da intenção de estabelecer um clima de tranquilidade.

Ao romper da matina, ainda quando a cidade dormia tranquilamente, os sinos da matriz retumbavam, foguetes esponcavam e bombões estouravam. A sociedade Musical « Rui Barbosa » percorreu a cidade em ligeira passeata. Era a festa que se iniciava<sup>222</sup>.

As comemorações seguiram-se durante todo o dia. Às 10 da manhã, uma missa em Ação de Graças na Igreja Matriz<sup>223</sup>. A ideia de se realizar uma missa já trazia em si

<sup>221</sup> Utilizando a estrada vicinal que existia na época, única via de acesso entre as duas localidades, passando pelo povoado de Lagoinhas ao Sul de Morro do Chapéu.

<sup>222</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 19 jul. 1924.

<sup>223</sup> *Ibidem*.

algumas peculiaridades, uma vez que os Dourado tinham forte influência protestante. No entanto, não esqueçamos que o mesmo não acontecia com as famílias aliadas, e com a imensa maioria da população. Evitar a benção de Deus através da Igreja Católica poderia soar como uma afronta à tradição religiosa que estava imbricada na cultura local.

O *Correio do Sertão* esteve atento ao acontecido. Segundo o jornal, a população da cidade, apesar de ser católica, abrillantou esse ato assim como os demais, com a ausência quase que total<sup>224</sup>, afirmado que os que se faziam presentes, quase que em totalidade, eram os visitantes. Ainda que parte considerável da população da sede se fizesse presente às comemorações dos “memés”, isso seria algo que o *Correio do Sertão* difficilmente admitiria.

A posse solene aconteceu no início da tarde daquele dia. Às 13 horas, o município passou a ter um novo intendente e todo um novo conselho. Pela primeira vez, desde que os “coquís” passaram a existir, nenhum deles estava presente nas duas casas que administravam o município. Como rezava o costume, após a posse, seguiram-se os discursos do presidente do novo Conselho, Teotônio Dourado Filho, do representante do governo do Estado o tenente João Bernardino Macêdo e Eusébio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados.

As comemorações não cessaram por aí. Por volta das 16 horas, iniciou-se uma passeata cívica que percorreu toda a cidade. Não havia, assim, quem não fosse testemunha de que algo novo estava acontecendo em Morro do Chapéu. Provavelmente, toda essa euforia acentuou ainda mais os ânimos dos “coquís” e de seu chefe, em ter que tolerar tamanha frustração representada em cada canto da cidade. Mesmo à noite, e em meio apenas às luzes das estrelas, as comemorações não pararam. Essa nova manifestação foi denominada pelo *Pequeno Jornal* de “Marche aux Flambeaux” em alusão aos fogos de artifício, que assumiram a função de lanternas e ajudaram a iluminar toda a marcha noite a dentro.

Observando as descrições e narrativas do *Pequeno Jornal*, a ideia de uma manifestação pública e em massa da população de Morro do Chapéu parece ser inegável. No entanto, não deixemos de atentar para o fato de que se trata do discurso oficial da situação política que assumia o governo do município. O discurso do *Correio do Sertão*, entretanto, enfatiza outra leitura, igualmente imbricada de parcialidades, enfatizando a

---

<sup>224</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 29 jun. 1924.

ausência da população local nos festejos dos “memés”. O noticiário do domingo seguinte aos festejos dizia:

A tarde(sic) fizeram com influência nova passeata pelas ruas da cidade e a noite do mencionado dia foi afferecido um baile no Paço Municipal à sociedade dos chegantes, por que a sociedade morrense na sua absoluta maioria esquivou-se de fazer parte deste e de outros actos, dadas as sympathias que gosa politicamente o douradismo e o modo pelo qual subiu ao poder<sup>225</sup>.

Parece-nos coerente entender, contudo, que nem as afirmativas do *Pequeno Jornal*, e nem do *Correio do Sertão* tinham a exclusividade do respaldo da verdade, tampouco eram apenas exageros ou mentiras. As publicações dos jornais representavam um discurso embasado sobre certo prisma e carregado do desejo de convencer a todos sobre a pujança das comemorações ou a passividade da população local sobre as mesmas.

É mais razoável, pensar que participou da festa a parcela da população que se fez presente à eleição coordenada pelo então Partido Opposicionista em 11 de novembro de 1923. Por outro lado, tão frustrados quanto Souza Benta e os “coquís”, provavelmente, ficaram os eleitores que participaram do processo eleitoral dirigido pelo Partido Situacionista, até aquela data.

No dia seguinte, a quinta-feira - 26 de junho, as agitações não pararam. No início da tarde, procedeu-se à primeira reunião no novo Conselho Municipal em sessão extraordinária. As pautas do dia foram limitadas a meras formalidades, entre as quais, a moção de apoio e de elogios ao governo Góes Calmon, no intuído de garantir a manutenção do apoio que já se apresentava inegável, de ambas as partes.

(...) manifestamos nos sentimento de verdadeira admiração e grande entusiasmo pelo alto descortinio com que o Exo. Sr. Dr. Francisco Marques de Goes Calmon vem exercendo o Governo da nossa querida Bahia, temos o feliz ensejo e grade honra de hypotecarmos inteira solidariedade política...<sup>226</sup>.

As manifestações continuaram de forma oficial e extra-oficial em diversas partes da cidade. Após a assembleia do conselho, por volta das 16 horas, a primeira manifestação, naqueles festejos, que denotava a influência protestante na família Dourado, aconteceu. Alguns crentes presbiterianos se apresentaram em público à frente da residência do novo Presidente do Conselho.

---

<sup>225</sup> *Ibidem*.

<sup>226</sup> Ata da sessão extra-ordinária do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, 26 jun. 2924.

Seria mais ou menos 16 horas quando os crentes presbiterianos que, digas-se a verdade, são um forte elemento de nossa política, mas, que infelizmente não vieram nem um terço dos residentes nos distritos centraes se dirigirem à residência do Sr. Theotonio Dourado Filho para exprimirem perante o seu chefe político o jubilo pela resolução pacifista da campanha por que também lutaram<sup>227</sup>.

Essa manifestação, embora pequena, segundo o que narrou o *Pequeno Jornal*, foi suficiente para reconhecer nos Dourado a influência do protestantismo em seus ideais, bem como também para demonstrar as limitações que um movimento não Católico tinha em Morro do Chapéu naquela época. Ainda na noite de 26 de junho, um culto em ação de graças fora realizado “na residencia do capitão Antônio Octaviano Dourado”, sob a “direção do Presbytero Justiniano de Castro Dourado”<sup>228</sup>, respectivamente, irmão mais novo e primo de Teotônio.

Mesmo atuando em uma cidade, cuja população era minoritariamente protestante, porque, ao que parece, o maior contingente de presbiterianos concentrava-se nos distritos, principalmente Caraybas. O jornal e os líderes políticos não pareciam se preocupar com o peso negativo que talvez pudesse ter o ato de admitir uma influência diferente da tradição católica. Por outro lado, entendemos também que não mencionar as manifestações dos crentes implicaria duas coisas básicas: a primeira diz respeito à crença protestante, na qual constitui pecado a negação de sua fé, uma vez que a ocultação de tais manifestações pudesse resultar neste tipo de pensamento. Essa discussão não é foco deste trabalho, por isso não aprofundaremos sua análise. A segunda diz respeito exclusivamente ao meio político, em que a construção e manutenção de uma imagem visam sempre a alcançar todos os setores e grupos da sociedade.

Praticamente, todos os discursos dos jornais estavam imbuídos dos esforços de aproximar todas as camadas da sociedade de seu representante e, ao mesmo tempo, de afastá-las de seus rivais. Neste caso, deparamo-nos com uma circunstância em que a informação confundia-se com uma investida como também uma tentativa de construção de uma imagem pública, e ao mesmo tempo de persuasão.

Os discursos de ambos os jornais eram sempre voltados para o interesse de agregar o maior “capital social” possível, precavendo-se de qualquer possibilidade de perda que pudesse ser prevista antecipadamente. A propaganda em seu conceito moderno, associada à política, não é, ao contrário do que se pensa, algo tão recente. O historiador inglês Peter Burke nos lembra que o conceito moderno de propaganda remonta ao fim

---

<sup>227</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 19 jul. 1924.

<sup>228</sup> *Ibidem*, 19 jul. 1924.

do século XVIII, quando as técnicas de persuasão usadas pelos defensores da Revolução Francesa foram comparadas às técnicas cristãs de conversão<sup>229</sup>. Entretanto, mesmo antes, a “propaganda” foi utilizada como artifício da “máquina” política. Na França do século XVII, o rei Luis XIV fez uso da propaganda como meio de construção de uma imagem pública, de forma bastante organizada em sua investida de tornar-se o “Rei Sol” da França.

O papel do *Correio do Sertão* e do *Pequeno Jornal*, guardadas as devidas proporções, apresentou algumas semelhanças em comum com a *Gazette*, órgão oficial de notícias do governo francês da época. A publicação oficial do “Rei Sol” não tinha preocupações em “satanizar” o rival, até mesmo porque este não existia, mas tinha a obrigação de projetar a imagem de “um soberano excepcionalmente dedicado aos negócios do Estado e ao bem-estar de seus súditos”<sup>230</sup>.

Em Morro do Chapéu, os dois jornais se esforçavam em busca de exprimir a preocupação de seus representantes para com Morro do Chapéu e seu povo. Contudo, incorriam num risco que no caso da *Gazette* não existia. A parcialidade nos discursos ajudava a tornar um tanto evidente a manipulação das informações. Em alguns momentos, o discurso dos informativos parecia o de um manifesto religioso, e diríamos até fanático, no sentido de “santificar” um grupo político e aproxima-lo da população, muitas vezes passando-se pela própria “voz do povo” ou falando em nome dele, como na edição 357 do *Correio do Sertão*, que afirmou pairar na cidade a “justa, muito justa, indignação do povo de Morro do Chapéu”<sup>231</sup>, ou quando o *Pequeno Jornal* se colocou como um “altar para verdade”<sup>232</sup>, referindo-se às atitudes de seu partido político na cidade e região. Isso, entretanto, não era uma peculiaridade daquela cidade. A presença de órgãos de imprensa associados a lideranças políticas sempre fez parte da história política brasileira.

Naquele momento, a animosidade entre os sertões e o Governo do Estado se acirrava em função do não cumprimento da promessa de Góes Calmon em garantir o comando dos municípios das Lavras Diamantinas aos nomes indicados por Horácio<sup>233</sup>. Num claro pronunciamento contrário à autonomia em vários municípios do interior bai-

<sup>229</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1994, p. 16.

<sup>230</sup> *Ibidem*.

<sup>231</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 11 mai. 1924.

<sup>232</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 19 jul. 1924.

<sup>233</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA. 1998, p. 188.

ano, o *Pequeno Jornal* deixou clara a posição de apoio dos “memés” a Góes Calmon, o que fatalmente contrariava a imagem de uma autoridade organizada que o governo estadual tentava criar. O jornal ainda reafirmou os votos de que a nova situação política local soubesse seguir a norma que sempre trilhara, segundo ele “não imitando a política de torpezas e de vinganças que infelizmente ainda infestava e infelicitava o sertão baiano”,<sup>234</sup>

Contudo, mediante um posicionamento tão contrário às investidas dos coronéis do sertão, o governo dos “memés” não abria mão de apoios que poderiam surgir nas Lavras Diamantinas. A administração da família Dourado, como era de se esperar, se preparava para momentos ainda tensos e que viriam colocar em risco a continuidade de seu governo.

Sucedeu que, para Teotônio Dourado e os demais “memés”, o clima de tensão permaneceria por aqueles dois anos que durariam o seu primeiro mandato à frente de Morro do Chapéu. Mas, com as mordazes e nem sempre coerentes críticas do *Correio do Sertão*, a administração de Faustiniano Lopes Ribeiro não seria alvo de uma nova ameaça de investida armada, pelo menos até o término daquele biênio, quando o clima de um novo período eleitoral voltaria a esquentar os ânimos dos políticos na terra do frio.

### **3.3 – A resolução do impasse: “coquís” e “memés” no poder**

Durante o restante de 1924 e todo o ano de 1925, a postura do *Correio do Sertão* mudou substancialmente. Seus artigos e notas, sempre marcados por críticas acentuadas aos opositores e governo estadual, cessaram ou pelo menos se tornaram menos frequentes. No segundo semestre de 1924, período imediatamente seguinte à resolução do impasse acerca das eleições de 1923, não fora registrada qualquer menção às inquietações políticas que mais uma vez estavam latentes no município.

As colunas do *Correio do Sertão* foram abertas para publicações mais amenas que os mordazes ataques outrora registrados. Surpreendentemente, fora encontrada até uma pequena nota que trazia elogios ao tenente Macêdo, o homem que sempre interveio no governo estadual em favor da família Dourado. A nota “Tenente Macêdo” transcrita na íntegra levava a seguinte mensagem aos leitores:

---

<sup>234</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 19 jul. 1924.

Um grupo de algumas pessoas, tendo a frente Pinto Garcia, Filinto Barboza, juntamente uma orquestra de cordas, em a noite de 23, fez uma ligeira visita de cumprimentos ao Tenente João Bernardino de Macêdo comandante do destacamento aqui estacionado, pelo motivo da passagem do aniversário desse brioso militar.

A frente de sua residencia achava-se lindamente ornamentada e fatalmente iluminada, tendo sido o Tenente Macêdo bastante cumprimentado. O digno militar recebeu fidalgamente todos os visitantes, falando por estes Pinto Garcia, agradecendo o homenageado com delicadas phrases.

Foram cantadas modinhas escolhidas e distribuído bebidas em profusão a todos os presentes. Parabéns ao digno militar<sup>235</sup>.

Ao compararmos esta nota com outras publicadas anteriormente, notamos que ela é totalmente incompatível com a postura do *Correio do Sertão* de outrora. De fato, parece ter acontecido, entre meados de 1924 e 1925, um período de paz. Naquele momento da política local, os textos de Eurycles Barretos tornaram-se mais comuns em estampar as primeiras páginas do *Correio do Sertão* que os artigos de críticas e ataques aos rivais na política. Mas, ao contrário do que aconteceu em outros momentos, esta paz pode ser entendida apenas como um breve intervalo entre duas guerras.

Em alguns momentos, durante este período de calmaria, o governo dos “mês-mês”, pôde se regozijar em ver no jornal rival, notas que reconheciam algumas conquistas de seu governo. A instalação do telégrafo em Morro do Chapéu foi transmitida ao povo através das palavras *Correio do Sertão*, com a seguinte nota:

Parece que vamos ver realisada talvez não muito longe, a antiga aspiração da linha telegráfica de Mundo Novo para esta cidade, na qual tanto se preocupou o nosso pranteado chefe Cel. Dias Coelho, na qual muito trabalho o ex-intendente major Virginio Alves de Almeida e na qual muito tem se esforçado o nosso distinto e Ilustre conterrâneo Pedro Grassi.[...]

Entretanto para a glória de nosso povo e dos nossos representantes, desejamos que, mesmo com todo o sacrifício torne-se isto de facto um verdade retirando-se este ponto da lista da velhas promessas de melhoramentos outros que tem tido o no querido Morro do Chapéu<sup>236</sup>.

Não pensemos que os “coquís” estavam em estado de inércia, ou apenas observando o tempo passar. Enquanto o seu veículo de notícias mantinha-se em silêncio, o Cel. Souza Benta buscava a reaproximação com o Cel. Horácio de Matos. Naquele momento, o chefe das Lavras já havia se afastado do Senado da Bahia e estava de volta à

---

<sup>235</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 27 jul. 1924.

<sup>236</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 27 jul. 1924.

cidade de Lençóis, em consequência da ascensão do Cel. Cesar Sá e das perdas políticas ocorridas no Sertão da Bahia. O *Diário de Notícias* divulgou o fato da seguinte forma:

Não é mais segredo que o coronel Horácio de Mattos, após ter certeza de seu corte do Senado Estadual, agravado pelo ingresso alli do coronel Cesar Sá, e pela derrubada de seus amigos no município de Lençóis, não ficou impassível para receber novos golpes futuros.

Assim, o famoso caudilho da Chapada Velha resolveu, quanto antes, transportar-se para Lençóis, onde os amigos do coronel Sá ao terem conhecimento dos sucessos políticos derradeiros, fizeram estrondosas manifestações de regosijo, a que não faltaram salvas de rifle e de revolver<sup>237</sup>.

A aliança entre César Sá e o Governador do Estado já estava formalizada aos olhos de Horácio. O seu maior adversário não só ocupava uma das cadeiras do Senado, como também seria responsável por algumas vitórias de Góes Calmon, a exemplo do reconhecimento de seu nome no Senado como Governador, ainda em 1924<sup>238</sup>. Tudo isso acentuou o clima de guerra na região da Chapada Velha e tornava mais difícil a relação entre o Governo do Estado e os coroneis do interior.

Em Morro do Chapéu, aparentemente na contramão do que acontecia em Lençóis, a oposição dava uma trégua aos “memés” e parecia estar um tanto desgastada devido aos esforços anteriores. Não manifestava ataques ou quaisquer investidas que turbassem o governo daquele município. O próprio *Correio do Sertão* chegou a afirmar, em algumas publicadas, que a pequena força policial existente na cidade estava cumprindo satisfatoriamente com a sua obrigação em manter a ordem e a paz naquele local<sup>239</sup>.

Outro indicativo de que aquela calmaria acontecia não somente no meio social, mas também político foi o fato do *Correio do Sertão* ter suas atividades interrompidas nos meses de fevereiro e março de 1925.<sup>240</sup> Num primeiro momento, a paralisação das atividades do jornal fora atribuída aos problemas de saúde de seu proprietário e diretor Honório de Souza Pereira, que também desenvolvia boa parte das atividades na oficina de edição e impressão<sup>241</sup>. Contudo, o próprio órgão reconhecia os problemas financeiros pelos quais passava para subsistir, quando admitiu atravessar um período de dificulda-

<sup>237</sup> Diário de Notícias – Salvador, 18 jan. 1925.

<sup>238</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA. 1998, p. 189.

<sup>239</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 01 fev. 1925.

<sup>240</sup> *Ibidem*, 25 jan. 1925.

<sup>241</sup> *Ibidem*, 01 fev. 1925.

des em sua manutenção<sup>242</sup>. Isso pode explicar a ampliação do discurso oposicionista do jornal.

Assim, é razoável deduzir que a ausência da máquina pública que outrora esteve ao lado do informativo, fazia naquele momento falta ao seu orçamento. A importância do jornal naquele jogo político, certamente, impediu que o *Correio do Sertão* fechasse suas portas. É bastante evidente que naquele momento tal jornal não mais trabalhava no ritmo frenético de antes. Uma vez que aquele era um ano de eleições municipais, o *Correio do Sertão* parecia poupar suas “forças” para as batalhas que estavam por vir.

Em meio ao clima um tanto antagônico em que viviam os sertões e Morro do Chapéu, o líder dos “coquís” já esboçava tentativas de reaproximação com o chefe das Lavras Diamantinas. A própria imprensa morrense já demonstrava o desenrolar daquele processo. Repleto de elogios exagerados, que eram marca patente dos jornais que tinham forte apelo político na época, publicou:

Com real prestígio e sempre animado de elevado espírito de justiça, attento aos justo reclamos das populações do interior da Bahia, Horácio de Queiroz Mattos é, hoje mais do que um simples chefe sertanejo: é um nome nacional. Destacou-se nitidamente, em forte relevo, naquela memorável reação, vigorosa, salutar e incoercível, em favor da qual pelejara o grande e imperterito paladino das causas superiores da República e do direito, da Justiça e da Liberdade<sup>243</sup>.

Aquilo provavelmente já era uma das primeiras investidas do Cel. Souza Benta e do seu grupo político visando ao período eleitoral que se aproximava. Mais uma vez, os ânimos se acirraram, e na terra do frio os coroneis de sangue quente travariam mais uma batalha pelo poder político local.

Enquanto o período eleitoral não chegava, os “coquís” continham-se e não provocaram grandes tumultos no meio político local. Talvez em função da crise do *Correio do Sertão*, esse grupo político continuava a tecer sutis elogios a alguns feitos do Intendente, prof. Faustiniano Lopes, a exemplo da nota sobre a construção da estrada de rodagem, ligando o município à linha férrea que conduzia até a capital do estado<sup>244</sup>. Enquanto isso, o professor continuava a sonhar com a instalação de uma estação férrea em Morro do Chapéu, haja vista suas solicitações ao governo estadual, como na correspondência que lhe enviara:

---

<sup>242</sup> *Ibidem*, 19 jul. 1925.

<sup>243</sup> *Ibidem*, 19 abr. 1925.

<sup>244</sup> *Ibidem*, 29 nov. 1925.

Tratando-se agora das providências que venham influir directamente aos interesses bahianos, tomo a liberdade de pedir a V.Exa. lembrar ao Exmo. Sr. Ministro da Viação, a construção do ramal da via ferrea, França a Morro do Chapéu, traçado de 84 km que já foram estudados<sup>245</sup>.

O período de silêncio político do *Correio do Sertão* cessou e o clima eleitoral tomou conta da cidade. Aquele momento de paz aparente escondia novas tensões, sentidas a partir das agitações que visavam ao dia oito de novembro seguinte.

Para a nova escolha do Intendente, o grupo chefiado pelo Cel. Teotônio Dourado tentou a reeleição de Faustiniano Lopes Ribeiro. Os partidários do Benta lançaram o nome do comerciante Vicente Grassi como candidato a Intendente, e nomes como os de Jubilino Cunegundes e João Gomes da Rocha para conselheiros municipais. Estes nomes mais tarde viriam a despontar nos embates políticos da velha Morro do Chapéu.

As eleições se realizaram sem grandes novidades, porém, ao final do dia, tanto Faustiniano e a sua bancada quanto Vicente Grassi e os “coquís” comemoravam a vitória. O *Correio do Sertão* publicou na edição de nº 424 um edital que relacionava o nome dos vencedores do pleito. Mais uma vez, Morro do Chapéu teve uma duplicata eleitoral em seu principal momento político. Tanto os “coquís” quanto os “memés” organizaram e realizaram deliberadamente suas próprias eleições.

Nas eleições organizadas pela situação, segundo o *Pequeno Jornal*, o professor Faustiniano Lopes Ribeiro teria seu mandato renovado por mais dois anos e continuaria a contar com o apoio maciço do Conselho<sup>246</sup>, no qual praticamente não constavam nomes da oposição entre os eleitos relacionados. No edital publicado pelos “coquís”, por sua vez, havia a predominância total dos correligionários de Souza Benta<sup>247</sup>.

A situação ocorrida em novembro de 1923 voltava a acontecer em Morro do Chapéu. As eleições paralelas haviam gerado novos desentendimentos e ambos os lados reivindicavam a vitória sobre o novo pleito. Contudo, toda a situação agora estava invertida. Os “memés”, com a “máquina” pública em seu poder e com o apoio do Governador, consideraram ganhas as eleições de 1925, tal como fizeram os “coquís” dois anos antes.

Em primeiro de janeiro de 1926, um fato ainda mais curioso ocorreu: a duplicata eleitoral havia resultou em uma duplidade de governos. Tanto “memés” como “coquís” se colocavam no poder e afirmavam categoricamente que não sairiam de lá. O

<sup>245</sup> Correspondência ao Governador do Estado, 28 dez. 1925 – APEB.

<sup>246</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 20 nov. 1926.

<sup>247</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 06 dez. 1926.

*Pequeno Jornal* e o *Correio do Sertão*, que não poderiam deixar de se manifestar, cuidaram em retratar, de acordo com suas respectivas posições e interesses, a embarracosa situação em que a política local se encontrava.

O *Pequeno Jornal* simplesmente não tomou conhecimento do que fizeram os oposicionistas e notificou a posse do novo Conselho Municipal e a permanência do professor Faustiniano Lopes à frente da Intendência.

Em 1º do corrente mês tomou posse de acordo com o resultado da vontade do povo morrense em 8 de novembro próximo passado e em total acordo com a lei desta cidade, os conselheiros que passariam a compor o novo Conselho Municipal, sendo o snr. Faustiniano Lopes Ribeiro reconduzido ao cargo de Intendente<sup>248</sup>.

O *Correio do Sertão*, aproveitando-se do fato de já conhecer a publicação do rival, emitiu uma nota irônica e repleta de ousadia intitulada *E tomaram posse com todas as formalidades*. O semanário não só notificou a cidade sobre a posse de seus representantes, como teceu comentários a respeito da dualidade de governos na cidade. Ousou inclusive convocar o Governo do Estado para resolver a situação.

Em 1º do corrente mês tomou posse de acordo com a lei nesta cidade, o intendente eleito de verdade em 8 de Novembro p. p. juntamente com os conselheiros da nossa parcialidade.

Do mesmo modo nos consta ter sido empossados também nesta cidade, o intendente e conselheiros eleitos fraudulentamente na mesma ocasião.

Deante de tamanha bandalheira nunca vista no Morro do Chapéu, esperamos que o Governo do estado com a sua correta orientação política, saiba distribuir a verdadeira justiça neste futuroso município<sup>249</sup>.

Diante do impasse, Souza Benta estava determinado a não permitir que o seu arqui-rival continuasse a ditar as normas e estabelecer as leis. Todavia, provavelmente sabedor de que lançar mão do uso da força naquele momento poderia representar grande risco de fracasso, optou por agir com mais cautela, haja vista não poder contar com a colaboração de Manoel Quirino e José Martins de Araújo, uma vez que seus antigos aliados, por orientação de Horácio, saíram em perseguição à Coluna Prestes.

Naquele momento, quem ocupava o posto maior do Estado da Bahia era o mesmo governador que em 1924 havia retirado os “coquis” da Intendência e da liderança política de Morro do Chapéu. Portanto, uma investida semelhante à que aconteceu dois

---

<sup>248</sup> *Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu, 05 dez. 1926.

<sup>249</sup> *Ibidem*. 03 jan. 1926.

anos antes poderia, e era bastante provável, não ter resultado diferente. Correria dessa forma, o risco de ver mais uma vez a vitória de seu adversário.

Souza Benta, provavelmente, interrogar-se-ia sobre qual caminho então trilhar. Entretanto, alguns fatores tornavam a situação um tanto diferente da primeira eleição dupla em Morro do Chapéu. Ele já havia restaurado a relação com Horácio de Matos e sentia-se mais confortável em ter ao seu lado não só o maior chefe das Lavras Diamantinas, como também grande parte dos coroneis dos sertões baianos.

Naquela ocasião, o “Acordo de Mucugê”<sup>250</sup> já havia colocado fim na tentativa do governo estadual de submeter ao seu controle os coroneis dos sertões. Dessa forma, associado a Horácio e aos demais chefes sertanejos, Souza Benta já se sentia à vontade para intensificar suas novas investidas no intuito de retomar o poder local. Isso, provavelmente, o teria encorajado na ousada ação de convocar o Estado a resolver o impasse das eleições.

A situação vigente no estado a partir de 1925 começou a conspirar em favor de Souza Benta. Instituída a autoridade de Horácio de Matos sobre os municípios das Lavras Diamantinas, e a consequente paz ali conquistada favorecia o chefe dos “coquis”. Provavelmente, Benta acreditou que o apoio de Horácio convencesse o Governador a recolocá-lo no poder.

De certa forma, seu pensamento era coerente, pois na segunda metade da década de 1920 prevaleceu um respeito, poucas vezes visto, nos sertões da Bahia. Naquele período, em que o acordo entre os coroneis dos sertões e o Governo do Estado prevaleceu, nenhum coronel foi molestado pelo governador e, de maneira recíproca, nenhum deles o desafiou<sup>251</sup>.

Souza Benta, assim, optou por agir legalmente, demonstrou, dessa forma, aprender um pouco com as derrotas do passado e reconhecer os acertos do rival. Ele deu entrada no dia 20 de janeiro de 1926, na Comissão de Recursos Eleitoral do Senado da Bahia, com um recurso que reclamava o reconhecimento das eleições vencidas por Vicente Grassi e obviamente questionava o reconhecimento de Faustianiano Lopes como Intendente Municipal e de seus partidários como membros do Conselho.

Os “bacamartes” e “papos-amarelos”, mobilizados em tantos outros momentos na política de Morro do Chapéu, ajudaram a exercer uma política coercitiva e até brutal

<sup>250</sup> Cf. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA. 1998, p. 189.

<sup>251</sup> *Ibidem*.

como em 1924. Cederam lugar, dessa vez, a uma ação política, em conformidade com o que a lei permitia na época. Assim, algo parece claro nas relações da República Velha; o uso da força através dos “cabras” e jagunços, munidos de seus rifles e fuzis a mando do coronéis foi, sem dúvida, um artifício utilizado efetivamente em momentos extremos, mas esta prática parece ter sido executada, em parte das vezes, como um último recurso.

O próprio Souza Benta, que, em primeiro momento, chegou a utilizar seu exército pessoal com o reforço dos “cabras” de Manoel Quirino, recuou mediante o impacto que aquilo poderia causar a sua imagem. Desta vez, não muito diferente e mesmo com o apoio do poderoso Horácio de Matos, hesitou mais uma vez. O coronel buscou outros artifícios, provavelmente menos danosos à sua imagem e as suas alianças, mas, sobretudo, respeitou e soube se aproveitar do pacto que cessara com a animosidade comum nos sertões baianos naquela época.

Como o destino costuma traçar caminhos muitas vezes inquestionáveis e com a responsabilidade de resolver o impasse entregue ao Governo do Estado, a busca de uma solução que apaziguasse os ânimos foi idealizada pelo Cel. Terêncio Dourado. Este contou com a mediação de Horácio de Matos que ajudou nos entendimentos entre o governador e Souza Benta. Apesar da fama de homem forte que não fugia de qualquer desafio, Horácio demonstrava mais flexibilidade política que seu antigo aliado.

Mesmo implicando caras perdas, a ideia do Cel. Terêncio Dourado lhe tornaria possível realizar um antigo sonho, emancipar o maior reduto da família Dourado naquele região, o distrito de Caraybas. O mesmo homem que outrora, com a sinalização positiva do governo estadual designou o temido tenente Macedo para assegurar a posse de representantes de sua família e seus correligionários, agora se mobilizava em busca de um fim pacífico para a já demasiadamente demorada querela.

O Governo do Estado se comprometeu em não intervir na política do interior. Naquele caso específico, isso significava não se interpor nos municípios sob a influência de Horácio de Matos. Por outro lado, respeitar o acordo significaria retirar do poder o grupo que ele mesmo colocara dois anos antes. Principalmente, por ser um grupo que em nenhum momento lhe havia negado apoio. Dada a situação, a ideia do comandante de polícia pareceu bastante razoável ao governador.

Basicamente, o plano de Terêncio Dourado consistia em dividir o município de Morro do Chapéu. A sede seria definitivamente entregue a Souza Benta e aos “coquís”, enquanto os Dourado assumiriam o recém emancipado distrito de Caraybas. Contudo, dado os interesses em jogo e a ambição de ambas as partes, a partilha não deixaria de

ocorrer sem a existência de alguma negociação. Não se tratava apenas de dividir o município em dois, ou de entregar alguns povoados a Benta e outros a Teotônio, como foi cogitado em 1924. Aquela partilha significava o nascimento de um novo município e a re-delimitação do antigo. Em outras palavras, era a demarcação do raio de ação daqueles que posteriormente os assumissem e também a demarcação de regiões que interessavam a ambos os lados.

Segundo o Sr. Carlos Navarro Sampaio, a proposta inicial do Cel. Terêncio Dourado, em função de prováveis exigências de Teotônio, reclamava para os territórios do novo município as terras do ambicionado povoado do Tareco, uma área de terras valorizadas principalmente em função de suas várias fontes de águas termais, bastante frequentadas pelos nativos na época.<sup>252</sup>

O Cel. Souza Benta, por sua vez, não cedeu de tal lugarejo, pois entendia que isso violaria os limites naturais de sua terra, a Vereda do Romão Gramacho, a oeste da sede de Morro do Chapéu. Provavelmente o velho coronel também se preocupava em valorizar as divisas do novo município. Um novo, porém pequeno e breve impasse ocorreu antes do findar de toda a querela.

Por fim, a situação foi contornada e Benta saiu desse último e breve episódio vitorioso por ter ficado com as terras desejadas. Foi com a chancela do governador Góes Calmon que o deputado Epaminondas Berbert de Castro, líder do governo na Câmara Legislativa, apresentou o projeto que elevou o Arraial de Caraybas à categoria de vila, termo e município com a denominação de Irecê, em agosto de 1926, conforme o texto da lei a seguir:

Eleva a Villa o arraial de Carahybas, no município de Morro do Chapéo, com a denominação de Villa de Irecê.

O Governador do Estado da Bahia:

Faço saber que a Assembléia Geral Legislativa decretou e eu sacciono a lei seguinte:

Art. 1º - Fica eructo em villa o arraial de Carahybas, no município de Morro do Chapéo, com a denominação de Villa de Irecê, que será a sede do município de termo, desde nome, criado por esta lei.

Art. 2º - O território do município e termo de Irecê é o compreendido nos seguintes limites. A partir da serra da laranjeira, pela linha divisória com o município de Gamelleira do Assuruá, até a vereda de Romão Gramacho, no logar Ca-tuaba, dali seguindo sempre pela vereda de Romão Gramacho , que servirá de linha divisória com o município de Morro do Chapéu, até encontrar os limites do município de Sento Sé; dahi, em direção ao Oeste, e pela linha divisória com o

---

<sup>252</sup> Carlos Navarro Sampaio – Entrevista em 08 jan. 2002.

referido Municipio de Sento Sé, até encontrar os limites do muncicipio de Chique-chique, dahi, finalmente declinando para o sul, respeitados os limites deste ultimo município até a Serra da Laranjeira, que foi o ponto de partida<sup>253</sup>.

Dessa forma, o Cel. Terêncio Dourado viu o seu sonho concretizado. Teotônio Marques Dourado Filho passou a comandar o novo território político e Antonio de Souza Benta e os “coquís” voltariam a exercer a hegemonia em Morro do Chapéu. Na concepção daqueles homens, só dessa forma, o clima de paz voltaria a prevalecer naquele município.

A primeira eleição para intendente e membros do Conselho Municipal do novo município aconteceria no dia 05 do mês de setembro de 1926, e foi garantida através de Decreto do Governador do Estado em 09 de agosto daquele ano, que estabeleceu o seguinte:

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, resolve designa a primeira dominga de setembro proximo vindouro, afim de proceder as eleições para os cargos municipaes de Irecê e Jaquarary, recentemente creados pelas leis ns. 1.896 e 1.905, de 02 e 06 do corrente mez e anno, respectivamente<sup>254</sup>.

Nas eleições ocorridas no mês de agosto para o biênio de 1926 e 1927, foram eleitos Aristides Rodrigues Moitinho para Intendente Municipal e todo um Conselho Municipal composto por oito conselheiros, dos quais, seis pertenciam a família Dourado.

Entre 02 de agosto e 08 de outubro de 1926, o município de Irecê existiu sem uma administração oficial. Ele foi criado às pressas, e com finalidades meramente políticas, o que explica a falta de tempo hábil para a organização de uma eleição legal que lhe garantisse um governo oficial desde o início de sua existência.

Irecê teve uma primeira etapa de existência bastante curta. Em virtude de problemas de econômicos que impediam a sua existência autônoma. Em medos 1931, o município apenas com cinco anos deixaria de existir. Nomeado pelo Governo Vargas, o Interventor Federal na Bahia, Artur Neiva baixou o Decreto de nº 7.479 de 08 de julho de 1931, que reanexava Irecê a Morro do Chapéu. Esse decreto também destituiu o Sr. Teotônio Marques Dourado Filho da intendência e nomeou o professor Faustiniano Lopes Ribeiro para o posto de subprefeito. O citado Decreto estabelecia que:

---

<sup>253</sup> Lei estadual nº 1,896 de 02 ago. 1926.

<sup>254</sup> Decreto Estadual nº 4.513. 09 ago. de 1926.

O interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e tendo em vista o decreto n. 7.478 de 8 de julho de 1931, que estabelece uma nova lei de Organização Municipal;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Estado da Bahia dividido para fins administrativo, nos seguintes municípios: 1 Affonso Penna; 2 Alagoinhas; 3 Alcolaça; 4 Amargosas; 5 Anchieta (ex-Bom Jesus do Rio de Contas); ao qual é annexado o município de Guaranhy; 6 Andarahy; 7 Angical, ao qual é annexado o município de Barão do Cotegipe; 8 Aratuahype, ao qual é annexado o município de Jaguaripe; 9 Areia; 10 Barra; 11 Barra da Estiva; 12 Barreiras; 13 Belmonte; 14 Boa Nova; 15 Bonfim; 16 Brejões; 17 Brotas (ex-Brotas de Macaúbas) (...)<sup>78</sup> Monte Santo, ao qual são annexados os municípios de Cumbe e Uauá; 79 Morro do Chapéu, ao qual é annexado o município de Irecê.

(...)

Art. 7º - Ficam revogados o decreto nº 7.455, de 23 de junho de 1931 e as disposições em contrário a este decreto.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, 8 de julho de 1931 (Assinados) Arthur Neiva – Bernardino José de Souza<sup>255</sup>.

Este período, sem pretender aprofundar na questão, caracterizou-se por uma notória instabilidade, foi marcado por mudanças abruptas e sucessivas no sistema político brasileiro. Era o fim da República Velha. O mandonismo como grande parte de suas facetas políticas, sobreviveu, mas não mais voltados para seus próprios projetos de poder.

A relação que marcou o sistema coronelista, como entendeu Leal (1997), começou a ser suplantada. O Estado, responsável pela mediação das relações entre as instâncias municipais e federal, passou a atender aos desígnios do Governo Federal que se relacionava diretamente com as localidades interioranas. Algumas ações que marcaram o período inicial da Era Vargas através de seus interventores, começaram a ser desfeitas, tão logo certa estabilidade começasse a se firmar. Algumas leis que extinguiram vários municípios foram revogadas. Assim, o município de Irecê ressurgiu e teve de volta seus antigos limites, através de outro decreto, publicado em 1933, conforme o texto abaixo.

O interventor Federal no Estado da Bahia, usando de suas atribuições e atendendo a que as atuais Sub-Prefeituras de Barão de Cotegipe, Monte Alto e Irecê, que já foram município, possuem, ainda elementos que lhes assegurem as prerrogativas de comuna, sendo, além disso, termos judiciários, o que incontestavelmente facilita o serviço de alistamento eleitoral;

Decreta:

---

<sup>255</sup> Decreto Estadual N. 7.479, de 08 de julho de 1931.

Art. 1º - Ficam restabelecidos, com a denominação de Cotegipe, os município de Barão de Cotegipe, com sede em Japaguá, antigo Poço Redondo, o de Monte Alto e o de Irecê.

Art. 2º - Terá cada qual de seus município restabelecidos os seus limites.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário<sup>256</sup>.

O *Correio do Sertão* transmitiu a informação ao povo de Morro do Chapéu e mesmo com sua clara parcialidade política, não deixou de noticiar o fato da restauração definitiva do município de Irecê, ainda que aquele fato significasse uma conquista daqueles que foram seus grandes rivais do passado.

Conforme decretara o Governo do Estado, foi, solenemente, instalado no dia 9.7.33, no município de Irecê, e empossado no cargo de Prefeito o senhor Faustíniano Lopes Ribeiro, que vinha ocupando o cargo de subprefeito.

Foi um dia de justas alegrias para aquela população, vendo realizada sua antiga aspiração. Às dez horas do dia entre o estourar dos foguetes, era hasteado o Pavilhão Nacional no edifício da Prefeitura, ouvindo-se, com o máximo respeito, o Hino Nacional, entoado por um grupo de senhorinhas.

Às quatorze horas, em sessão solene e muito concorrida, o Juiz suplente em exercício declarou instalado novamente o município de Irecê, sendo empossado nessa ocasião o novo Prefeito, que foi recebido sob palmas e coberto de confetes ao penetrar no recinto, para onde o conduziu uma comissão do Diretório Político. Dada a palavra aos assistentes, falaram os senhores: prof. Bernardo Costa, Teotônio Marques Dourado Filho e Estanislau Dourado, cujos discursos foram muito aplaudidos pela assistencia.

O Doutor Mario Dourado Sobrinho produziu a oração oficial, saudando o novo Governo Municipal, sendo igualmente aplaudido pelos conceitos que externou.

Às 17 horas foi arreado o Pavilhão e logo em seguida, realizou-se um jantar intimo em que tomaram parte o Diretório Político e autoridades administrativas e judiciárias, falando nesta ocasião o senhor Osvaldo dourado, que ergueu um brinde de honra ao Exmo. Senhor Interventor Federal do Estado, de cuja administração fez o elogio agradecendo em nome de sua Excelencia o senhor professor Joel Americano Lopes, presidente do Diretório, que representou o Capitão Juracy em todas as solenidades, conforme autorização<sup>257</sup>.

A querela que marcou mais de metade da década de 1920, em Morro do Chapéu, havia chegado ao fim. Os ajeitamentos serviram de solução para os impasses políticos. Como foi costume nas práticas políticas de alianças e clientelas, a mancomunação dos grandes chefes políticos serviu para apaziguar os “fabricantes de votos” nos rincões desse país. Não foi por acaso que quase concomitantemente à criação do município de Irecê, saiu a decisão favorável ao recurso impetrado por Antonio de Benta no Senado da Bahia. Em um brado de alegria, o *Correio do Sertão* deu os parabéns a Morro do Cha-

<sup>256</sup> Decreto Estadual N. 8.452, de 31 de maio de 1933.

<sup>257</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 10 jun. 1933.

péu por ter sido reconhecida a eleição municipal que devolvia a liderança ao Partido Republicano local<sup>258</sup>.

Cessada a querela entre os coroneis e seus respectivos grupos, a guerra entre os jornais que os representavam também chegava ao fim. Considerando-se vencedor, o *Correio do Sertão* não deixou de noticiar a extinção do *Pequeno Jornal* em Morro do Chapéu, e, com a mesma irreverência que se tornou marcante nos duelos políticos, informou à população local que não havia mais quem se opusesse a suas publicações, indignando:

Que fim teve o *Pequeno Jornal*? – O *Pequeno Jornal* desta cidade, orgão político da família Dourado deste município, desde o mês de Fevereiro próximo passado, que desapareceu do nosso meio social, deixando portanto suavisar a tranquilidade serena da paz, não mais inflammando o excelso trono da verdade, do direito e da justiça com os seus indecorosos artigos floreados das mais terríveis picardias, contra os Representantes legítimos do Morro do Chapéu e contra nós mesmos do *Correio do Sertão*...<sup>259</sup>.

Nessa atmosfera de euforia, o *Correio do Sertão*, em cada número, trouxe à baila a suposta vitória do Cel. Souza Benta, exaltando com o exagero de sempre o seu “Ilustre Chefe Idolatrado”<sup>260</sup>. Em momento algum, o jornal atribuía a vitória de Benta a um mero conciliáculo do jogo político baiano, nem como fruto das alianças de que dispunha dentro e fora do município, tão pouco fazia menção a uma conquista do arqui-rival e de suas alianças.

Mesmo findadas as querelas entre os dois coroneis, e o *Correio do Sertão* já sem seu adversário o *Pequeno Jornal* para confrontá-lo, ou outro veículo de comunicação que fizesse oposição, continuava a propalar a sua repulsa ao que atribuiu a terminologia de forma pejorativa de douradismo. Um exemplo disso foi a notícia da passagem do Cel. Teotônio em 03 de abril de 1928 pelas terras do Morro do Chapéu com destino ao município de Miguel Calmon e depois Salvador. Ele informava que “...sua Senhoria chegou às 4 horas da tarde e saiu felizmente ao escurecer...” e de forma tradicionalmente irônica desejou sua imediata saída de Morro do Chapéu, frisando: “que os bons ventos o levem e a viagem lhe seja curta, são os nossos votos”<sup>261</sup>.

Em regozijo extremado, o Intendente Vicente Grassi, juntamente com todo o Conselho Municipal, foi empossado em 26 de agosto de 1926 pelo então Presidente do Conselho

<sup>258</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 15 ago. 1926.

<sup>259</sup> *Ibidem*.

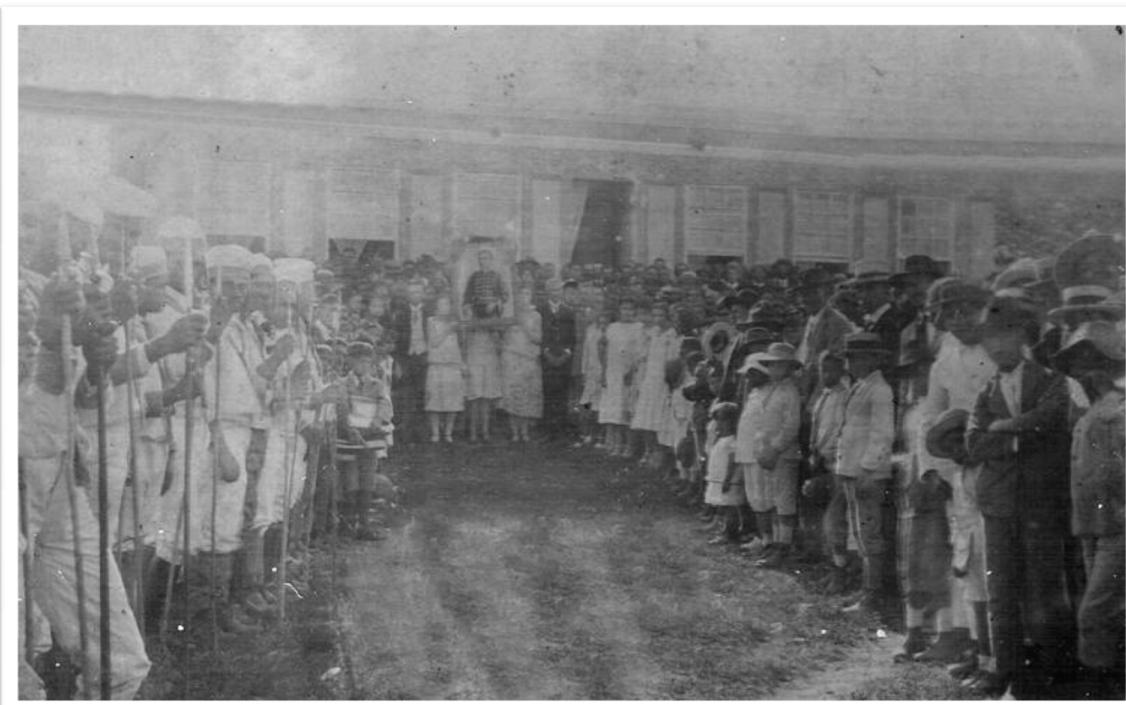
<sup>260</sup> *Correio do Sertão*, n. 448, 22 ago. 1926.

<sup>261</sup> *Correio do Sertão*, n. 479. 08 abr. 1928.

e que findava o seu mandato e sua carreira política naquele município, o Cel. Teotônio Dourado. Para muitos, a presença de Teotônio no retorno dos “coquís” para a Intendência e a presidência do Conselho, foi um ato de cinismo e de desrespeito àquele momento. Para outros, no entanto, transmitir o cargo com todas as formalidades, era uma demonstração de respeito. Talvez aquilo fosse também um indício que Teotônio ainda tinha esperanças em não encerrar sua carreira política em Morro do Chapéu naquela ocasião.

Todavia, ainda que o retorno de Souza Benta à liderança do município de Morro do Chapéu seja o fato mais substancial, não podemos deixar de ressaltar que aquela vitória, se assim podemos dizer, significou, para muitos, o retorno de Dias Coelho ao Paço Municipal.

### Cerimonial de posse de Vicente Grassi - 1926



O quadro que fora retirado pelo “memés” em 1924, retorna ao Paço Municipal. Para muitos o gesto simbolizou o retorno do próprio coronel Dias Coelho.  
O autor e a data são desconhecidos.

Mesmo depois de sete anos de seu falecimento, a vitória dos “coquís” tinha seu forte lado simbólico que imediatamente veio à tona. A vitória do seu partido era, para muitos, a vitória do antigo coronel. Na verdade, é razoável pensar que grande parte da simpatia política que os “coquís” tinham, principalmente na sede do município, era originada do passado que os fazia lembrar da imagem bem construída do antigo chefe.

Apoiado nisso, Souza Benta continuaria a fazer tremular a mesma “bandeira” até praticamente os derradeiros anos de sua vida.

O Cel. Teotônio Marques Dourado Filho rumou, em janeiro de 1927, para a antiga vila de Carahybas. Aproveitando a oportunidade, o *Correio do Sertão*, em tom de desprezo, e mais uma vez de forma satírica, publicou uma nota sobre a partida do chefe da família Dourado:

O valoroso chefe da triste situação que no período de dois annos tanto enxovalhou as bôas tradições do Morro do Chapéo, metteu a viola no sacco e saiu no dia de Reis em procura dos rincões carahybanos onde formará a sua cantilena de pé espalhado e onde poderá ser ouvida alegremente por toda badarrada da nação brasileira<sup>262</sup>.

Mais tarde, Teotônio Dourado, contando com o apoio de Faustiniano Lopes e Adelmo Pereira, que também rumaram para Irecê, tornou-se intendente daquele novo município e, conforme o depoimento de Dona Maria Dourado Lima, “Irecê experimentou grande progresso e desenvolvimento no período de mando do Cel. Teotônio Dourado”<sup>263</sup> que faleceu anos mais tarde, na cidade de Miguel Calmon, em 12 de outubro de 1945. Consideramos que esse argumento é proveniente de um parente e, por isso, preferimos entendê-la mais como um posicionamento pessoal sobre aquela administração, ou como expressão do controle político de Thiozinho em Irecê, do que como um reflexo fiel da sua gestão à frente do município. Ele, sem dúvida, tinha ambições políticas em Morro do Chapéu, ou no Arraial Ventura, caso este tivesse obtido a sua emancipação. Com o Ventura atrelado a Morro do Chapéu, e este sobre pressão da forte tropa de “cabras” do Cel. Benta, pareceu-lhe restar apenas Carahybas, uma pequena vila, na época com cerca de 17 casa<sup>264</sup> que como vimos, foi elevada à categoria de município com o nome de Irecê.

---

<sup>262</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 09 jan. 1927.

<sup>263</sup> Maria Dourado Lima. Entrevista em 05 fev. 2002. Era prima em 1º grau do Cel. Teotônio Dourado.

<sup>264</sup> Julina Dourado Lima – Entrevista em 02 jan. 2002.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Uma situação política instaurada em Morro do Chapéu, no início do século XIX, principalmente na década de 1910, transformou o que seria mais um caso de conflitos entre coroneis no interior baiano, em um processo de renovação política local. A pacata cidade encravada no norte da Chapada experimentara uma situação política sem precedentes. As relações políticas instituídas pelo Cel. Francisco Dias Coelho até 1919 mantiveram a população fora dos conflitos armados que ocorriam nos municípios vizinhos. Esses tipos de querela, envolvendo coroneis que reivindicavam o comando político ou que reagiam a ações de outros mandatários locais, não se repetiram até aquele período.

Esse isolamento da cidade em relação aos conflitos ao seu redor deveu-se a dois principais motivos: externamente, pela aproximação de Dias Coelho com os coroneis dos municípios vizinhos, em especial com Horácio de Matos e sua família; e internamente pelo nível de poder alcançado pelo coronel. Nesse grau de centralização do poder, embora não o consideremos absoluto, concordamos com Queiroz (1985) ao afirmar que, nesse tipo de situação, não existe margens quase a lutas.

Atentamos, porém, para o fato de que a “terra da paz e da concórdia”, como o *Correio do Sertão* algumas vezes se referiu à cidade, não experimentava um momento em que seu chefe agisse sem autoritarismo. Pelo contrário, algumas ações do Cel. Dias Coelho sugerem o uso arbitrário das decisões. Não podemos entender de outra maneira atitudes, como o fechamento de escolas e da agência dos Correios no arraial do Ventura, apenas como meio de impedir a emancipação de um distrito. Tampouco não constitui uma ação democrática remover pessoas de suas residências sem nenhum tipo de consulta, a exemplo do que aconteceu em 1911 na sede do município.

O final de 1919 e os seis anos seguintes foram marcados pelas disputas acirradas entre dois grupos políticos e pela atuação constante de seus veículos de imprensa. Os anos mais tensos da política de Morro do Chapéu foram marcados pelo confronto de dois coroneis com forças equiparadas. Entretanto, não se tratava de uma guerra entre duas famílias, mas entre dois grupos políticos de características distintas.

Essa era, sem dúvida, uma característica peculiar de Morro do Chapéu. Tratava-se de dois grupos distintos por diversas razões. Um dos agrupamentos de políticos possuía características um tanto incomuns para a época, bem como mecanismos de poder

diferentes. Não possuíam vínculos de parentesco, mas articulavam-se por vínculos sociais. Emergiram socialmente em função de atividades econômicas em comum. Eles não eram oriundos de famílias ricas e tradicionais, mas ascenderam social e politicamente através da exploração do carbonado. Do lado oposto, estava um grupo de famílias: os Pereira, os Valois, os Barreto etc., liderados pelos Dourado e estruturados da forma mais tradicional identificada nos estudos sobre o coronelismo – o elo “familiocrático”.

Embora esses traços corroborrem para a análise das trajetórias de ambos os grupos, de forma peculiar, percebemos algo de comum existente entre esses coroneis de Morro do Chapéu e outros. Algo que seus artifícios, suas manobras políticas ou suas riquezas jamais conseguiram tornar dispensável e que era primordial para ambos os grupos de igual forma. As alianças e relações estabelecidas por esses homens foram, em grande parte dos momentos, responsáveis por suas ascensões. De igual forma, as rupturas, mesmo que não definitivas, quase sempre implicavam uma perda considerável.

Essa dinâmica ficou demasiado evidente na trajetória de Souza Benta. O processo de sua perda de espaço político em Morro do Chapéu desenvolveu-se na medida em que a crise no relacionamento com Horácio de Matos se acentuou e, paralelamente, aos fracassos nas tentativas de instituir vínculos mais fortes com o governo estadual. Em suma, a demora em definir-se em um dos lados implicou um duro golpe: a perda do paço municipal para os adversários.

Diferente do Benta, Teotônio e os “memés” se mantiveram mais definidos. Em momento algum, buscaram uma aproximação mais intensa com Horácio ou com os coroneis sob a sua batuta. As relações dos Dourado com o governo estadual, tanto com J. J. Seabra, quanto com Góes Calmon, foram bastante regulares. Não fosse o “Acordo de Mucugê”, que ampliou a influência de Horácio sobre os municípios da Chapada, o retorno dos “coquís” ao poder, em Morro do Chapéu, seria certamente mais difícil.

A retomada da liderança política pelos “coquís” também foi paralela ao momento de reaproximação com o chefe das Lavras. Ainda assim, acreditamos que isso somente foi possível porque não houve uma aproximação maior entre Horácio e os Dourado. Ao menos, a documentação analisada não fornece indícios a esse respeito.

Chegamos à conclusão de que o capital social, para os coroneis, foi fundamental não só para eles se estabelecerem no poder, como para ali permanecerem. Principalmente durante a República Velha, quando o coronelismo se estabeleceu de forma quase ofi-

cial, a interdependência entre as esferas de poder instituídas na República se tornou mais evidente. Não afirmamos, com isso, que os representantes das esferas local, estadual e federal estavam todos em rigorosa condição de igualdade, mas apenas que em algum grau, recorriam, de certa forma, uns aos outros.

Essa relação de clientela política e de troca de favores maculou esse capítulo da história de Morro do Chapéu, mas não nos enganemos ao julgar que os Dourado saíram derrotados da contenda. O que se pôs em prática foi uma estratégia de apaziguamento e conchavos. Isso permitiu ao Estado resolver a incômoda querela em Morro do Chapéu respeitando, ao mesmo tempo, o acordo firmado com os coroneis do interior.

Por fim, particularmente quanto aos “coquís”, chamamos a atenção para a forma como mantinham sua relação com a população local. A relação de carisma estabelecida entre Dias Coelho e a população morrense constituiu um dos fatores da política de centralização de poder dos “coquís”. A “sombra” de Dias Coelho acompanhou Souza Benta até 1930, ano em que anunciou seu afastamento da vida política. Esta data, entretanto, representou apenas um posicionamento menos evidente de sua vida pública. Seu afastamento definitivo jamais aconteceu, pois Benta acompanharia as questões políticas na terra do frio até 1946, ano de sua morte.

Constatamos que a provação lançada já no título deste trabalho, quanto ao suposto temperamento dos coroneis de Morro do Chapéu não se confirmou. Diferente do que aconteceu em outros municípios baianos, onde batalhas sangrentas foram travadas na disputa por uma condição de mando local, e diferente também da ideia mais difundida sobre os coroneis da República Velha, em que o coronel era normalmente visto como um homem de poucas palavras e de ações sempre violentas, em nenhum momento os coroneis Morro do Chapéu abdicaram do zelo por sua imagem e partiram para o uso da força em um confronto armado. Em fim, os coroneis da terra do frio, pode-se assim dizer, não tinham o sangue tão quente.

## FONTES E REFERÊNCIAS

---

### FONTES

#### **DEPOIMENTOS ORAIS<sup>265</sup>**

Arnaud Rocha (1910), em entrevista, 08 jan. 2002. Filho de Belarmino Rocha, partidário do Cel. Souza Benta.

Carlos Navarro Sampaio – Entrevista em sua residência. 08 jan. 2002. Era filho de João Navarro, aliado político dos Dourado, que, na época, teve um papel de importância na política de Morro do Chapéu, e vivia no arraial de Ventura.

Isabel Figueredo (1903-2003) – Entrevista 08 fev. 2002. Era filha do Cap. Fausto José de Souza, partidário do cel. Souza Benta e conselheiro municipal algumas vezes entre os anos de 1903 e 1923.

Julina Dourado Lima (1920), em entrevista – Morro do Chapéu, 02 jan. 2002. prima em 2º grau do Cel. Teotônio Dourado.

Maria Dourado Lima. Entrevista em 05 fev. 2002. Era prima em 1º grau do Cel. Teotônio Dourado.

#### **MANUSCRITAS**

Ata da reunião extra-ordinária do Partido Republicano Democrata de Morro do Chapéu. 01 mai. 1924.

Atas da sessão extraordinária do Conselho Municipal de Morro do Chapéu. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Morro do Chapéu, 1899 – 1925.

Atas da sessão ordinária do Senado do Estado Federado da Bahia. APEB. Sessão Legislativa, 1924-1926.

Atas das sessões regulares do Conselho Municipal de Morro do Chapéu. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Morro do Chapéu, 1899 – 1925.

Decreto Estadual nº 4.513, de 09 ago. de 1926.

Decreto Estadual nº 7.479, de 08 de julho de 1931.

Decreto Estadual nº 8.452, de 31 de maio de 1933.

Descrição do Município da Villa de Morro do Chapéu. Província da Bahia, Comarca de Jacobina. APEB, Seção Colonial e Provincial, Governo, Câmara Municipal, Morro do Chapéu 1861-1889, Maço 1365.

---

<sup>265</sup> Todos os depoimentos foram obtidos na cidade de Morro do Chapéu.

Livro de assentamento de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça Morro do Chapéu de 1860 a 1865. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça – Morro do Chapéu.

Parecer nº 048 da Comissão de Recursos Eleitorais do Senado da Bahia. 20 mai. 1924.

Registro de compra e venda de imóveis. Cartório de Registro de imóveis e Hipotecas da comarca de Morro do Chapéu – Bahia, 1997.

RIBEIRO, Faustiniano Lopes. *Ofício ao Governador do Estado, solicitando a instalação de um ponto da linha férrea em Morro do Chapéu*. Morro do Chapéu, 28 dez. 1925. APEB. Sessão Republicana, 1925.

### **DOCUMENTO ELETRÔNICO**

Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1/> > acessado em 12/02/2009.

### **PERIÓDICOS**

*A Tarde* - Salvador, 23 mar. 1921. APEB. Jornais.

*Correio do Sertão* – Morro do Chapéu. Arquivo do *Correio do Sertão*, 1917 – 1946.

*Diário de Notícias* – Salvador, 08 jan. 1905, 04 jul. 1924 e 18 jan. 1925 APEB. Jornais.

*Pequeno Jornal* – Morro do Chapéu. (edições avulsas), 1924-1926.

*O Democrata* – Salvador, 22 fev. 1919.

### **TESES E DISSERTAÇÕES**

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX – sociedade e política*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

ROSA, Dora Leal. *O mandonismo local na Chapada Diamantina*. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1973.

SAMPAIO, Moisés Oliveira. *O coronel negro: coronelismo e poder no norte da chapada diamantina*, dissertação (mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus: Bahia, 2009.

## ARTIGOS DE PERIÓDICOS

BRANDÃO, Marcos Sampaio. *O sistema de produção na Bahia sertaneja do século XIX: uma economia de relações não-capitalistas*. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 62-81, ago. 2007.

OLIVEIRA, Antônio Gabriel de. *Morro do Chapéu*. in: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. V. 45 1919.

PEREIRA, Honório. *Pequena descrição de Morro do Chapéu* (1889). Morro do Chapéu: Tipo. Correio do Sertão. 1919.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*. In: Revista de Administração Pública, nº 40, jan/fev 2006.

## LIVROS

BOURDIEU Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 7ed. São Paulo: Papirus. 1996.

\_\_\_\_\_. *O poder Simbólico*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginário Social*. Encyclopédia Einaudi Antrophos-Homem. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

BRUNO, Deusa da Cunha. *Brasil Repúblida: o jogo do poder oligárquico*. Niteroi-RJ: EDUF, 1995.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: A construção da Imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro – Jorge Zahar Edito, 1994.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional / Brasília: INL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

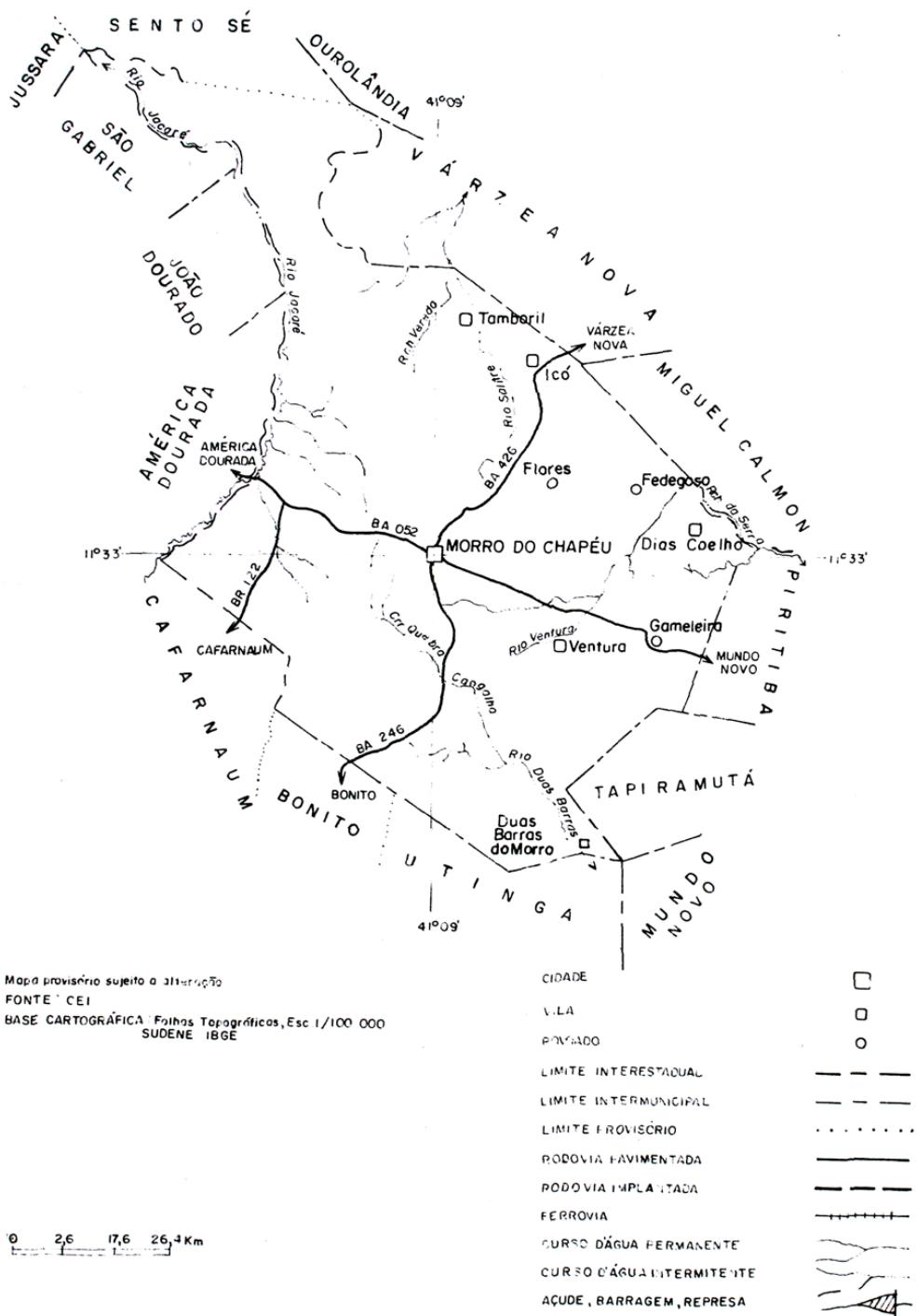
- CEI, Centro de Estatística e Informações (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste.* v.2. Salvador: CEI, 1994.
- CUNEGUNDES, Jubilino. *Morro do Chapéu:* um pouco de sua história, sua vida político-administrativo, suas belezas e sua gente. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia- EGBA, 1989.
- DOURADO, Adélio. *Família Dourado:* Descendentes de João José da Silva Dourado. Luziania-GO: L.A Cards, 2003.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* 2 volumes. 16 ed. São Paulo: Globo, 2004.
- FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros.* v.21. Rio de Janeiro:IBGE, 1958.
- GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. *Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil — uma perspectiva histórica.* In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 13, p. 187-188, jun. 1996.
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX:* sociedade e política. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador: Bahia, 2000.
- IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho:* poder, vingança e cotidiano no Sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- JACKSON, Rubem. *Irecê:* histórias, casos e lendas. Irecê: Print Fox, 2001.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: Uma Política de Compromissos.* São Paulo, 8<sup>a</sup> ed. Brasiliense,1992.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo: Nova Fronteira, 1997.
- LINS, Wilson *et alii.* *Coroneis e oligarquias.* Salvador: UFBA/IANAMÁ, 1988.
- MEIRELES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras:* uma história da Coluna Prestes. 07 ed. São Paulo: Record, 2000.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol:* violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- MORAES, Walfrido. Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio.* Feira de Santana: UEFS, 1998.
- PANG, Eul-Soo, *coronelismo e Oligarquias. (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas – UNICAMP, 1994.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia: Um breve histórico.* Salvador: SEI, 2001.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação.* Salvador :EDUFBA. 1998.
- VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto C. *coronel, Coroneis.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade:* Fundamentos da Sociologia compreensiva. v. 2. Editora UnB: Brasília-DF, 1999.

## ANEXOS

### ANEXO I<sup>266</sup>

## Morro do Chapéu



<sup>266</sup> CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste – Salvador*: CEI, 1994. v.2. p. 279.

ANEXO II<sup>267</sup>

Cartório do Registro de Imóveis

Morro do Chapéu - Bahia

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DA  
COMARCA DE MORRO DO CHAPEU - ESTADO DA BAHIA

C E R T I DÃO

Passada a requerimento de pessoa interessada  
na forma abaixo declarada:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
IFRAJ - MOQ. 003

Eu, Ednaura Valois, Oficial designada, do  
Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Morro do  
Chapéu, Estado da Bahia, certifico e dou fé, que revendo neste Car-  
tório deles os seus livros, dos mesmos consta a inscrição de nº 548,  
Livro 3, fls. 150, em data de 21 de outubro de 1925; referente a Es-  
critura Pública de Compra e Venda, lavrada pelo Tabelião ou Escri-  
vão de Paz Mancel Barbosa de Souza, em 29 de agosto de 1840, pela  
qual, João José da Silva Dourado, residente no termo de Caraíbas,  
adquiriu por compra a Joaquim Alves Ferreira e sua mulher Maria Te-  
reza, Joaquim Gomes Pereira e sua mulher Rosânia Pereira da Silva,  
Domiciano Barbosa Pereira e sua mulher Maria do Nascimento, resi-  
dentes neste Termo, pelo valor de 1.200\$000(um comto e duzentos mil  
reis), Porção de Terras no centro da Caatinga, Vereda da Vacaria, de  
nominada LAGOA GRANDE, As referidas terras, tem extremas seguintes:  
Nascente no centro da Caatinga, do pé da Vereda de S. Rafael, de on-  
de fizeram extrema as fazendas que na mesma Vereda são situadas que  
terão estas de fundo, três leguas, Poente com as fazendas do Rio  
Verde; Norte com a Travessia de D. Joana; Sul na serra azul dentro  
das caatingas compreendendo na mesma porção de terras, na Vereda de  
S. Rafael, o lugar denominado Pont'Agua, com as extremas seguintes:  
Nascente com a mesma Vereda; Poente com as terras acima declaradas;  
Norte no Travessão; Sul na passagem Velha dos Itapicurus. Dada e  
passada nesta cidade de Morro do Chapéu, aos 04 dias do mês de feve-  
reiro de 1997. Eu, Ednaura Valois Oficial designada, que'  
datilografei e subscrevi.//////////

Cartório do Registro de Imóveis

Morro do Chapéu - Bahia

<sup>267</sup> Certidão de compra das terras da fazenda Lagoa Grande por João Jose da Silva Dourado, em 1840.

## ANEXO III

### **Ata do Conselho Municipal**

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e quatorze nesta cidade do Morro do Chapéu, no edifício Municipal ao meio dia ou doze horas da manhã, presentes o coronel Antônio de Souza Benta Presidente do Conselho e os Conselheiros abaixo assignados com migo Diretor Secretário Adelmo Pereira. Compareceu o coronel Francisco Dias Coelho Intendente deste Município e disse que o motivo da reunião extraordinária convocada para hoje era tornar-se conhecimento da reunião havida no florescente Districto do Ventura no dia dois do corrente. Pelo que o Presidente do Conselho submetteu a apreciação do Conselho Municipal. Depois de tudo discutido devidamente o Conselho verificou que pelas informações tomadas a respeito da alludida reunião tornou-se ela de um caráter político e não de patriotismo daqueles habitantes por uma pequena facção política que illudio a boa fé dos habitantes d'aquelle Districto. Pelo que o Conselho resolveu declarar francamente que presentemente o Arraial do Ventura não se acha nas condições de ser elevado a categoria de Vila, visto não preencher as formalidades preescritas no Art. 8º da Lei 478 de 30 de setembro de 1902 baseando-se no seguinte.

**Primeiro:** que a população do Districto do Ventura não atinge ao número do exigido por lei.  
**Segundo:** Que a maioria da população não sabe ler nem escrever. **Terceiro:** Que a maioria dos habitantes são adventícios. **Quarto:** Que na projectada sede não existe edifícios apropriados com a capacidade necessária ao funcionamento do governo local, seção do jury e para cadeia. **Quinto:** que na presente oportunidade verifica-se que o lugar não tem vida própria, visto ser seu centro comercial de diamantes e carbonatos e a pequena lavoura existente é insuficiente podendo de futuro abranger as condições legais exigidas pela lei. Terminada a seção o Presidente ordenou que se extrahisse as cópias precisas da presente ata as quais serão remetidas uma ao Presidente do Senado, outra a Câmara dos Deputados outra ao Governador do Estado e outras a cada um dos Deputados do Districto. Ao que para constar lavrou-se a presente acta que vai assignada pelo Conselho e seu Presidente. Eu Adelmo Pereira Secretário que escrevi. Antônio de Souza Benta[;] coronel Virginio Alves de Almeida[;] **Teothônio Marques Dourado Filho[;]** Gabriel Ribeiro dos Santos[;] Juvenal Theodoro d'Araújo[;] Odilon da Silveira Costa[;] Antônio da Silva Gomes[;] Francisco Nery Baptista[;] Arnóbio Soares Bagano<sup>268</sup>.

---

<sup>268</sup> Ata da seção extraordinária do Conselho Municipal de Morro do Chapéu, 10 ago. 1914.

## ANEXO IV

### **O manifesto**

Combatamos sem cessar a todos aquelles que divergirem das ideias da tolerância, da ordem, do respeito às auctoridades constituídas; mas combatamos com brandura, com amor, conveniendo-os que o único regime conveniente à vida de um povo culto, é o da Lei e da Justiça. Como a evolução política no nosso Estado concorreu para a anormalisação da vida de algumas localidades sertanejas, tomamos o alvitre com um grande numero de amigos, residentes na Capital do Estado e no interior, de, independente de política, empregarmos os meios de conciliação dos interesses geraes dos nossos patrícios, para que se firme difinitivamente a paz, em cujo ambiente poderemos viver convictos de bem servirmos á família sertaneja e a sociedade em geral.

Como assim procedendo, nós e os nossos amigos julgamos ter cumprido um dever de patriotismo, appellamos para todos os sertanejos sem distinção de classe, para unidos trabalharmos afim de alcançarmos o êxito completo desta nossa justa aspiração.

Se todos attenderem de boa vontade o nosso appello, chegaremos ao fim almejado, que é o da restauração da vida das alludidas localidades, interrompida pelas referidas divergências políticas, terminadas com a posse effectiva do Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado, a cuja auctoridade devemos acatar e prestigiar, auxiliando-o na manutenção da ordem para que elle possa se preocupar somente com a administração, fazendo-a fecunda para deste modo restaurar em breve a honra da terra de nosso amado berço.

Batendo pelos princípios expostos no presente manifesto podemos adiantar aos nossos distintos patrícios que, empenhamos por uma solução satisfatória, já ouvimos a todas as classes conservadoras e dellas temos obtido apoio incondicional, obtendo também igual apoio dos Snrs. Coroneis Horácio de Mattos, D.D. Delegado Regional, Aureliano de Andrade Sá, Capitão João Pedro de Souza Santos, que louvaram e estão de acordo com a nossa acção conciliadora. Lençóes, 20 de Julho de 1920<sup>269</sup>.

---

<sup>269</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 01 ago. 1920.

## ANEXO V

### **A revolução**

O articulista do *Pequeno Jornal* em seu artigo de fundo “Um dever que se impõe”, em frases lamuriantes faz recordar a aliança política de seus antepassados evocando as suas principais figuras; porém esquece-se que tudo neste mundo tem de pagar o seu tributo à rigorosa lei da evolução.

Faz lembrar os tempos do Império em que se revezavam no poder os partidos, Liberal e Conservador, dissolvidos com a proclamação da República, para surgirem outros que viessem trabalhar no engrandecimento da pátria brasileira.

Deve o articulista ponderar que os antigos chefes desapareceram e com eles os passados ressentimentos e que todos nós devemos concorrer para o melhoramento do nosso Morro do Chapéu, tão digno de melhor sorte, infelizmente esquecido de todos os governos.

Desde 15 de novembro de 1889 que os partidos fundiram-se e aderiram a República; começando do alto a transformação política com a união dos antigos chefes do nosso Estado.

Assim vimos José Gonçalves, Barão de Geremoabo, Luiz Viana, José Marcelino, Araújo Pinho, Severino Vieira e outros conservadores ao lado de Rui Barbosa, Manoel Vitorino, Rodrigues Lima, Almeida Couto e outros chefes liberais.

E como quer o articulista hoje chamar a postos os descendentes dos chefes do antigo partido Conservador procurando infiltrar-nos mesmos um capricho odioso que já não tem razão de ser?

Todos não são filhos da mesma pátria e não têm o dever sagrado de amá-la?

Não foi o coronel Dias Coelho como chefe deste importante município, o organizador de um partido coeso e forte de que faziam parte Dourado, Pereiras de Souza, Valois, Rodrigues de Oliveira e tantos outros?

Quem desorganizou esse partido, tratou o chefe que deu-lhes representação, empregos rendosos, dispensou-lhes favores e que foi retribuído com a mais negra ingratidão, de que resultou a morte do mesmo?

Cumpre recordar que quando o Dr. Seabra no inicio de seu governo apresentara o Deputado Ângelo Dourado como presidente do Diretório político de Morro do Chapéu, ficando o coronel Dias Coelho em segundo lugar, surgiu logo um protesto chefiado pelo coronel Antonio de Souza Benta, com centenas de assinaturas, dentre as quais se encontrava a de Herculano da Silva Dourado, não reconhecendo outro chefe supremo a não ser o coronel Francisco Dias Coelho.

Principiou aí o ciúme de Ângelo Dourado que queria ser o *solus totus e unus* na política do Morro do Chapéu, perante o Governo, conforme escreveu ao coronel Dias Coelho, querendo com isso anular o alto prestígio do Senador José Abraão Cohim, com quem há muitos anos era solidário o coronel Dias Coelho.

Não concordando com tal imposição do Deputado Ângelo Dourado, que via no Senador Abraão Cohim um êmulo de encontro ao seu sonho de mando e depois dos telegramas passados pelo coronel Dias Coelho as altas personagens do Estado, dentre as quais se destacava a do ilustre Senador Abraão Cohim a quem reafirmava sua perpétua solidariedade política.

Foi o suficiente para o Deputado Ângelo Dourado alvitrar a seus parentes, rompessem com o coronel Dias Coelho e formassem um partido dissidente, o que efetivamente se deu, ficando os demais Dourado e muitos outros firmes à política do coronel Dias Coelho, conforme o pedido do velho Herculano Dourado nos últimos momentos da vida a seus parentes – que nunca se separassem do coronel Dias Coelho, a quem estimava e considerava seu benfeitor.

Agora vejamos quais os que honram a memória de Herculano Dourado, o que estão firmes à política do coronel Dias Coelho, ou aqueles que apostaram desligando-se dela?<sup>270</sup>

---

<sup>270</sup> *Correio do Sertão* – Morro do Chapéu, 07 out. 1923.

## ANEXO VI<sup>271</sup>

Fotografia de pessoas influentes na política local, durante uma visita que o Cel. Horácio Queiroz de Matos fez a Morro do Chapéu no ano de 1921.

**Na primeira fila sentados da esquerda para a direita** – 1º Gustavo Macedo (pai de Jaime, casado com Amélia); 2º um alemão de Lençóis que acompanhava Horácio de Matos; 3º Professor Assis (secretário particular de Horácio); 4º Horácio Queiroz de Matos; 5º Professor Faustíniano Lopes Ribeiro (avô do deputado Edvaldo Lopes); 6º Antonio da Silva Dourado (delegado de Morro do Chapéu na época); 7º Teotônio Marques Dourado Filho (chefe político representando os dourados); 8º Estandislau de Castro Dourado (representante do cartório).

**Na segunda fila sentados da esquerda para a direita** – 9º José Lino (de Gameleira de Irecê); 10º Lauro Barreto (de Caraíbas); 11º Ineni Marques (de Caraíbas); 12º Francisco Marques Dourado (do Achado, pai de Maria Amélia); 13º Major Aristides Moitinho (do Achado, avô de Nobelino Dourado); 14º Justiniano de Castro Dourado (pai de Misael Dourado); 15º Antonio Nunes Dourado (de canal, avô do Rev. Celso Dourado); 16º Benigno Marques Dourado Filho (cunhado do Cel. Theozinho, único remanescente do grupo); 17º Adelmo Pereira (Morro do Chapéu – diretor do Pequeno Jornal); 18º Leovigildo Cardoso Viana (de Lapão); 19º Manoel Quirino de Matos (avô do atual prefeito de Rochedo – Ibititá).

**Na terceira fila de pé, da esquerda para a direita** – 20º Emilio Moreira (líder de Gameleira); 21º Renerio Justiniano Dourado (ex-prefeito de Irecê); 22º Adelmo Marques (filho de Amélia); 23º Alilio da Silva Dourado (comerciante em Morro do Chapéu); 24º Benigno Marques Dourado (coletor de Morro do Chapéu); 25º não identificado – um Marques; 26º José Augusto da Silva Dourado (Zeca, filho de Clemente casado com a Professora Ana Guanes L. Dourado, 1ª professora do Arraial de Caraíbas em 1918); 27º Amélio Marques (de Caraíbas); 28º José Vilela (de Lapão); 29º Antonio Otaviano Dourado (pai do deputado Rubem Dourado – M.D. do Rio de Janeiro).

---

<sup>271</sup> Arquivo pessoal de D. Radclief Dourado

Impresso em papel Alcalino – Alta Alvura  
Impressão por fixação térmica  
Encadernação – Editora Rabisco